



Centro  
Paula Souza



GOVERNO DO ESTADO  
DE SÃO PAULO



ORGANIZADORES

LUÍS FELIPE AIRES MAGALHÃES  
TATIANA CHANG WALDMAN

# MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS E REFÚGIO NO BRASIL

TEMAS TRANSVERSAIS



A expansão do Ensino Técnico no Brasil, fator importante para melhoria de nossos recursos humanos, é um dos pilares do desenvolvimento do País. Esse objetivo, dos governos estaduais e federal, visa à melhoria da competitividade de nossos produtos e serviços, vis-à-vis com os dos países com os quais mantemos relações comerciais.

Em São Paulo, nos últimos anos, o governo estadual tem investido de forma contínua na ampliação e melhoria da sua rede de escolas técnicas - Etecs e Classes Descentralizadas (fruto de parcerias com a Secretaria Estadual de Educação e com Prefeituras). Esse esforço fez com que, de agosto de 2008 a 2011, as matrículas do Ensino Técnico (concomitante, subsequente e integrado, presencial e a distância) evoluíssem de 92.578 para 162.105. Em 2017, no segundo semestre, somam 186.564.

A garantia da boa qualidade da educação profissional desses milhares de jovens e de trabalhadores requer investimentos em reformas, instalações, laboratórios, material didático e, principalmente, atualização técnica e pedagógica de professores e gestores escolares.

A parceria do Governo Federal com o Estado de São Paulo, firmada por intermédio do Programa Brasil Profissionalizado, é um apoio significativo para que a oferta pública de Ensino Técnico em São Paulo cresça com a qualidade atual e possa contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Estado e, conseqüentemente, do País.

Almério Melquíades de Araújo  
Coordenador do Ensino Médio e Técnico



## **CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA**

### **Diretora Superintendente**

Laura Laganá

### **Vice-Diretor Superintendente**

Luiz Antonio Tozi

### **Chefe de Gabinete da Superintendência**

Luiz Carlos Quadrelli

## **REALIZAÇÃO**

---

### **Unidade do Ensino Médio e Técnico**

#### **Coordenador**

Almério Melquíades de Araújo

#### **Centro de Capacitação Técnica, Pedagógica e de Gestão - Cetec Capacitações Responsável**

Lucília dos Anjos Felgueiras Guerra

#### **Responsável Brasil Profissionalizado**

Silvana Maria Brenha Ribeiro

#### **Professor Coordenador de Projetos**

Davi Gutierrez Antonio

#### **Parecer Técnico**

Lidiane Maciel

#### **Revisão de Texto**

Fernando de Oliveira Souza

#### **Projeto Gráfico e diagramação**

Diego Santos

**MIGRAÇÕES  
INTERNACIONAIS  
CONTEMPORÂNEAS E  
REFÚGIO NO BRASIL**



## SUMÁRIO

MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS E REFÚGIO NO BRASIL .....	10
Apresentação da apostila e do curso.....	10
Metodologia do curso.....	11
A apostila: imigração, emigração e refúgio sob a ótica da pesquisa.....	14
INTRODUÇÃO À TEMÁTICA DAS MIGRAÇÕES: CONCEITOS FUNDAMENTAIS .....	17
Migração interna.....	17
Migração internacional.....	18
Migração transfronteiriça.....	18
Migração de retorno .....	19
Refugiados, deslocados internos e solicitantes de refúgio.....	19
Legislação e acolhida humanitária .....	21
Breve contexto migratório e de refúgio brasileiro.....	22
IMIGRAÇÃO .....	25
Imigrantes da Bolívia em São Paulo: em busca de novos olhares ..	26
Migrantes haitianos na cidade de São Paulo: trabalho, territorialidades e ocupação de espaços públicos.....	30
Redes migratórias de venezuelanos na cidade de São Paulo .....	34
Trabalho, associativismo e religião: notas sobre a migração senegalesa para o Brasil .....	39
Racismo e xenofobia contra os médicos cubanos.....	45
EMIGRAÇÃO.....	50
O que é ser brasileira/o fora do Brasil? Cultura e identidades como espaço de negociação no contexto migratório.....	51
Brasileiros indocumentados no Reino Unido .....	55
Migrações que seguem: 110 anos de história entre Brasil e Japão ..	59
Características e perfil das migrações do Brasil para Portugal: um olhar sobre a condição de gênero .....	63
REFÚGIO .....	69
Minha História .....	70
Angolanas em São Paulo .....	72
Refugiados sírios em São Paulo: estruturas de proteção, redes e religião .....	77

Família, moradia e solidariedade: a experiência da Ocupação Leila Khaled em São Paulo .....	81
Para ler, ver e ouvir Migrações e Refúgio .....	85
Sobre os autores.....	90
Anexo.....	93



# MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS E REFÚGIO NO BRASIL

## APRESENTAÇÃO DA APOSTILA E DO CURSO

O curso “Migrações Internacionais Contemporâneas e Refúgio no Brasil” nasceu da parceria entre o Centro Paula Souza, o Museu da Imigração e o Observatório das Migrações de São Paulo, parceria esta que materializa o desejo de estimular o debate e a circulação de conhecimento sobre uma questão que hoje se mostra cada vez mais presente na agenda mundial: a mobilidade humana.

Por meio deste curso, buscamos realizar uma aproximação entre os professores do Centro Paula Souza (CPS), em suas distintas realidades locais no estado de São Paulo, e o tema da migração internacional e do refúgio contemporâneos. Em outras palavras, objetivamos apresentar as diferentes faces da atual fase da migração internacional no Brasil, seja ela imigração ou emigração, e do refúgio.

O Centro Paula Souza, autarquia responsável pela formação tecnológica de ensino médio e superior no estado de São Paulo, tem em seu cerne a construção de um profundo sentido de cidadania, construção esta gerada na ação e no protagonismo discente e docente, e consideradas para isto as questões históricas e espaciais de maneira crítica e dialética. Dessa forma, pensar, refletir e aprofundar a temática Migração se torna necessária e profícua, e para esta empreitada se coaduna com instituições de profundo saber e ação sólidas e sérias, parceira rica e que reflete a seriedade do CPS em formar seus docentes para agir na contemporaneidade e gerar aulas significativas e alunos preparados para questionar e mudar suas histórias e espaços, de maneira crítica e sensível.

O Museu da Imigração, que hoje ocupa parte do espaço em que funcionava a antiga Hospedaria de Imigrantes do Brás, tem como proposta preservar a memória da Hospedaria e das pessoas que por lá passaram, assim como preservar e valorizar as experiências daquelas que hoje chegam ao Brasil. A instituição tem como missão promover o conhecimento e a reflexão sobre os movimentos migratórios, assim como preservar o patrimônio material e imaterial das migrações.

O Observatório das Migrações em São Paulo é um projeto temático apoiado pela Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) sediado no Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, na Universidade Estadual de Campinas, e coordenado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosana Baeninger. O Observatório de São Paulo está articulado, em diferentes atividades de pesquisa e de extensão, com outros Observatórios, como os de Santa Catarina (UDESC), Paraná (UEL), Minas Gerais (PUC-MG) e Amazonas (Grupo de Estudos de Mobilidade na Amazônia, UFAM). Oferece regularmente oficinas de capacitação em parceria com outras universidades e grupos de pesquisa, como o Observatório das Metrópoles (PUC – SP). O projeto possui diversos estudos temáticos organizados em projetos de pesquisa sobre migrações históricas e migrações contemporâneas no estado de São Paulo. Desde 2017, o Observatório tem integrado, junto à Unicamp, a Cátedra Sérgio Vieira de Mello (iniciativa de cooperação entre o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR e centros universitários brasileiros), e, pela Cátedra, integra a Rede de Apoio ao Imigrante e Refugiado em Campinas.

Um parceiro fundamental, que torna possível a realização deste curso, é a Missão Paz, trabalho consolidado (desde a década de 1930) realizado pelos Missionários

Scalabrinianos, e um grupo de colaboradores, na cidade de São Paulo. A Missão Paz tem como objetivo acolher, entender, integrar e celebrar a vida dos imigrantes e refugiados, buscando construir instrumentos e parcerias para uma cidadania universal. Situada no centro da cidade de São Paulo, na Baixada do Glicério, a instituição tem se destacado na acolhida humanitária, na articulação com outras entidades de apoio a imigrantes e refugiados, órgãos governamentais e grupos de estudos de universidades. Ela oferece serviços de saúde, capacitação, ensino de língua portuguesa e encaminhamento a entrevistas de trabalho, além da Casa do Migrante, espaço de acolhida que atende até 110 pessoas, e o Centro de Estudos Migratórios (CEM), que edita a Revista Travessia – A Revista do Migrante e promove debates sobre migrações internacionais.

Juntos, o Centro Paula Souza, o Museu da Imigração e o Observatório das Migrações, com o importante apoio da Missão Paz, oferecem este curso, cujo objetivo fundamental é promover, por meio do compartilhamento do conhecimento acadêmico sobre migração e refúgio e da apresentação de experiências, pessoais e profissionais, de imigrantes e refugiados, a sensibilização de professores e, por consequência, dos alunos desses professores, na rede de ensino do Centro Paula Souza. Pretende-se, portanto, mostrar a complexidade do tema, e extrair dela um convite, necessário e urgente: o convite ao encontro com a alteridade, com o sujeito migrante muitas vezes estigmatizado, mas que, já foi – ou poderá ser – cada um destes homens e mulheres que constituem o povo brasileiro.

## METODOLOGIA DO CURSO

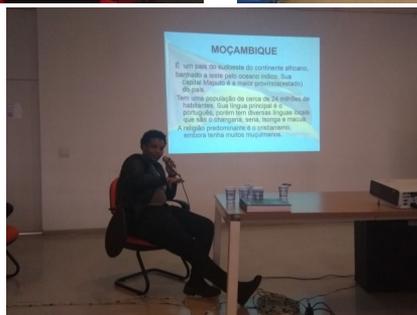
Por meio de exposições oriundas de projetos de pesquisa da Universidade, pretende-se compor um mosaico da situação atual: as principais nacionalidades, trajetórias, pontos de destino, inserções laborais e sociais de imigrantes e refugiados, particularmente no estado de São Paulo. Estas exposições trazem um importante registro do fazer acadêmico, com suas preocupações teóricas e metodológicas específicas, mas voltadas sempre à sensibilização e ao cometimento social. Em última instância, podemos definir que não há acolhida humanitária sem produção de conhecimento capaz de promover empatia e sensibilização, como também depende deste conhecimento a elaboração e avaliação de políticas públicas voltadas especificamente aos imigrantes, tão importantes no atual contexto da mobilidade humana no Brasil.

Exemplos dessas exposições no curso foram as aulas ministradas pela pesquisadora Rosana Aparecida Baeninger – “O Brasil no contexto atual das migrações internacionais e do refúgio” – e pelo pesquisador Luís Felipe Aires Magalhães – “A imigração Haitiana e a Nova Lei de Migrações”.



Por meio de exposições feitas por mulheres imigrantes e refugiadas, pretendem-se apresentar a profundidade e especificidade de cada trajetória pessoal. Toda pessoa que migra traz em si um processo social, condicionado por estruturas sociais, econômicas e políticas complexas. O diálogo direto com pessoas que experimentam a mobilidade é, certamente, um importante passo para conhecer a sua realidade. Nestas exposições, aprendemos sobre os processos migratórios a partir de experiências particulares, mas que refletem muito do contexto migratório brasileiro.

Exemplos destas exposições são as apresentações de Lara Elizabeth Baptista Sequeira Lopes, com a aula “Estar refugiada em São Paulo”; de Nádia Solange Clemente Vaz Ferreira, com a aula “Empreendedorismo feminino africano e migração em São Paulo”; e de Veronica Quispe Yujra, com a aula “Escolas multiculturais: a educação que queremos”.



A metodologia do curso contempla a exposição sobre temas fundamentais da imigração e do refúgio, como o processo de construção e funcionamento da antiga Hospedaria de Imigrantes do Brás, o movimento migratório do final do século XIX e início do XX para o estado de São Paulo, as fases e faces atuais da imigração e do refúgio, a imigração boliviana e haitiana, a nova Lei de Migrações, os desafios que a imigração e o refúgio colocam ao ensino inclusivo, a situação do refúgio hoje e as diversas causas de refúgio. É parte importante do curso a compreensão de que não há o almejado encontro com a alteridade sem diálogo, razão pela qual tanto como a exposição, busca-se também o debate, e o entendimento de que todos os participantes são responsáveis pelo andamento do curso, e não apenas os expositores.

Uma etapa importante do curso e de seu objetivo de sensibilização em torno à imigração e ao refúgio foi a visita ao Museu da Imigração com os pesquisadores Tatiana Chang Waldman e Henrique Abreu Trindade, atividade inaugural do curso que abordou as migrações internacionais passadas e contemporâneas sob a perspectiva da antiga Hospedaria do Imigrante do Brás.



Além dos dois dias de curso presencial, houve uma saída a campo, realizada na Missão Paz, na qual buscamos apresentar um pouco mais deste que é um dos principais espaços de acolhida humanitária a imigrantes e refugiados no Brasil, no coração da cidade de São Paulo. A visita de pesquisa contou com apresentação sobre o espaço e modo de funcionamento da Missão Paz, além de incursão etnográfica em seu entorno, atividade na qual os participantes foram convidados a conhecer as múltiplas faces da imigração e do refúgio na região central de São Paulo.



Por fim, forma a metodologia deste curso o acompanhamento e orientação, via tutoria em moodle (plataforma de ensino à distância), das reflexões feitas por professores do Centro Paula Souza sobre como o curso pode contribuir para a melhoria de práticas de ensino, desde o que envolve o conteúdo trabalhado em sala de aula até a construção de uma escola mais aberta às diversidades migrantes.

## A APOSTILA: IMIGRAÇÃO, EMIGRAÇÃO E REFÚGIO SOB A ÓTICA DA PESQUISA

Para dar conta do desafio de abordar as migrações internacionais e o refúgio no Brasil, o curso conta com uma apostila, material de apoio para a facilitação das reflexões durante o curso. A apostila é um instrumento essencial do curso, que mais que um evento ou fato, pretende ser um processo e não encerrar-se ao fim do terceiro dia.

A apostila contempla um total de 16 textos, divididos em três eixos: o eixo Imigração, com 5 textos, o eixo Emigração, com 4 textos, e o eixo Refúgio, com 4 textos.

O eixo Imigração busca apresentar algumas das principais faces da atual presença de migrantes internacionais no Brasil. O texto “Imigrantes da Bolívia em São Paulo: em busca de novos olhares”, de Giovanna Mode Magalhães, recupera o histórico da imigração boliviana na cidade de São Paulo e apresenta importantes reflexões sobre os processos de inserção laboral, de sua territorialidade na cidade e das manifestações e interações culturais e políticas, fundamentais para a cidadania e os direitos humanos da população migrante boliviana na capital paulista.

O texto “Migrantes Haitianos na cidade de São Paulo: Trabalho, territorialidade e ocupação de espaços públicos”, de Luís Felipe Aires Magalhães, reflete sobre as contradições do processo de inserção laboral de haitianos na cidade de São Paulo, além de apresentar importantes notas de pesquisa etnográfica sobre como esses imigrantes constroem seus espaços sociais na cidade – e nela constroem sua própria visibilidade.

A pesquisadora Camila Rodrigues da Silva, em seu texto “Acolhida humanitária e redes migratórias de venezuelanos na cidade de São Paulo”, discute algumas das principais características da imigração venezuelana, como as suas causas, trajetórias e redes na capital paulista, além de apresentar importantes elementos sobre a dicotomia presente no reconhecimento de sua condição como migrante ou como refugiado.

O texto “Trabalho, associativismo e religião: notas sobre a migração senegalesa para o Brasil”, de Laís Meneguello Bressan, aprofunda o entendimento sobre o papel da migração na constituição de redes migratórias, particularmente para o caso senegalês, além de apresentar dados sobre a presença senegalesa no Brasil e em São Paulo, e uma reflexão importante sobre a incidência da religião no processo de trabalho, através do método halal.

O eixo Imigração se encerra com o texto “Racismo e xenofobia contra os médicos cubanos”, de Patrícia Villen. Trata-se de texto instigante que reflete sobre a imigração de médicos, por meio do Programa Mais Médicos, que trouxe muitas contribuições à melhoria das condições sociais de brasileiros, mas que, por ser negra e procedente de Cuba, sofre uma série de discriminações e violências de parte da sociedade brasileira.

O eixo Emigração busca analisar as causas, trajetórias e dificuldades do processo de mudança, provisória ou definitiva, de brasileiros para o exterior. O texto “O que é ser brasileira/o fora do Brasil? Cultura e identidades como espaços de negociação no contexto migratório”, de Magali Alloatti, discute os principais as-

pectos da presença brasileira nos Estados Unidos, especialmente o complexo processo de reconstrução de identidades e negociação e renegociação desta identidade através da cultura.

O texto “Brasileiros Indocumentados no Reino Unido”, de Gustavo Dias, nos apresenta reflexões sobre as condições de vida, trabalho e de sociabilidades de brasileiros em um destino importante de sua emigração que é o Reino Unido. O autor analisa a forma com que o Estado lida com a migração brasileira, os impeditivos existentes à mobilidade e as estratégias construídas pelos brasileiros para fixar residência no Reino Unido.

Em “Migrações que seguem: 110 anos de história entre Brasil e Japão”, Katiani Tatit Shishito apresenta de forma clara o histórico dos movimentos migratórios entre Brasil e Japão, concentrando sua análise na emigração de brasileiros ao Japão e as principais dificuldades, em termos de trabalho e interações sociais, deste processo, além da migração de retorno ao Brasil.

O eixo Emigração se encerra com o texto “Características e perfil das migrações do Brasil para Portugal: um olhar sobre as condições de gênero”. A autora, Aline Santos, apresenta importante análise da presença brasileira em Portugal, a partir de uma periodização desta migração e trechos de entrevistas feitas em trabalho de campo no país, que em muito contribuem para o entendimento da importância das relações de gênero neste fluxo.

O eixo Refúgio apresenta as faces, trajetórias e redes de quatro condições de refúgio na cidade de São Paulo. O texto “Minha História”, de Lara Lopez, refugiada moçambicana por razões de perseguição à orientação sexual e identidade de gênero, apresenta um pouco da sua trajetória, da criminalização e discriminação da população LGBTI na África e os desafios de reconstrução da vida em outro país. Lara foi também uma das expositoras do curso e muito contribuiu para o entendimento dessa causa específica de refúgio.

Em “Angolanas em São Paulo”, Dirce Trevisi, Maria de Fátima Guedes Chaves e Aline Santos apontam a crescente estratégia de solicitação de refúgio por parte de mulheres angolanas gestantes na cidade de São Paulo. As autoras apresentam dados da presença angolana no Brasil e em São Paulo, refletindo sobre como a família e as pressões sociais em Angola condicionam as principais características desta mobilidade.

No texto “Refugiados sírios em São Paulo: estruturas de proteção, redes e religião”, Marília Calegari apresenta reflexões de ampla pesquisa de campo junto à comunidade síria de São Paulo. O texto nos apresenta a formação histórica da rede síria em São Paulo, apontando as especificidades do atual grupo de refugiados sírios na cidade, trazendo dados, trechos de entrevistas e reflexões importantes para o entendimento do refúgio sírio em São Paulo.

O eixo se encerra com o texto “Família, moradia e solidariedade: a experiência da Ocupação Leila Khaled em São Paulo”, de Helena de Moraes Manfrinato. A autora apresenta reflexões importantes sobre a dinâmica urbana que restringe de forma crescente o direito de acesso à moradia. A essa dinâmica se opõem movimentos de luta por moradia, que ocupam prédios que não estão cumprindo sua função social no centro de São Paulo. A autora analisou a presença de refugiados palestinos nestas ocupações.

Por fim, a apostila traz um tópico, elaborado pelos organizadores do curso, chamado “Para ler, ver e ouvir Migrações e Refúgio”. Trata-se de um breve, mas rico levantamento de fontes bibliográficas e audiovisuais (filmes e músicas) sobre o tema do curso, de modo a sensibilizar ainda mais os participantes e apresentar outros registros, igualmente importantes e esclarecedores, sobre o que é estar imigrante ou refugiado na atual fase da mobilidade populacional no Brasil e no mundo.

Espera-se que, ao final do curso, os participantes apresentem relativo domínio, teórico e conceitual, sobre as distintas faces da mobilidade internacional no Brasil, seja ela de imigração, emigração ou refúgio. Busca-se que, com o curso, o professor do Centro Paula Souza possa levar para a sua sala de aula e para a sua unidade de ensino um pouco da realidade, dos desafios e das potencialidades desses grupos migrantes, de modo a estimular a reflexão em aula e a construção de projetos de inclusão educacional.

***Luís Felipe Aires Magalhães  
Tatiana Chang Waldman  
Davi Gutierrez Antonio***

# INTRODUÇÃO À TEMÁTICA DAS MIGRAÇÕES: CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Ao longo desta apostila, teremos contato com alguns conceitos fundamentais que talvez não sejam do conhecimento de todos. Por esta razão, é importante essa seção introdutória com a apresentação de alguns destes conceitos, bem como uma breve contextualização da migração internacional e do refúgio no Brasil.

Os conceitos importantes para o acompanhamento do curso são:

- Migração interna;
- Migração internacional;
- Migração transfronteiriça;
- Migração de retorno;
- Refugiados, deslocados internos e solicitantes de refúgio;
- Legislação e acolhida humanitária.

## MIGRAÇÃO INTERNA

A migração interna é o deslocamento que envolve mudança de local de residência que, embora muitas vezes de longa distância e duração, se dá dentro das fronteiras nacionais.

Sobretudo a partir da década de 1930, o Brasil deixa de estimular a chegada de movimentos migratórios internacionais e, como decorrência, as migrações internas ganham importância e se convertem na principal forma de chegada de novos trabalhadores nas regiões de maior crescimento econômico, urbano e industrial.

Sob esse contexto, as migrações internas no Brasil tiveram grande importância entre as décadas de 1940 e 1950, especialmente das regiões já integradas à economia nacional, mas com maior vulnerabilidade, como Nordeste e Minas Gerais<sup>1</sup>. Destas regiões veio um significativo contingente populacional para os centros industriais em expansão<sup>2</sup>, como São Paulo e Rio de Janeiro.

---

1- Um estudo seminal sobre as migrações internas no Brasil e suas principais características sociais e culturais é a obra "A Caminho da Cidade", de Eunice Durham. Para maiores aprofundamentos, recomendamos a leitura de DURHAM, E. R. A caminho da cidade. A vida rural e a migração para São Paulo. 2. ed. São Paulo: Ática, 1973.

2- Um estudo clássico sobre as migrações internas em um contexto de desigualdades regionais e industrialização é o ensaio "Migrações Internas: considerações teóricas sobre o seu estudo", em que Paul Singer teoriza as migrações internas a partir de um conjunto de fatores de expulsão (que podem ser de estagnação ou de mudança) e de atração, destacando a natureza estrutural e social desse processo. Para aprofundamentos nessa perspectiva de análise, recomendamos a leitura de SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: "Economia Política da Urbanização". São Paulo: Editora Brasiliense; 1975.

A partir dos anos 1980, o fenômeno da reconversão econômica<sup>3</sup>, no qual São Paulo perde capacidade industrial com a desconcentração populacional e industrial, as migrações internas, até então predominantemente do campo para a cidade, se complexifica, e passa a assumir outras formas, como as migrações sazonais, a pendularidade, a mobilidade intra-urbana e mesmo a migração interna de retorno. Também a partir dos anos 1980, a mobilidade espacial deixa de ser uma garantia da mobilidade social, o que viria a inserir o Brasil na dinâmica das migrações internacionais como país de origem de emigrantes para o exterior, como atesta a migração de brasileiros aos Estados Unidos, especialmente nas décadas de 1980 e 1990.

## MIGRAÇÃO INTERNACIONAL

É a mudança de residência que ultrapassa as fronteiras nacionais, definindo-se como o deslocamento voluntário, o que se pode dar mesmo em razões de dificuldades econômicas, pessoais e busca por melhores oportunidades de vida, trabalho e estudos.

A migração internacional possui dois componentes: a imigração e a emigração. A imigração é a mobilidade na qual chegam migrantes, como, por exemplo, a imigração haitiana em São Paulo, a imigração venezuelana em Roraima, a imigração argentina em Santa Catarina. E emigração, por outro lado, é a mobilidade na qual saem os migrantes, como por exemplo, a emigração brasileira aos Estados Unidos, a emigração de paranaenses ao Paraguai, a emigração de trabalhadores brasileiros para a Irlanda.

O resultado da operação Imigração – Emigração resulta no Saldo Migratório Líquido, que é um importante indicador de se o país ganhou (Imigração maior que Emigração) ou se o país perdeu (Imigração menor que Emigração) população.

A migração internacional pode se dar desde os países dependentes aos países centrais (Migração Sul – Norte), entre os países dependentes (Migração Sul – Sul, a forma atual predominante de migração no mundo), desde os países centrais para os países dependentes (Migração Norte – Sul) e entre os países centrais (Migração Norte – Norte).

## MIGRAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA

Migração transfronteiriça é aquela mobilidade que se dá ao redor das fronteiras nacionais de um país. As dinâmicas econômicas, sociais e populacionais das regiões de fronteira estabelecem dinâmicas migratórias muito particulares, como por exemplo, cidades gêmeas, em que cada uma se situa de um lado da fronteira e a outra cidade, do outro lado da fronteira.

São exemplos disto:

- Cáceres, no Mato Grosso, e San Matias, na Bolívia;
- Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul, e Rivera, no Uruguai;

---

3- Sobre o conceito de reconversão econômica, enquanto síntese das transformações econômicas, sociais e urbanas que promovem a desconcentração industrial e populacional na cidade de São Paulo, recomendamos a leitura de PASTERNAK, Suzana; BÓGUS, Lúcia. São Paulo: Transformações na Ordem Urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

- Chuí, no Rio Grande do Sul, e Chuy, no Uruguai;
- Foz do Iguaçu, no Paraná, e Ciudad del Este, no Paraguai;
- Guajará-Mirim, em Rondônia, e Guayaramerín, na Bolívia.

Nessas cidades, é constante a mobilidade populacional, a ida e vinda diária de um lado a outro da fronteira, com ou sem mudança de local de residência.

## MIGRAÇÃO DE RETORNO

A migração de retorno é o movimento de volta ao local de origem da migração. Trata-se de uma reversibilidade da migração, que neste caso não se constituiu uma troca permanente de residência.

A migração de retorno tem bastante impulso em circunstâncias em que a região de destino passa por dificuldades econômicas, em que a região de origem passa por conjuntura de expansão econômica ou em ambas as situações combinadas. Em muitos contextos, a migração de retorno é um indicador de que o projeto migratório não foi bem sucedido.

A migração de retorno não deixa de ser uma migração: em muitos casos, a cidade de origem que o migrante encontra não é mais a mesma, como não são as mesmas a família que ele deixou e toda a sua antiga sociabilidade. Há, portanto, imensas dificuldades adaptativas mesmo na migração de retorno, que levam, geralmente, ao retorno ao país do exterior (ou a outro). Este movimento é chamado de reemigração.

Seja como for, o retorno é sempre uma constante no projeto migratório, ainda que ele não aconteça. O retorno é, precisamente, o elo entre duas dimensões da condição do migrante: ele é um ausente onde está presente fisicamente; e um presente onde está ausente fisicamente.

## REFUGIADOS, DESLOCADOS INTERNOS E SOLICITANTES DE REFÚGIO

Os movimentos populacionais nem sempre são voluntários. Diversas dinâmicas, políticas, econômicas, sociais, étnicas, religiosas e de orientação sexual e identidade de gênero, obrigam grupos sociais a se deslocarem em razão do risco a sua integridade e segurança.

Nesses casos, os grupos deslocam-se, não necessariamente para fora das fronteiras nacionais de seu país, mas também para outras regiões deste mesmo.

Quando o deslocamento se dá entre diferentes países, nessas condições, as pessoas podem solicitar proteção internacional por meio do instituto do refúgio. A instituição internacional vocacionada ao trabalho com pessoas em situação de refúgio é o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.

No Brasil, o órgão responsável por analisar as solicitações de refúgio é o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), composto por representantes de diversos ministérios – como o Ministério da Justiça e o Ministério das Relações

Exteriores – e um representante de organização não governamental que se dedique a atividades de assistência e proteção de refugiados no País. Nesta composição, o ACNUR é convidado a participar do Comitê, no qual tem poder de voz, mas não de voto.

O documento legal que regula o refúgio no Brasil é a lei n.º 9.474/97, conhecida como o Estatuto do Refugiado. De acordo com essa legislação, será reconhecida como refugiada a pessoa que:

- a) devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
- b) não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
- c) devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Os efeitos do reconhecimento da situação de refúgio se estendem a cônjuge, ascendentes, descendentes e demais membros do grupo familiar que são economicamente dependentes.

E, ainda de acordo com o Estatuto do Refugiado: “em hipótese alguma será efetuado sua deportação para fronteira de território em que sua vida ou liberdade esteja ameaçada, em virtude de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política”.

Segundo o relatório global do ACNUR de 2017 (com dados até o final de 2016), há 65,6 milhões de deslocados forçados no mundo, o equivalente a 1 em cada 113 pessoas. O ano de 2016 registrou o aumento de 300 mil pessoas no total de deslocados forçados.

Desses 65,6 milhões de deslocados forçados, 22,5 milhões são refugiados já reconhecidos como tal, 40,3 milhões são deslocados internos (seguem vivendo dentro do país, mas não podem voltar à região de origem) e 2,8 milhões são solicitantes de refúgio, dos quais 800 mil entraram com recurso após uma solicitação negada na primeira avaliação. A tabela abaixo apresenta os dados de refugiados no mundo segundo o seu país de origem.

**Tabela 1 – Refugiados, segundo país de origem (2015 e 2016).**

País	2015	2016	Varição 2015-2016
Síria	4873243	5524377	11,79
Afganistão	2666305	2501445	-6,59
Sudão do Sul	778718	1436719	45,80
Somália	1123156	1012323	-10,95
Sudão	627087	650640	3,62
Rep. Democrática do Congo	541496	537473	-0,75
Rep. Centro-Africana	471105	490892	4,03
Miamar	451805	490289	7,85
Eritrêa	407449	459430	11,31
Burundi	292764	408085	28,26

Fonte: ACNUR, 2017

E a Tabela 2 apresenta dados de países de destino destes refugiados.

**Tabela 2 – Refugiados, segundo país de destino (2015 e 2016).**

País	2015	2016	Varição 2015-2016
Turquia	2541352	2869421	11,43
Paquistão	1561162	1352560	-15,42
Líbano	1070854	1012969	-5,71
Irã	979434	979435	0,00
Uganda	477187	940835	49,28
Etiópia	736086	791631	7,02
Jordânia	664118	685197	3,08
Alemanha	316115	669482	52,78
Rep. Democrática do Congo	383095	451956	15,24
Quênia	553912	451099	-22,79

Fonte: ACNUR, 2017.

## LEGISLAÇÃO E ACOLHIDA HUMANITÁRIA

O princípio da acolhida humanitária advém do reconhecimento de que migrar é um direito humano. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, em seu artigo 13º, estabelece que toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado, bem como de abandonar o país em que se encontra – incluindo o seu –, e o direito de regressar ao seu país.

No que se refere aos refugiados, a sua proteção é regida pela Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, existente desde 1951, mas que sofreu importante complementação por meio da Convenção de 1967. A lei brasileira, o mencionado Estatuto do Refugiado, inclui os aportes da Declaração de Cartagena, de 1984, estabelecendo uma definição mais ampla do instituto, uma vez que inclui no conceito de refúgio pessoas obrigadas a deixar o seu país de origem por conta de grave e generalizada violação de direitos humanos.

No que se refere ao marco regulatório das migrações, é importante considerar que vivemos um período de transição: superamos o Estatuto do Estrangeiro, legislação promulgada em meio a Ditadura Militar e que se manteve vigente por mais de três décadas – de 1980 a 2017 –, e estamos no início da vigência da Lei 13.445/2017.

Enquanto a lei anterior entendia o migrante como uma ameaça à segurança nacional, declarando muitos deveres e reconhecendo poucos direitos, a nova lei traz a garantia do exercício de direitos fundamentais por parte das pessoas que migram e incorpora importantes princípios como a universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos e o repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação.

Importante observar que o processo de elaboração da nova Lei de Migrações foi marcado pela intensa participação social, apesar dos diversos vetos presidenciais que prejudicaram o seu espírito original de acolhida humanitária.

## BREVE CONTEXTO MIGRATÓRIO E DE REFÚGIO BRASILEIRO

Nos últimos anos, a crise capitalista mundial tem resultado em aumento do desemprego nos países centrais (Cepal, 2009), provocando o fortalecimento de discursos e práticas xenófobas (Covarrubias, 2010; Durand; 2014) e a construção e imposição de inúmeras fronteiras às pessoas que migram, desde a chegada a esses países até as condições em que se dá a inserção social e laboral (Covarrubias, 2010). Em outras palavras, as transformações econômicas têm condicionado modificações no mundo do trabalho e, ao fazê-lo de forma desigual, acarretam significativos impactos na mobilidade populacional (Baeninger, 2016).

A deterioração das condições de vida e de trabalho, em nível global, todavia com particularidades importantes, acarreta transformações na dinâmica migratória internacional, através da redefinição dos destinos migratórios (Magalhães e Baeninger, 2016). O histórico sistema migratório sul-norte global vê-se, gradativamente, suplantado pelo emergente sistema migratório sul-sul, alterando a posição de países e centros metropolitanos na divisão internacional do trabalho (Baeninger, 2016).

Os “periféricos na periferia” (Villen, 2016) são uma face importante dessa nova modalidade migratória (Baeninger, 2013). O mesmo pode ser considerado do ponto de vista do refúgio internacional (Bógus e Mozine, 2015). Neste sentido, o Brasil, que passou por um importante ciclo de expansão econômica com relativa inclusão social, e que resultou na criação de 14,4 milhões de postos de trabalho entre 2003 e 2010, tem se inserido na dinâmica das migrações internacionais também como um país de imigração.

Segundo dados do Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (SINCRES) da Polícia Federal, sistematizados pelo Observatório das Migrações em São Paulo, entre os anos de 2000 e 2015, foram realizados 256.979 registros de imigrantes internacionais na cidade de São Paulo, o que corresponde a 90,2% dos registros de imigrantes internacionais da RMSP (284.600 registros), 65,6% do total do estado de São Paulo (391.282 registros) e 29,24% do total do Brasil (878.742 registros).

Já no ano de 2016, foram realizados 24.319 registros de imigrantes internacionais na cidade de São Paulo, o equivalente a 85,6% dos registros de imigrantes internacionais na RMSP (28.402 registros) e 60,3% dos registros do estado de São Paulo (40.320 registros).

Nesta conjuntura, destaca-se a imigração haitiana, especialmente após o ano de 2010. Estimativas apontam que entre 2010 e 2017, 85.000 haitianos tiveram no Brasil país de trânsito ou de destino. Neste início de século XXI, consolida-se e se diversifica a imigração latino-americana no Brasil, com predominância da presença boliviana, paraguaia, peruana e argentina. Também a imigração africana (sobretudo senegalesa) e asiática (sul-coreana e chinesa) têm crescido em número e aportado maior complexidade à imigração internacional no Brasil.

No que se refere ao refúgio, cabe destacar que as situações de conflito e perseguição no mundo estão, infelizmente, se agravando. Segundo o relatório da ACNUR “Tendências Globais 2017”, em 2016, foram avaliados 1,5 milhões de pedidos de refúgio (pelos Estados e pela própria ACNUR). Trata-se do maior número já registrado. Destas solicitações, 899.600 (60%) tiveram a condição de refúgio reconhecida e 598.400 (40%) solicitações foram indeferidas. A taxa de proteção mundial é considerada alta (60%). Em 2003, ela foi de 27%.

No Brasil, até meados de 2017 havia 8.863 refugiados reconhecidos no Brasil, dos quais 2.298 são da Síria, 1.420 da Angola e 1.100 da Colômbia. A Tabela 3 apresenta esses valores:

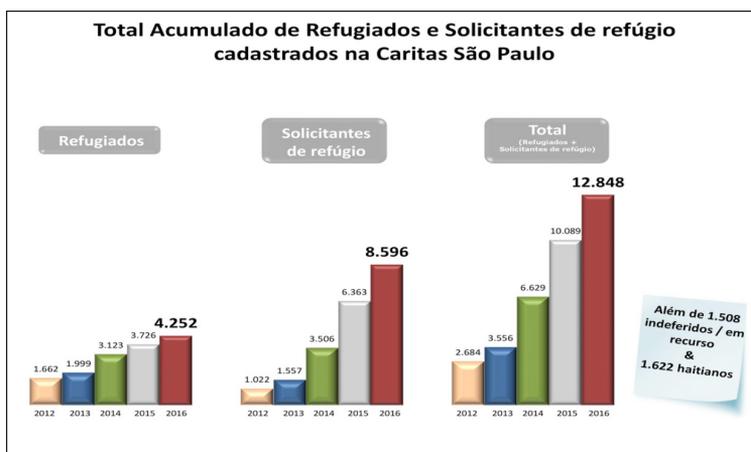
**Tabela 3 – Solicitações de refúgio reconhecidas (2010 – 2016).**

País	Refugiados reconhecidos	%
Síria	2298	25,93
Angola	1420	16,02
Colômbia	1100	12,41
Congo	968	10,92
Palestina	376	4,24
Libano	360	4,06
Iraque	275	3,10
Libéria	224	2,53
Paquistão	177	2,00
Serra Leoa	144	1,62
Outros	1521	17,16
<b>Total</b>	<b>8863</b>	<b>100,00</b>

Fonte: CONARE, 2017.

A maior parte dos refugiados no Brasil é residente na cidade de São Paulo, o que expressa a importância que tem a cidade, seus centros de acolhida e as redes estabelecidas. O total de refugiados e de solicitantes de refúgio residentes na capital paulista pode ser observado na figura abaixo.

**Figura 1 – Total acumulado de refugiados e solicitantes de refúgio cadastrados na Caritas de São Paulo (2012 a 2016).**



Fonte: Caritas São Paulo, 2017.

Em 2016, as principais nacionalidades dos solicitantes de refúgio em São Paulo foram, em ordem crescente, Guiné Conacri, Síria, República Democrática do Congo, Nigéria e, em primeiro lugar, Angola.

Em 2017, no Brasil, foram feitas 33.865 solicitações de refúgio. Destas, pouco mais da metade (52,75%) são de venezuelanos, isto é, 17.863 solicitações. Em

seguida, as principais nacionalidades foram Cuba (2.370 solicitações, 7,01% do total), Haiti (2.360 solicitações, 6,97% do total), Angola (2.035 solicitações, 6,01% do total) e China (1.462 solicitações, 4,32% do total).

# IMIGRAÇÃO

Foto: Tatiana Waldman



Fraternidade Folclórica no Fórum Social Mundial das Migrações (São Paulo, julho 2016).

GIOVANNA MODE MAGALHÃES

## IMIGRANTES DA BOLÍVIA EM SÃO PAULO: EM BUSCA DE NOVOS OLHARES

O minidocumentário 100% Boliviano, Mano (2013), de Luciano Onça e Alice Riff<sup>4</sup>, traz pequenos fragmentos da história do garoto Denílson Mamami, conhecido como “Choco”, na época com 15 anos e morador do Bom Retiro, bairro central de São Paulo. Nasceu na Bolívia e veio para o Brasil aos 9 anos. Estudava numa escola pública da capital paulista, onde cerca de um terço de seus colegas também eram bolivianos ou bolivianas. Como todo jovem de sua idade, sonhava em fazer universidade, ter uma boa carreira, deixar sua mãe orgulhosa.

Em poucos minutos, as cenas do cotidiano de Choco comendo músicas hip hop e se divertindo com os amigos se misturam com algumas das referências das populações de origem boliviana que vivem em São Paulo, como a festa de independência da Bolívia que ocorre no Memorial da América Latina ou a feira da praça Kantuta, tradicional ponto de encontro cultural e de serviços da comunidade boliviana, que ocorre aos finais de semana. Para um público que quer conhecer mais sobre a presença dos imigrantes da Bolívia em São Paulo, o curta abre a rápida possibilidade de ir um pouco além das já mais conhecidas – e legítimas – denúncias das condições de trabalho precárias e discriminação e xenofobia.

Há mais de seis décadas, registra-se a imigração boliviana para São Paulo - seja para inserir-se no setor da costura, seja para atuar em outros ramos de serviços ou exercer profissões liberais, como médicos, dentistas, engenheiros, técnicos entre outros. Nos anos 80, o fluxo aumenta, com perfis da população que respondiam sobretudo às promessas de bons salários feitas pelos empregadores coreanos, bolivianos ou brasileiros da indústria da confecção. Assim, a presença boliviana tornou-se mais numerosa e também mais feminina. Naquela mesma década, observa-se o início da tendência à terceirização das oficinas de costura, e, segundo Sidney Silva (2012), os bolivianos passaram a ser incorporados como trabalhadores temporários sem nenhuma forma de regulamentação trabalhista, seja pelo fato de parte deles estar indocumentada no país, seja por não ter um contrato de trabalho regulamentado.

O relatório “Migrantes Regionais na Cidade de São Paulo – Direitos Sociais e Políticas Públicas” do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos (IPPDH) do MERCOSUL reafirma que ainda uma parte significativa dos migrantes regionais – a maioria de origem boliviana - se insere no mercado informal – o que no caso das populações migrantes adquire contornos particulares. Os ambientes e dinâmicas laborais de grande precariedade ferem seu direito ao trabalho e à segurança social, e também as possibilidades de acesso a outros direitos. Os dados do SINCRE / DPF contabilizavam um total de 89.208 imigrantes bolivianos viven-

4-Lançado pela Agência Pública em 2013 e disponível em <<https://player.vimeo.com/video/113441510>>.

do no Brasil em 2016, sendo que 73% residiam em São Paulo, cerca de 64.953 pessoas. Se no cenário nacional respondiam por 7% do total de imigrantes, na capital paulista representam 16,9% - em ambos casos são a segunda maior nacionalidade, ficando atrás da portuguesa. Quase metade desse fluxo populacional é formada por mulheres, mostrando a crescente tendência de feminização das migrações regionais para a capital paulista. Se na década de 90 a concentração de imigrantes da Bolívia predominava nos bairros centrais da cidade, como Bom Retiro, Brás e Pari, bairros onde se concentram a produção e a comercialização da indústria das confecções, hoje estão em regiões muito diversas ao longo do município.

A imigração boliviana para o Brasil e, sobretudo para São Paulo, já foi e continua sendo tema de estudo de muitas pesquisas disponíveis<sup>5</sup>, que se interessam não só por conhecer as origens, razões e características do fluxo migratório, mas cada vez mais por verificar as dinâmicas sociais vivenciadas na cidade. Questões em torno das condições de inserção das populações de origem boliviana no setor têxtil e a implantação territorial na cidade têm motivado diversos estudos. Entre outros aspectos que geram interesse estão também as construções identitárias e culturais, a crescente presença de mulheres nos fluxos migratórios, o papel dos meios de comunicação na construção e manutenção de estereótipos, as dinâmicas de discriminação e xenofobia que vivenciam no cotidiano.

Também entre os aspectos já abordados em pesquisas recentes estão as dinâmicas de participação política e lutas por acesso aos direitos sociais, como trabalho e segurança social, saúde, educação e moradia. Mais recentemente, tem-se olhado para a participação dos mais diversos coletivos de estrangeiros como sujeitos ativos na luta pela realização de direitos no Brasil e na cidade, fortalecendo as demandas locais. Exemplificamos com alguns contornos da luta recente pelo direito à educação, destacando, sobretudo a participação das populações de origem boliviana.

Nas escolas públicas, as matrículas de estudantes estrangeiros têm crescido – e, entre os mais diversos grupos de não nacionais, a presença boliviana é a mais numerosa. Um balanço da Secretaria Estadual de Educação afirmava a existência de 8.579 estrangeiros de 95 nacionalidades distintas matriculados no ano de 2014. Já no âmbito da cidade, a Secretaria Municipal de Educação mostrava, no ano de 2016, um total de 4.463 matriculados não brasileiros, sendo mais da metade - 2.537 - nascidos na Bolívia<sup>6</sup>.

Uma série de instrumentos de direitos humanos – internacionais e nacionais - determina o acesso de todos e todas à educação, sem discriminação. No Brasil, este direito está assegurado pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Mais recentemente a Lei da Migração também reafirma a participação de estudantes não nacionais em condição de igualdade na educação. Em que pese toda a garantia legal, os relatos de violações documentados são muitos e incluem não apenas barreiras ao acesso ao sistema educativo, mas também à permanência – incluindo muitas vezes um ambiente hostil, sobretudo à presença boliviana, que se manifesta desde os apelidos pejorativos até os relatos de discriminação e violência.

5- Entre as referências mais recentes, encontra-se a publicação *Migração Boliviana no Brasil*, organizada por Rosana Baeninger. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

6- Dados obtidos através de solicitação dirigida no Portal da Transparência da Prefeitura de São Paulo.

O relatório do IPPDH, mencionado anteriormente, mostrou ainda como questões que afetam todo o sistema educativo local (e nacional) ganham contornos próprios, como é o caso da dificuldade de acesso à educação infantil, que compromete não só a educação como direito desde a primeira infância, mas também os direitos das mulheres migrantes, que precisam contar com serviços de cuidado a crianças pequenas para que possam trabalhar. Outro exemplo é a alta evasão no Ensino Médio, em grande parte gerada pela incompatibilidade com os horários de trabalho ou simplesmente ao desinteresse dos e das jovens com o conteúdo ali tratado – problemática comum, aliás, a toda a América Latina, considerando que quase metade dos/as estudantes não terminam este nível de escolaridade na região (IIPE UNESCO).

Contudo, o diálogo recente com diversos grupos de migrantes – e em grande parte com populações de origem boliviana – vem gerando não só um diagnóstico mais completo dos desafios para a garantia do direito à educação como também um melhor mapeamento das expectativas e possibilidades. As propostas para a educação na I Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes, realizada em 2013, incluíam, por exemplo, a criação de escolas multilíngues e multiculturais, vagas em concurso público para professores de outros países, oferecimento de curso de espanhol para servidores públicos e para a criação de espaços culturais para integração entre migrantes e brasileiros.

Também como fruto da demanda histórica dos movimentos sociais, a recém aprovada lei 16.478, do ano de 2016, que estabelece a Política Municipal para a População Migrante, explicita os direitos educativos, (art. IV) e o decreto que a regulamenta<sup>7</sup>, expande a necessidade de ter-se em conta as “peculiaridades do aluno imigrante, particularmente aquelas relacionadas à língua portuguesa e possíveis diferenças de conteúdo dos sistemas de ensino de origem, de modo a permitir tanto o acesso ao ensino em compatibilidade com seus conhecimentos prévios”, além de tratar da necessidade de combate à xenofobia, de conteúdos que promovam a interculturalidade e a valorização das culturas de origem dos alunos imigrantes ou filhos de imigrantes dentro das grades curriculares.

Próximos passos nesse sentido são certamente levar as garantias do âmbito legal para a política e para as práticas locais – o que nem sempre é simples e depende das negociações com uma infinidade de sujeitos no cotidiano. Ao longo de tantos caminhos que se cruzam na intensidade da capital paulista, muitas iniciativas já se fazem notar, sobretudo aquelas originadas no diálogo genuíno com as populações migrantes, o que contribui para a construção de novos olhares, passo tão fundamental para a reinvenção da realidade.

## REFERÊNCIAS

BAENINGER, R. (Org). **Migração Boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

MAGALHÃES, G. M. **Fronteiras do Direito Humano à Educação: um estudo sobre os imigrantes bolivianos nas escolas públicas de São Paulo**. 2010. 184f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2010.

---

7-Decreto No 57.533, de 15 de dezembro de 2016, Regulamenta a Lei no 16.478, de 8 de julho de 2016, que institui a Política Municipal para a População Imigrante

WALDMAN, T. C. **O acesso à educação escolar de imigrantes em São Paulo: a trajetória de um direito.** 2012. 236f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos (IPPDH) do MERCOSUL. **Migrantes Regionais na Cidade de São Paulo – Direitos Sociais e Políticas Públicas.** Disponível em <http://www.ippdh.mercosur.int/pt-br/>

SILVA, S. A. Bolivianos em São Paulo. Dinâmica Cultural e Processos Identitários. In: BAENINGER, R. (Org). **Migração Boliviana no Brasil.** Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa,

# MIGRANTES HAITIANOS NA CIDADE DE SÃO PAULO: TRABALHO, TERRITORIALIDADES E OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS.

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, mudanças na divisão internacional do trabalho provocaram importantes impactos na dinâmica das migrações internacionais (MAGALHÃES e BARNINGER, 2016). Essas mudanças referem-se, sobretudo, à forma com que a crise econômica impactou nos países centrais, deteriorando as condições do mercado de trabalho de uma forma geral, e dos setores de atividade econômica que admitem trabalhadores imigrantes, de forma específica (CANALES, 2015; COVARRUBIAS, 2010). Ainda como consequência da crise, agrava-se a discriminação a imigrantes (CANALES, 2015), tanto através do endurecimento das políticas migratórias dos tradicionais países de destino da migração internacional (como Estados Unidos, França e Inglaterra), como por meio do sentimento e da prática xenófobos nas sociedades destes países. Com a irrupção da crise econômica, ocorre a diminuição do volume de remessas para os países de origem dos migrantes (CEPAL, 2009), particularmente na América Latina e no Caribe. Erigem-se, também, novas mobilidades, novas faces e fases da migração internacional (BAENINGER, 2012), como a migração de retorno e a reemigração de imigrantes internacionais (FERNANDES e CASTRO, 2013).

Todas estas transformações têm reforçado o fenômeno das migrações Sul – Sul, no qual o Brasil tem ocupado posição de crescente destaque. No início deste século XXI, o país passou por uma conjuntura, já esgotado, de expansão econômica caracterizada pela criação de 14,7 milhões de postos de trabalho, entre 2003 e 2010, indicando um processo de crescimento econômico com relativa inclusão social.

Esse artigo tem por objetivo analisar, à luz das migrações Sul – Sul, a imigração haitiana no Brasil, especificamente na região da Baixada do Glicério, no município de São Paulo, e seus processos de inserção laboral, construção de territorialidades e ocupação de espaços públicos na capital paulista.

O Brasil, e especialmente sua maior metrópole, São Paulo, consolidam-se como novos destinos a milhares de imigrantes internacionais e refugiados, dada a realocação geopolítica e econômica do país (BAENINGER, 2016). Não obstante o fluxo haitiano ter se mostrado, a princípio, mais nacional e interiorizado, menos concentrado em São Paulo, após 2014, com o crescimento do desemprego e a diminuição da admissão de trabalhadores pela agroindústria, esse fluxo volta a concentrar-se em São Paulo. Essa concentração na capital paulista, que já caracterizava fluxos mais consolidados, como de peruanos e bolivianos, é seguida também pelos refugiados sírios e por fluxos africanos de menor volume, como de angolanos e guineanos. É importante relacionar essas novas mobilidades a

um processo ulterior de reconversão econômica no município de São Paulo e consequente desconcentração industrial. Esses processos, ao passo em que expandem o setor de serviços de baixa qualificação na cidade e deslocam atividades industriais para outras regiões do estado de São Paulo, alteram também a distribuição espacial da população, passando a atrair imigrantes para trabalhos caracterizados pela precariedade, alta rotatividade e baixa qualificação.

Neste artigo, analisaremos a forma específica com um determinado grupo imigrante, o de haitianos, relaciona-se com o espaço urbano: embora inseridos em dinâmicas laborais pré-existentes que organizam o território e a própria produção capitalista da cidade, eles constroem novas territorialidades a partir da ocupação, comercial e cultural, de espaços públicos.

Essa pesquisa de campo tem envolvido: i) a realização de entrevistas institucionais com representantes dos espaços e órgãos de acolhimento e acompanhamento da imigração haitiana na cidade, de modo a compreender a estrutura com a qual a imigração haitiana depara-se em seu processo de inserção social; ii) a realização de entrevistas com imigrantes haitianos, para compreender suas trajetórias migratórias e as principais características de seu processo de inserção laboral; e iii) a observação participante nos espaços simbólicos da imigração haitiana na região, de modo a compreender outros nuances do processo de interação social e de construção de territorialidades.

A imigração haitiana no município de São Paulo concentra-se, sobretudo na região da baixada do Glicério, entre os distritos da Liberdade e da Sé, em razão da localização nesta região de importantes espaços de acolhimento (especialmente a Missão Paz, na Igreja Nossa Senhora da Paz, na Rua do Glicério), de uma maior oferta de habitações acessíveis embora muito precárias, frequentemente excessivamente adensadas, e de relativa facilidade de mobilidade. O espaço em que se concentram é, por outro lado, produto de transformações na ordem urbana que deterioraram a região central e fizeram dela ponto de vulnerabilidade sócio espacial. Isso nos leva a apontar que existe, atualmente, uma relação entre mobilidade internacional e segregação socioespacial na cidade de São Paulo (BÓGUS e PASTERNAK, 2015).

A produção de uma territorialidade haitiana nesta região passa, também, por um processo de transnacionalização (CANALES, 2015) de sua cultura e de manifestação de aspectos importantes da sociedade haitiana na região do Glicério, especialmente as lojas de envio de remessas ao país e a atuação das “Madam Sara” (MAGALHÃES, 2018), como são conhecidas as mulheres haitianas responsáveis por produzir e comercializar alimentos e comidas típicas do país nas ruas da capital paulista.

Em razão de disposições legais específicas (a Resolução Normativa 97 do Conselho Nacional de Imigração, o CNIg), a imigração haitiana difere de outros grupos imigrantes no país por ser mais documentada. A posse de carteira de trabalho, se por um lado nos permite captar a presença destes imigrantes no mercado formal de trabalho, por outro nos impele a identificar as formas específicas de sua contratação e da superexploração de sua força de trabalho. Ademais, a formação de nichos étnicos no mercado de trabalho da capital paulista e a presença destes nichos em cadeias mercantis globais nos permitem analisar o trânsito dos trabalhadores haitianos entre a formalidade e a informalidade (OIT, 2017).

Ao redor da Igreja Nossa Senhora da Paz, onde está situada a Missão Paz, a paisagem urbana e social vê-se, desde 2010, redesenhada, predominando atualmente população imigrante haitiana. Espaços como a rua dos Estudantes, rua Conde de Sarzedas, rua do Glicério e rua Dr. Lund apresentam intensa atividade comercial de negócios típicos da comunidade haitiana, como pequenas lojas de envio de remessas de migrantes, barbearias, salões de beleza, lojas de conserto de bicicletas e restaurantes. A formação desse espaço público identitário haitiano é, também, decorrência do enorme adensamento domiciliar: a existência nessa região de cortiços e de casas coabitadas faz das calçadas o espaço de convivência, dado que as casas são, muitas vezes, utilizadas exclusivamente para o descanso e repouso. É neste contexto em que as mulheres haitianas são mais visíveis. Na rua do Glicério é onde essa presença é mais visível, e nela as “Madam Sara” mostram a face mais evidente do caráter transnacional dessa mobilidade. Segundo Thomaz (2010), “as Madam Sara são as comerciantes que garantem a oferta de produtos de boa parte dos mercados de Porto Príncipe. Conectam a capital com as regiões rurais do país e são as responsáveis até mesmo por circuitos existentes entre o Haiti e a República Dominicana, os Estados Unidos e o Panamá” (THOMAZ, 2010, p. 30). Não seria forçoso já incluir o Brasil e especificamente São Paulo no rol dessa conexão, ou, em outras palavras, no “espaço de vida” (COURGEAU, 1980; DOMENACH, 1996) da migração haitiana (MAGALHÃES, 2017). A capilaridade das “Madam Sara” no território das cidades haitianas é tão grande que, no pós-Terremoto de 2010, quando a Minustah não sabia precisamente como fazer levar os alimentos e medicamentos arrecadados mundialmente, foram elas que aliviaram, com seus produtos e sem qualquer procura e reconhecimento da Minustah, a situação de enorme vulnerabilidade na região da capital (THOMAZ, 2010).

Ao redor da Missão Paz, essas mesmas “Madam Sara” ressignificam o território social da Baixada da Glicério e alteram a paisagem urbana da região: bananas da terra são fritas e cozidas em panelas enormes, espigas de milho são assadas em latões improvisados, doces de farinha e de coco preparados e vendidos nas calçadas, assim como “cremas”, bebida típica haitiana, e outras frutas. Nada disso havia antes da presença haitiana na região. As “Madam Sara”, juntamente com todo o conjunto de negócios étnicos haitianos da região, mostram a vitalidade e importância da ação das mulheres para a reprodução social da comunidade haitiana. Tal conclusão dá-se somente com a elaboração de instrumentos de pesquisa de campo capazes de observar essas mulheres: a frieza dos números muitas vezes não nos permite vê-las. Peres (2016) sintetiza essa dificuldade de identificação das especificidades de gênero a partir das fontes tradicionais de pesquisa sobre migração: “as ‘fontes de dados tradicionais’, muitas vezes, por sua própria concepção, periodicidade, cobertura ou definição de conceitos, não se aplicam a um fluxo migratório feminino. Faz-se necessário, então, lançar mão de outros recursos metodológicos que superem as limitações dos censos demográficos” (PERES, 2016, p. 276).

Em que pese essa importância, a participação das mulheres haitianas nas atividades culturais e políticas da comunidade não é frequente. A associação dos haitianos da cidade é bastante masculinizada, o que expressa uma relação de gênero em que às mulheres historicamente outras tarefas são atribuídas. Assim parece ser na associação de São Paulo, de outras cidades em outros estados do Brasil, e na própria capital haitiana, Porto Príncipe (MAGALHÃES, 2017).

## REFERÊNCIAS

BAENINGER, R. et al (org). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 684p.

BAENINGER, R. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2012. 146p.

BAENINGER, R. Migração Transnacional: elementos teóricos para o debate. In: BAENINGER, Rosana et al (org). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 684p.

BÓGUS, L.; PASTERNAK, S. (Orgs.). **São Paulo: Transformações na Ordem Urbana**. Letra Capital: Observatório das Metrôpoles: Rio de Janeiro, 2015.

MAGALHÃES, L. F. A., BAENINGER, R. Imigração Haitiana no Brasil e Remessas para o Haiti. In: BAENINGER, R. et al (org). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 684p.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). **Inserção Laboral de Imigrantes Internacionais: Transitando entre a economia formal e informal no município de São Paulo**. Brasil, 2017.

PACHECO, C. A. **Fragmentação da Nação**. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1998.

SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo, Studio Nobel, 1998.

SINCRE – **Sistema Nacional de Cadastro de Registro de Estrangeiro**. Polícia Federal. 2015.

CAMILA RODRIGUES DA SILVA

# REDES MIGRATÓRIAS DE VENEZUELANOS NA CIDADE DE SÃO PAULO

## POR QUE OS VENEZUELANOS ESTÃO VINDO AO BRASIL?

As principais reclamações dos venezuelanos sobre seu país estão relacionadas à falta de alimentos e de medicamentos, além da inflação, que está reduzindo o poder de compra dos salários. Então, mesmo onde há menos escassez de produtos básicos, como na capital Caracas, o alto preço de bens de subsistência, como feijão e papel higiênico, tem comprometido a alimentação dos venezuelanos.

Os fatores econômicos e a tensão política são fundamentais para compreender o movimento migratório de venezuelanos para o Brasil. É preciso recuperar que, em 2011, a Venezuela se tornou a maior reserva de petróleo do mundo, segundo a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) (CARTA CAPITAL, 2011).

Para compreender a posição geopolítica do país, é importante considerar que a Venezuela está entre os quatro maiores fornecedores de petróleo dos EUA, e que suas receitas de petróleo representam historicamente, em média, um terço do PIB e metade da receita do governo (CAMPOS, 2016). No entanto, sua vantagem é, ao mesmo tempo, sua limitação. Como afirma Maringoni (2009), a Venezuela é um caso típico de “doença holandesa”: a entrada de dólares na economia por meio das exportações de petróleo tende a valorizar o câmbio e a desequilibrar outras iniciativas econômicas. Ou seja, há pouco incentivo a investir em outras indústrias ou setores da economia com tanta abundância de petróleo e isso tem sérias consequências quando os preços das commodities caem.

A Venezuela importa 40% dos alimentos que consome, sendo que há uma produção satisfatória de frutas, legumes e hortaliças, que atenderia a cerca de 80% da demanda, mas que há muita carência de grãos e proteína animal (SILVA, 2017). Outro problema é a interferência de questões políticas na economia, que, historicamente, tornou a inflação o principal fator de deterioração do padrão de vida da população (SILVA, 2017).

A partir do auge em 2014, o preço do barril caiu vertiginosamente até atingir o patamar de US\$ 32 em fevereiro de 2016. A Venezuela, particularmente, vendia seu petróleo a US\$ 21 por barril em janeiro de 2016, a um custo de cerca de US\$ 18 o barril. Dada a dependência do país e das políticas públicas desse único setor econômico, o cenário econômico e social que se seguiu foi de catástrofe (FIGUEIRA, 2017). Esse período também coincide com o período do governo de Maduro, o chavismo pós Hugo Chaves.

Pressões políticas da oposição e de atores internacionais influenciaram tanto a espiral inflacionária inflação como a forte deterioração da moeda local, o Bolívar

Fuerte. Em janeiro de 2016, o próprio Banco Central da Venezuela revelou que a inflação anual até setembro de 2015 chegou a 141%, depois de um ano sem divulgar dados oficiais sobre o assunto (BBC, 2016). De lá para cá, não foram publicadas novas informações sobre esse índice, apenas algumas medidas do governo.

Ao mesmo tempo em que cai o preço do petróleo, o câmbio paralelo deprecia aceleradamente o poder de compra da moeda venezuelana. Em 2014, o mercado paralelo depreciava a moeda em 88% a mais em relação ao câmbio oficial, ou seja, de um câmbio de 6,3 bolívares por dólar, na verdade, conseguia-se trocar 51 bolívares por dólar (JIMENEZ, 2014). Em julho de 2017, durante a etapa de campo no país, os números eram muito maiores: era possível trocar entre 6500 e 8000 bolívares por um dólar no mercado paralelo.

Essa deterioração da moeda afeta as importações de alimentos, medicamentos e outros bens de consumo que o país não produz internamente - ou cuja produção está nas mãos de empresários que se opõem ao governo Maduro. Além da escassez de alguns produtos (em especial remédios e artigos de higiene pessoal), o resultado desses fatores econômicos é a redução drástica do poder de compra dos salários e, conseqüentemente, da qualidade de vida da população, que está sofrendo sérios problemas de saúde e de segurança alimentar. Em um cenário com o salário mínimo de 325.544 bolívares (R\$ 46), uma simples camiseta de algodão custava 30.000 bolívares.

O desemprego também tem deteriorado a qualidade de vida dos cidadãos: apesar de o governo Maduro ter deixado de publicar uma série de dados oficiais sobre a situação socioeconômica, o último relatório World Economic Outlook do Fundo Monetário Internacional (FMI), publicado em outubro de 2017, apontou que 26,4% da População em Idade Ativa (PIA) do país estão desempregados.

## MAS ELES SÃO REFUGIADOS MESMO?

Em 3 de março de 2017, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) publicou a Resolução Normativa (RN) 126/2017, que concedia residência temporária para os venezuelanos (e outros imigrantes de países fronteiriços) por dois anos e tinha data de validade de um ano.

A resolução só surgiu após uma forte manifestação de entidades vinculadas ao tema da migração e da proteção aos Direitos Humanos e chegou tardiamente, somente dois anos após o aumento do fluxo. Outro aspecto foi a ausência de divulgação da medida (JAROCHISNKI SILVA, 2017).

Essa regularização migratória teve como entraves a burocracia e o pagamento de taxas. Entre as dificuldades burocráticas, está o fato de a resolução exigir os nomes do pai e da mãe, o que o documento venezuelano oficial não contém. O cenário se torna ainda pior porque algumas pessoas perderam seus documentos no caminho e têm dificuldades de conseguir uma segunda via na Venezuela.

Um segundo problema é o de custo. No caso da chegada ao Brasil, em Pacaraima, a maioria dos venezuelanos se deslocou de ônibus em uma viagem com duração média de 1 a 2 dias, justamente pela falta de recursos financeiros (SIMÕES et al, 2017, p. 4). Em julho de 2017, essas taxas somadas chegavam a pouco mais de R\$ 300, o que já chegou a equivaler quase sete salários mínimos venezuelanos. Esse custo praticamente inviabilizou a RN 126 (SIMÕES, 2017).

Contraditoriamente, quem poderia ter algum dinheiro para pagar a autorização de residência, não poderia pedir por uma exigência: ter ingressado no território brasileiro por via terrestre. Historicamente, a migração venezuelana para o Brasil que aponta 90,4% chegaram por via aérea, segundo o Atlas Temático do Observatório das Migrações em São Paulo. Vencido o prazo da resolução, o governo federal publicou, em 14 de março de 2018, a Portaria Interministerial 9, com a mesma função e alguns ajustes, como a eliminação da exigência de que a entrada seja por terra. O documento não tem data de validade, mas pode ser revogado a qualquer momento.

## A VINDA DE VENEZUELANOS PARA SÃO PAULO

Ao analisar os venezuelanos registrados entre 2000 e 2015, 95,3% dos residentes estavam concentrados no Estado de São Paulo e, destes, a maioria na capital paulista (BAENINGER e FERNANDES, 2017). O perfil predominante até 2015 era de mulheres estudantes, solteiras e em idade produtiva, principalmente nas faixas etárias entre 25 e 39 anos. A partir de 2016, a razão de gênero aumenta, provavelmente por conta dos fluxos oriundos da crise econômica.

Em 2017, logo abaixo de Roraima, o Estado que mais recebeu solicitações de refúgio foi São Paulo.

A esses pedidos, a tendência é que se somem as migrações de fronteira que se deslocam, posteriormente, para São Paulo (OIT, 2017), em busca de oportunidades. Esses imigrantes que chegam à fronteira Norte, além das dificuldades de regularização migratória, acabam enfrentando as dificuldades de ingresso no mercado de trabalho, agravadas pelo cenário econômico, já que o Brasil tem registrado a maior taxa de desemprego dos últimos 15 anos. Além disso, Roraima se caracteriza por ter nos empregos públicos as melhores opções de emprego e o fato de serem estrangeiros os impede de concorrer a essas oportunidades (JAROCHINSKI SILVA, 2017).

Outro fator que deve contribuir para o aumento do fluxo para o estado de São Paulo – e principalmente para a capital paulista – é uma política de interiorização do governo federal, anunciada em fevereiro de 2018. O processo consiste na transferência de venezuelanos que solicitaram refúgio em Roraima para os estados de São Paulo e Amazonas. Segundo o anúncio oficial, 350 seriam enviados ao município de São Paulo e 180 para Manaus. Na época, o governo brasileiro divulgou que planejava transferir até 18 mil refugiados venezuelanos de Roraima para outros estados.

Na capital paulista, eles estão sendo recebidos por espaços da prefeitura e da sociedade civil que são especializados no acolhimento de imigrantes. Em 5 de abril de 2018, chegaram os primeiros venezuelanos transferidos de abrigos públicos de refugiados em Roraima para São Paulo. A Missão Paz acolheu 22 pessoas; o Centro Temporário de Acolhimento (CTA) São Matheus, na zona leste da capital paulista, recebeu 132 homens; e o CTA Santo Amaro, na zona sul, acolheu 20 mulheres e oito homens. A viagem entre os dois Estados foi feita de avião. Do aeroporto, eles foram levados aos abrigos em um ônibus do Exército.

Esse projeto de interiorização, que deve alcançar um número maior de pessoas no médio prazo, deve contribuir para acelerar o desenvolvimento de redes migratórias (TRUZZI, 2008). Em Silva (2017), é possível identificar o fortalecimento

das redes de venezuelanos na cidade de São Paulo e a intenção de trazer familiares, amigos e cônjuges que se manifesta nas entrevistas semiestruturadas. Além disso, a caracterização dos fatores de expulsão populacional permite identificar a atual crise econômica como de caráter estrutural, que demorará a ser revertida.

Esse cenário reforça a necessidade de desenvolver as estruturas de acolhimento em todos os âmbitos dos serviços públicos.

## REFERÊNCIAS

BAENINGER, R.; FERNANDES, D.M. **Atlas Temático: Observatório das Migrações em São Paulo** - Migrações Internacionais. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - Nepo/Unicamp, 2017.

BBC. **Venezuela confirma que tem inflação mais alta do mundo**. Publicada em 15 de janeiro de 2016. Disponível em <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160115\\_venezuela\\_inflacao\\_cc](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160115_venezuela_inflacao_cc)>. Acesso em 15 de outubro de 2017.

CARTA CAPITAL. **Venezuela supera Arábia Saudita em reservas de petróleo**. Publicado em 20 de julho de 2011. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/venezuela-supera-arabia-saudita-em-reservas-de-petroleo>>. Acesso em 18 de outubro de 2017.

FIGUEIRA, M. S. (2017). **Desenvolvimento econômico na cadeia global do petróleo: Venezuela e Arábia Saudita em perspectiva sistêmica**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis

JIMENEZ, M. **O bolívar venezuelano sofre uma nova desvalorização encoberta de 88%**. In: El País. Publicado em 25 de março de 2014. Disponível em :<[https://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/25/economia/1395740817\\_055663.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/25/economia/1395740817_055663.html)>. Acesso em: 22 de setembro de 2018.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). **Inserção Laboral de Imigrantes Internacionais: Transitando entre a economia formal e informal no município de São Paulo**. Brasil, 2017.

SILVA, C. Migração de venezuelanos para São Paulo: reflexões iniciais a partir de uma análise qualitativa. In: BAENINGER, et al. **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - Nepo/Unicamp, 2017.

JAROCHISNKI SILVA, J.C. **Migração forçada de venezuelanos pela fronteira norte do Brasil**. GT16 Migrações internacionais: Estado, controle e fronteiras. Caxambu, MG: 41º Encontro Anual da Anpocs, 2017. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt16-26/10744-migracao-forcada-de-venezuelanos-pela-fronteira-norte-do-brasil/file>. Acesso em 18 de março de 2018.

SIMÕES, G. **“Venezuelanos em Roraima: migração no extremo norte do país”**. Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais. Disponível em: <<https://www.mundorama.net/?p=23834>>. Acesso em 24 de setembro de 2017.

TRUZZI, O.M. S. **Redes em processos migratórios.** Tempo Social - Revista de Sociologia da USP, v. 20, p. 199-218, 2008.

# TRABALHO, ASSOCIATIVISMO E RELIGIÃO: NOTAS SOBRE A MIGRAÇÃO SENEGALESA PARA O BRASIL

As roupas e tecidos coloridos, esculturas, óculos e relógios que dão vida a diferentes pontos do centro de São Paulo enquanto são vendidos por migrantes africanos, em grande parte de origem senegalesa, são apenas uma pequena parte da história e trajetória desta comunidade no Brasil. As próximas páginas exploram o lado menos conhecido deste fluxo a partir da seguinte pergunta: como a articulação entre humanitarismo, trabalho formal e religião influencia no processo de constituição da categoria migrante senegalês no Brasil?

De acordo com o Ministério da Justiça, 1.221 senegaleses solicitaram refúgio no Brasil em 2017 (Secretaria Nacional da Justiça 2018). No mesmo ano, 2.285 autorizações de permanência foram concedidas a nacionais daquele país pela via laboral formal, crescimento expressivo se comparado às 226 autorizações de mesmo cunho concedidas a Senegaleses no Brasil no ano anterior (OBMigra 2018). Emitidas majoritariamente no Distrito Federal, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tais concessões representam fase posterior à solicitação de asilo, atual porta de entrada de muitos migrantes ditos econômicos para o país.

Uma vez que a via do refúgio é gratuita e de acesso universal, porém não prevê proteção a pessoas cujas razões que as impulsionaram a migrar não se encaixem naquelas definidas na Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, muitos senegaleses buscam algum tipo de proteção no mercado de trabalho formal.

Aqui, inverte-se a racionalidade por trás da necessidade de uma fonte de provisão de mão de obra não especializada, uma vez que a solução legal dada para este nexos se diz pautada na razão humanitária. Justamente a razão que, quando examinada por diferentes autores (Fassin 2002, Morris 2008, Ticktin 2006, Gabiam 2012), foi compreendida enquanto parte de um Regime Humanitário Global que governa a sociedade cosmopolita contemporânea e suas dinâmicas internas através do estabelecimento de uma cultura humanitária, na qual “salvar vidas ou aliviar o sofrimento tende a se tornar um substituto para a ação política” (Gabiam 2012, 102). Esta corrente de pensamento enfatiza o poderoso discurso que emana deste regime ao apontar para a maneira como ele procura razões humanitárias para qualificar migrantes como vítimas que merecem simpatia dos estados de acolhida (Fassin 2005), produzindo e institucionalizando vulnerabilidade, e diluindo o entendimento dos mesmos enquanto pessoas dotadas de direitos.

Existe um interesse político em categorizar imigrantes recém chegados ao país pela via humanitária, bem como na subsequente produção de sujeitos vulneráveis a partir dela e do espaço que ela abre para leituras e discursos baseados na benevolência. A conhecida submissão governamental ao setor privado tem nes-

ta esfera mais uma de suas manifestações, uma vez que permite a estada no país de solicitantes de asilo que não sejam, via de regra, “refugiados reais”, mas que ainda assim possuam características requeridas e insubstituíveis para o mercado de trabalho nacional.

Compondo a gama de funções laborais não qualificadas demandando mão de obra no país, existe uma prática altamente rentável ao mercado nacional que é o abate halal. Conectando a noção da palavra com suas raízes islâmicas, a caracterização de algo como halal – árabe para lícito, admissível – remove esse objeto ou ação de hábitos haram – árabe para pecaminoso, proibido – implicando que é, portanto, permissível para o uso, consumo ou engajamento de muçulmanos que seguem as leis islâmicas. Enquanto o termo abrange todos os assuntos da vida cotidiana de um muçulmano praticante, na indústria da carne essa permissibilidade é materializada, em sua essência, pela necessidade imperativa de que muçulmanos realizem o abate de animais seguindo o ritual prescrito pela jurisprudência da religião.

A combinação entre o regime humanitário, pautado na obrigação moral que tem os países em ajudar refugiados e requerentes de asilo, e o regime Islâmico, que prescreve a necessidade de Muçulmanos praticantes nas linhas de produção halal, sustenta o processo de construção do outro: alguém distante de nós que precisa de alguma forma ser ajudado e, se possível, integrado. Sobretudo no Brasil, onde a ética do regime humanitário se pauta essencialmente em um mote de integração de migrantes pela via laboral, a confirmação da legitimidade espiritual do sujeito enquanto muçulmano praticante “não-qualificado”<sup>8</sup> o conduz de maneira naturalizada à reprodução em larga escala deste abate religioso.

Recentemente o Brasil tornou-se o maior exportador de carne halal do mundo, tendo cerca de 90% de seus abatedouros habilitados para este tipo de produção, exportando 2 milhões de toneladas de carnes halal/ano (Mendes 2018), e movimentando mais que o dobro de capital em comparação ao segundo colocado nesse mercado, a Austrália (AlJazeera 2017). Entretanto, vale sempre reforçar que a epítome deste nicho já massivo na agroindústria nacional é o trabalho desses migrantes muçulmanos que, ao sangrarem os animais como demanda a leitura moderna do Corão, permite que um selo de autenticidade halal seja atribuído à carne brasileira.

A população de migrantes atuando nesses abatedouros foi mudando ao longo dos anos, a começar com maioria de iraquianos e afegãos nos anos 90, e de marroquinos, paquistaneses e palestinos nos anos 2000, atualmente, a grande maioria desses trabalhadores chegam ao Brasil desde Senegal e Bangladesh (Comunicação pessoal, 2017). Dentre os diversos fluxos de mão de obra mulçumana atuando no mercado halal, a imigração senegalesa tem especificidades que valem ser destacadas. O perfil desta população no Brasil segue o padrão da nova onda migratória para o país como um todo: majoritariamente jovem e masculina. Entretanto, para além da já discutida pressão social para migrar que recai, sobretudo, em homens jovens (Donaldson 2009), e do apoio dado a migração por determinados governos do Sul em razão das remessas (Gerdes 2007), senegaleses têm ainda mais uma dimensão os influenciando a migrar, a própria religião.

---

8-Importante ressaltar que a ideia de que estes imigrantes não são qualificados, em grande medida, parte de um discurso institucional que já associa, de antemão, determinados perfis étnicos e raciais a escassa qualificação. Isso não corresponde à realidade, em que muitos imigrantes carregam diplomas e formações diversas em suas bagagens.

O mouridismo, irmandade islâmica senegalesa de maior adesão naquele país, fundou-se na figura de Ahmadou Bamba, e fundamenta-se fortemente no caráter anticolonial do líder. A principal influência Mouride na vida de seus adeptos se dá na valorização da coletividade e do associativismo desenvolvida como ferramenta de resistência ao projeto imperialista francês, bem como na migração como vetor desenvolvimentista do país e da confraria, resposta à crise econômica e climática que atingiu o Senegal nos anos 1980. Pesquisadores chamam a atenção para como a própria estrutura da confraria estimula tanto a emigração – para fins econômicos e de divulgação da religião –, quanto o associativismo, que impulsiona a criação de redes organizadas de apoio social e espiritual nos países de acolhida (Guilherme 2017, Tedesco e Mello 2015). Isso se faz muito claro quando notamos que em todas as cidades com presença senegalesa no Brasil – São Paulo, Porto Alegre, Caxias do Sul, Chapecó, Florianópolis, etc. – formam-se as conhecidas Associações de Senegaleses.

Essas associações são articuladas entre si a partir de seus representantes políticos e líderes religiosos locais, e se organizam de diversas formas – auxiliando recém-chegados e pessoas que passam por alguma dificuldade; organizando ações coletivas para a atualização de documentos; organizando festas tradicionais e religiosas, muitas vezes abertas à sociedade local como forma de familiarizá-los com a diferença; e até mesmo se posicionando frente à esfera política local para demandar melhorias e direitos frente às dificuldades de aceitação e integração nas comunidades locais<sup>9</sup>. Além disso, as associações conjuntamente se organizam para trazer seus líderes espirituais ao Brasil, enquanto promovem grandes celebrações religiosas e da independência do país, correntemente realizadas em São Paulo dado o acesso facilitado de suas várias ramificações (Comunicação Pessoal 2018).

Assim sendo, a religião se torna o eixo estruturante que traz coesão à comunidade que se encontra em uma sociedade desconhecida (Gonçalves e Koakoski 2015). Ela é central para o processo de identificação do senegalês (Tedesco e Mello 2015) em sua condição de sujeito transnacional, que habita – temporariamente ou não – no Brasil enquanto cumpre suas obrigações em seu país de origem e alimenta seus laços familiares à distância.

Para muitos senegaleses, sobretudo aqueles que farão parte da rede de comerciantes informais já estabelecida no país<sup>10</sup>, São Paulo também será sua base permanente ou temporária para reabastecimento de mercadorias. Aqueles que buscarão – e lograrão – a inserção laboral pela via formal, se realocarão em várias cidades do país de acordo com as oportunidades de trabalho – sobretudo nos frigoríficos, desempenhando ou não funções no abate halal. Para além, muitos transitarão entre mercado formal e informal, seguindo as oportunidades apresentadas pelas redes de contato estabelecidas. Majoritariamente, migrantes senegaleses inseridos no mercado de trabalho formal desempenham funções não especializadas que, com frequência, demandam força. Embora exaustivos, tais trabalhos dão estabilidade jurídica e garantia de salário fixo para pessoas que não só precisam enviar remessas de dinheiro às famílias no Senegal, mas também comumente investiram o que tinham para alcançar o desejo de migrar, podendo assim ter contraído dívidas familiares e/ou com atravessadores ao longo da jornada.

9- Para uma análise aprofundada dos problemas de xenofobia e racismo enfrentados diariamente por imigrantes senegaleses, haitianos e afrodescendentes de modo geral ver Aires Magalhães 2017, Steffens 2016.

10- Em sua dissertação de mestrado, Guilherme (2017) descreve as redes dedicadas ao comércio informal estabelecidas por senegaleses no Sul do país, bem como algumas dinâmicas de mobilidade interna – para São Paulo – para reabastecimento de mercadorias.

Neste contexto, muito embora o trabalho de sangrador seja correntemente narrado pela dificuldade contida na repetição em larga escala de um ato visceral como o abate de animais, na comunidade senegalesa o abatedor halal é visto enquanto em uma posição de privilégio. Para além de salários pouco mais altos do que aqueles do restante das linhas de produção de um frigorífico<sup>11</sup>, um abatedor halal terá pausas mais longas (1 hora para abate x 1 hora para descanso e reza) e sempre respeitadas, bem como acesso irrestrito à musalla da fábrica (sala destinada à prece de muçulmanos), afinal, a performance religiosa é parte essencial de seu trabalho. Além disso, este abatedor terá acesso diário a alimentos halal fornecidos pela fábrica, ao contrário do trabalhador muçulmano exercendo outra função na linha de produção, que muitas vezes terá que se privar de alimentos considerados haram fornecidos ao resto dos trabalhadores – sobretudo a carne de porco (Comunicação Pessoal 2018). No geral, com a ajuda das redes, trabalhadores senegaleses circulam internamente ou entre países vizinhos que também tenham redes de senegaleses estabelecidas como é o caso da Argentina, até conseguirem se estabilizar em uma posição que minimamente os possibilite cumprir seus objetivos coletivos e individuais – material e subjetivamente.

Thomas Nail (2015) reafirma a importância da organização de imigrantes para tornar visível sua existência enquanto sujeitos políticos em território estrangeiro. A máxima se faz ainda mais necessária em um contexto de intensa mobilidade interna já no país de acolhida, sobretudo em um mundo globalizado que glorifica fluxos mercadológicos enquanto criminaliza a mobilidade humana. Organizações internacionais e formadores de opinião têm chamado, sob a égide de uma crise fabricada, o século 21 de século das migrações, dado o fluxo sem precedentes de migrantes no mundo contemporâneo. A verdade é que, embora a mobilidade humana venha crescendo em números absolutos por conta de diferentes fatores que perpassam avanços tecnológicos, maior acesso a possibilidades de deslocamento e mundialização, não podemos entender a humanidade se não através das trajetórias que moldaram o curso da história. Trajetórias não só de pessoas, mas de ideias, práticas e crenças que com elas viajam.

O exemplo do fluxo migratório do Senegal para o Brasil nos dá elementos não só para melhor compreender e desmistificar este outro que é diariamente construído enquanto tal, mas também para enxergar que ele responde ao roteiro de um mundo que globaliza mercados e reinventa necessidades que potencialmente se traduzirão em lucro. Enquanto muito se teoriza sobre a desterritorialização do capital e a internacionalização de mercados, tantas vezes ilustrada pela complexa cadeia produtiva do mercado halal contemporâneo<sup>12</sup>, a análise de diferentes correntes migratórias revelam efeitos colaterais que redirecionam o curso de muitas vidas impelindo-as a renegociar sua constituição enquanto ser social, político e espiritual. No caso analisado nesta reflexão, a mesma religião<sup>13</sup> que traz pertencimento e auxilia na constituição do migrante enquanto sujeito de direitos, também oferece as bases para que a alteridade frente à nova sociedade seja não só mantida, mas também instrumentalizada. Fundamentalmente, as associações de migrantes senegaleses no Brasil nos lembram a todo tempo que migrar é, também e mais do que nunca, um ato político.

11- Abatedores halal recebem, em média, 200 BRL a mais do que trabalhadores em outros setores de um frigorífico (Comunicação Pessoal 2017).

12- Os oito maiores produtores de carne halal no mundo são países não muçulmanos (AlJazeera 2017), que travaram algumas disputas jurídicas com países muçulmanos que inicialmente sancionavam produtos halal vindos de países não muçulmanos (Comunicação Pessoal, 2016).

13- Neste ponto, é importante fazer referência ao debate em torno do afro-islamismo e da “africanização do Islã”, que complexificaria tal afirmação, porém se encontra fora do escopo deste texto. Para uma análise aprofundada do debate, ver Mamadou e Leichtman 2009.

## REFERÊNCIAS

Aires Magalhães, L. F. 2017. **A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

AlJazeera. 2017. **“Where does halal meat come from?”** Publicado em 26 de Novembro de 2017. <https://www.aljazeera.com/indepth/interactive/2017/11/171126063915359.html>

Baeza, C. 2003. **De la conscience diasporique à la mobilisation transnationale: le cas des palestiniens du Chili**. Mémoire Doctorat/ Relations Internationales. Paris: Institut d'Études Politiques de Paris.

Diouf, M. e Mara L. (Eds.). 2009. **New perspectives on Islam in Senegal: conversion, migration, wealth, power, and femininity**. Springer.

Donaldson, Mike e Richard Howson. 2009. “Men, Migration and Hegemonic Masculinity.” In: **Migrant men: Critical studies of masculinities and the migration experience**. V. 20, chapter 12, p. 210. University of Wollongong, Australia.

Fassin, D. 2005. **“Compassion and repression: the moral economy of immigration policies in France”**. American Sociological Association.

\_\_\_\_\_. 2012. *Humanitarian reason: a moral history of the present*. University of California Press.

Gabiam, N. 2012. **“When ‘humanitarianism’ becomes ‘development’: the politics of international aid in Syria’s Palestinian refugee camps”**. American anthropologist, 114(1), 95- 107.

Gerdes, F. 2007. “Senegal”. Country Profiles. **Focus Migration Information Service**. Federal Agency for Civic Education and Network Migration in Europe. No. 10, November 2007, Alemanha.

Gonçalves, M.C. S. e Yan C. K.. 2015. “Salaam Aleikum”: o aspecto religioso na dinâmicamigratória dos senegaleses para Caxias do Sul, RS. In: **Migrações internacionais: o caso de senegaleses no Sul do Brasil**. Quatrilha, Caxias do Sul, Brasil.

Guilherme, A. J. 2017. **Imigrantes haitianos e senegaleses no Brasil: trajetórias e estratégias de trabalho na cidade de Porto Alegre – RS**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Mendes, J. **“Brasil se especializa no halal, uma técnica muçulmana sagrada de abate”**. Correio Braziliense. Publicado em 24 de abril de 2018. [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2018/04/24/internas\\_economia,675731/brasil-se-especializa-no-halal-uma-tecnica-muculmana-sagrada-de-abate.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2018/04/24/internas_economia,675731/brasil-se-especializa-no-halal-uma-tecnica-muculmana-sagrada-de-abate.shtml)

Morris, M. 2008. **“Babies and Bathwater: Seeking an Appropriate Standard on Review for the Asylum Applications of Former Child Soldiers.”** Harvard Human Rights Law Journal (21) 281-301.

Nail, T. 2015. **The figure of the migrant.** Stanford University Press.

OBMigra. 2018. **Autorizações concedidas a estrangeiros,** Relatório Anual 2016-2017/ Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração. Brasília, DF: OBMigra.

Secretaria Nacional da Justiça. 2018. Refúgio em Números – 3ª Edição. Ministério da Justiça.

Steffens, I. S. 2016. **Legitimidade, xenofobia e racismo no Estado-Nação: o caso dos imigrantes haitianos e senegaleses em Caxias do Sul.** 3º Seminário de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais - ABRI. Florianópolis, setembro de 2016.

Tedesco, J. C. e Pedro A. T. de Mello. 2015. **“Imigração e transnacionalismo religioso. Os senegaleses e a confraria Muride no centro-norte do Rio Grande do Sul.”** Revista Nures. Ano IX, Nº 30. São Paulo: PUC.

Ticktin, M. 2006. **“Where ethics and politics meet: The violence of humanitarianism in France”.** American ethnologist, 33-49.

PATRICIA VILLEN

# RACISMO E XENOFOBIA CONTRA OS MÉDICOS CUBANOS

O estudo da imigração internacional, que envolve também a questão do refúgio, adquire uma enorme importância no contexto atual, caracterizado por manifestações de violência, racismo e xenofobia contra os imigrantes e refugiados.

Em diversos países do mundo - sobretudo naqueles com um alto percentual de estrangeiros, como é o caso dos Estados Unidos, Inglaterra e países europeus - constata-se um uso da temática da imigração e do refúgio, a sua instrumentalização e manipulação pela mídia e pelos partidos conservadores. Tal uso tende a fixar fronteiras nacionais, culturais e religiosas entre os povos, muitas vezes por meio de imagens inferiorizantes da figura do imigrante-refugiado e espetacularizantes dos movimentos migratórios. São inúmeros os desdobramentos negativos, na esfera social, dessas representações que colocam a imigração e o refúgio como um “problema”. Por meio delas, são produzidos e reproduzidos resultados práticos, no mundo real, que contribuem para o movimento de restrição de direitos para esse grupo social, o aumento do racismo, da xenofobia e a formação de um espaço público diferenciado em função das nacionalidades, culturas e religiões. Conseqüentemente, há uma (re)produção de exclusões, desigualdades e também da exploração, no trabalho e nas diferentes esferas da vida social.

Segundo o sociólogo italiano Pietro Basso, esse ambiente hostil, semeado “pelo alto”, tem o fim de “descarregar sobre causas, fatores e atores *externos* a responsabilidade dos males sociais, de forma a diminuir o risco da explosão de conflitos sociais” (Basso, 2013: 24). O autor também destaca que essa ideia encontra um terreno fértil para se disseminar nas sociedades que hoje enfrentam os efeitos da crise mundial e sentem a pressão do empobrecimento e do rebaixamento das condições de vida, em decorrência do desemprego, da redução de salários e direitos, da flexibilização das relações trabalhistas (Antunes, 2018), da privatização/deterioração dos serviços públicos, além do aumento da criminalidade produzida pela pobreza.

Da mesma forma, o quadro da imigração contemporânea no Brasil retrata como, apesar do número de entradas de imigrantes e refugiados ser percentualmente pequeno em relação aos países ricos e a regiões como o Oriente Médio ou outros territórios do Oriente, as barreiras burocráticas, policiais, culturais, políticas e principalmente socioeconômicas que se colocam a esse grupo social para a estruturação de vida no país não são desprezíveis. Lamentavelmente, ganham cada vez mais destaque, também aqui, as atuais manifestações de violência, racismo e xenofobia que têm como alvo os imigrantes e refugiados, sobretudo aqueles provenientes do Sul Global (Baeninger, 2018).

As barreiras enfrentadas pelos médicos cubanos em nosso país são bastante representativas desse clima de hostilidade “produzido pelo alto” e possibilitam a compreensão de que o Brasil não está separado das citadas tendências presentes no contexto internacional. Por certo, este caso de imigração é muito importante para entendermos as novidades do atual contexto migratório no país e diversas questões implicadas, que mereceriam ser tratadas aqui. No entanto, privilegiaremos o tema do racismo e da xenofobia<sup>14</sup> como barreiras colocadas à presença e à atuação profissional dos médicos e médicas cubanos. Paralelamente, também procuraremos problematizar como esses médicos-imigrantes reagiram a essas barreiras.

No final de 2013, com a implantação do *Programa Mais Médicos*, foram contratados mais de 12.000 médicos para trabalhar na rede nacional de atendimento básico de saúde pública, em regime temporário de três anos (renovável uma única vez, por igual período), para atuar em 2.177 municípios espalhados pelo Brasil. Além da atuação nesses espaços urbanos, os médicos também penetraram, por meio de sua profissão de prevenção e cura, o profundo do Brasil, na região árida do Nordeste e em zonas rurais e de floresta, onde estão as populações indígenas, quilombolas, dentre outros grupos sociais. A nacionalidade cubana representou, nessa primeira fase do Programa, mais de 80% desses médicos, com mais da metade desse percentual composto por mulheres. É importante notar que a solução importadora de médicos foi, pela primeira vez, utilizada como meio para a expansão da prestação gratuita desse serviço no Brasil.

Fatores internos como a escassez de médicos que se disponibilizam a atuar na rede pública de saúde, sobretudo nas periferias das capitais e nas cidades e regiões mais pobres e de difícil acesso do país ajudam na compreensão dessa demanda. Cuba foi o país que mais apresentou profissionais ao Programa por ter um dos índices mais altos de saúde do mundo e também por disponibilizar um sistema de exportação desses serviços médicos com o propósito de prestação de serviços humanitários, mas também de arrecadação de divisas para o país. Como é sabido, a medicina cubana é referência para se pensar o sistema público de saúde e ainda conserva seu traço de priorizar a educação preventiva dos pacientes, a partir do atendimento humanizado por parte do médico de família, ligado à população do território, pela qual se sente extremamente responsável, independentemente de sua renda.

Na sociedade cubana, vige a cultura de uma medicina orgânica à comunidade, ou seja, que prescinde de uma hierarquia dos médicos com relação à população atendida – ao contrário, portanto, do que geralmente ocorre no Brasil – com pressupostos também internacionalistas de prestação de serviços de saúde às populações carentes de outros países. Cuba priorizou, enquanto política pública, a formação de médicos para atuar no sistema público de saúde. Por esse motivo, há hoje, um alto número de médicos cubanos, com formação muito qualificada, que atua no exterior. Na América Latina, por exemplo, o Haiti, a Venezuela e o Brasil são os países que mais receberam esses profissionais. Mas, esses médicos também trabalham em diversos países da África, Ásia e mesmo os países ricos contratam seus serviços.

Embora essa importação em massa dos médicos cubanos tenha sido finalizada ao serviço público de saúde, com alcance universal à população brasileira, ela ge-

---

14-Utilizamos o termo xenofobia como aversão a quem vem de fora do país; e racismo para se referir à negação da igualdade do gênero humano, que coloca determinados grupos sociais como inferiores, no sentido biológico e cultural.

rou um intenso debate nacional, com repercussão imediata na mídia, revelando-se um tema polêmico em diferentes âmbitos. No entanto, diversos fatores contextuais evidenciam que a discussão suscitada foi (e ainda é) demasiadamente centrada no fato de que a maioria dos médicos importados seja de nacionalidade cubana. Lamentavelmente, longe de esse debate ser canalizado para discutir seriamente o problema da saúde pública brasileira, os argumentos assumiram outros vieses, desde posições políticas contrárias à importação de médicos de Cuba, até opiniões xenófobas, racistas e também anti-socialistas.

O discurso da grande mídia e de posições políticas anti-imigrantes não economizou esforços para a construção de uma imagem de “miserabilismo” desses médicos cubanos. A despeito de o sistema de saúde em Cuba ser referência mundial, foi construída a imagem de que esses médicos passavam fome ou eram impedidos do “livre” exercício da própria profissão em Cuba para se explicar a aceitação de atuarem em áreas do Brasil com graves problemas sociais e econômicos. É claro que essa visão reducionista da alegada “pobreza” dos cubanos não corresponde à realidade, tampouco ao propósito da missão humanitária desses médicos e à riqueza da formação e da prática profissional que estão desenvolvendo com a população brasileira.

De fato, ao invés de bem-vindos, os médicos cubanos – muitos deles negros – foram recebidos com desprezo e desconfiança pela grande mídia (Becker, 2017), por parte da categoria médica brasileira, da população do país e também de alguns poderes públicos municipais que ficaram responsáveis pelo alojamento dos médicos recrutados. Muitas manifestações hostis a esses médicos ocorreram no nosso país. Talvez a mais significativa delas seja a carta aberta à população, intitulada “A saúde pública e a vergonha nacional”, escrita em conjunto por entidades representativas dos médicos no Brasil. A carta diz que a importação de médicos “simboliza a vergonha nacional”, pois expõe os brasileiros “à ação de pessoas cujos conhecimentos e competências não foram comprovados”.

A atuante campanha contra o programa Mais Médicos teve efeitos práticos contra os médicos cubanos. Muitos deles sentiram na pele a exposição a xingamentos, ao descrédito relativo ao profissionalismo e à eficiência no exercício de suas atividades e até na capacidade linguística de se comunicar com a população brasileira. Há muitos registros que poderiam ser citados nesse sentido. Por exemplo, muitos médicos brasileiros foram aos aeroportos, vestidos com seus jalecos brancos, para vaiar os cubanos no momento da chegada no Brasil. Quando alguns desses médicos chegaram ao município de Campinas-SP, foram encaminhados para uma casa grande, que não tinha móveis, nem utensílios, mas apenas colchões empilhados, procedimento normalmente utilizado para receber os migrantes (geralmente nordestinos) que vão trabalhar temporariamente em obras de construção civil no sudeste do país. Em Limeira-SP, houve farmácias que se recusaram a aceitar as receitas de médicos cubanos, pois os consideravam apenas “especialistas”, portanto sem competência para receitar medicamentos. Muitos médicos brasileiros, ao encontrarem os cubanos em seus postos de trabalho, recusavam-se a cumprimentá-los e faziam diversas espécies de boicote para desacreditar seus serviços. Esse tipo de discurso conseguiu produzir, “pelo alto”, o preconceito e a xenofobia também nos estratos mais baixos, nos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), portanto nas pessoas que mais precisam desses serviços, como mostra uma excelente reportagem do Jornal “El país” (2018): “Fui à casa de um paciente e ele falou para mim que não queria ser atendido. Disse que eu era muito jovem. Mas eu tenho 50 anos!, respondi. Ele disse que não, que eu era cubano”.

Contudo, não há dúvida que esse estranhamento esteja sendo respondido, de forma a desmentir essas acusações, tanto por parte dos próprios médicos cubanos, quanto também da população brasileira, incluindo parte da categoria dos médicos. A continuação da reportagem acima diz o seguinte: “Dias depois a filha do paciente correu ao posto de saúde onde o médico cubano trabalhava. O pai estava passando mal. ‘Eu fiz o que tinha que fazer como médico, atendi’. E isso mudou aquela imagem. Depois de um dia, o pai fala para a filha: “Vamos fazer um bolo para o médico porque ele é ótimo”.

Na verdade, depois de mais 4 anos da chegada dos cubanos no Brasil, o quadro quase se inverteu. Os brasileiros usuários do SUS procuram os cubanos para se tratarem! A aprovação do serviço desses médicos é muito alta e está sendo documentada por diversas pesquisas, comprovando a excelência, reconhecida nacional e internacionalmente, e a extrema competência e humanidade desses médicos cubanos. Isso também comprova a capacidade por parte desses médicos de superarem barreiras construídas e de serem aceitos no e pelo tratamento médico, ou seja, no seu ambiente de trabalho, que é essencialmente humano, e prescinde da nacionalidade para seu pleno exercício.

Pode-se afirmar, portanto, que de um quadro de xenofobia e racismo construídos pelo alto, passa-se, neste momento de crise econômica e política do Brasil, em que a renovação dos contratos dos cubanos tornou-se incerta e muitos desses médicos estão deixando o país, a um contexto de protesto e sentimento de enorme perda por parte da nossa população usuária do SUS.

O caso dos médicos cubanos no Brasil evidencia como a xenofobia se mescla com o racismo e age mesmo em estratos altos do mercado de trabalho, como a profissão médica, refletindo um contexto internacional mais amplo de hostilidades aos imigrantes e refugiados. Todavia, essa mistura de racismo e xenofobia não pode apagar a história do trabalho desses médicos e médicas, tampouco as transformações cotidianas que operam por meio da prática de sua profissão e das relações estabelecidas com a população brasileira. As imagens fotográficas de Araquém Alcântara (2016), em seu livro “Mais Médicos”, mostram que os obstáculos da xenofobia e do racismo colocados aos cubanos foram superados por relações solidárias, por uma prática profissional altamente qualificada e, em especial, pelo comprometimento humano com a população brasileira, independentemente de sua renda.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA *et al.*, **Carta aberta à população**. A saúde pública e a vergonha nacional, Conselho Federal de Medicina, 22 de junho de 2013.

BAENINGER, R. **Migrações Sul-Sul**. Campinas: Nepo/Unicamp/UNFPA, 2018.

BASSO, P. **Racismo de Estado e antirracismo de classe na Europa**, *Margem Esquerda*, São Paulo, 2015.

BECKER, C. L. **Comunicação e interesse público: o acontecimento Mais Médicos no jornalismo de referência brasileiro.** 2017. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

LUCCIOLA, L. **Programa Mais Médicos é ampliado no governo Temer, apesar de críticas.** El país – Brasil. Acesso em: 17 fev. 2018.

# EMIGRAÇÃO



Foto: Magali N. Allott.

Manifestação cultural da comunidade brasileira na Califórnia (Los Angeles, Estados Unidos, Setembro de 2015).

# O QUE É SER BRASILEIRA/O FORA DO BRASIL? CULTURA E IDENTIDADES COMO ESPAÇO DE NEGOCIAÇÃO NO CONTEXTO MIGRATÓRIO.

Nesta sessão, discutiremos alguns aspectos relativos à migração de brasileiras/os para os Estados Unidos. Já que migrar é um processo complexo, com diversas facetas que podem ser analisadas (processos de inserção social, emprego, novas maneiras de relacionamento) escolhi uma dimensão específica para aprofundar: a apresentação da cultura brasileira no contexto migratório. Autores como Ribeiro (1999); Coimbra de Sá (2011) e Davis (2008) explicam que as maneiras nas quais a cultura brasileira é apresentada no exterior têm uma influência considerável nas formas em que os imigrantes se definem – como brasileiras e brasileiros – e como são vistos pelos não-brasileiras/os. Em outras palavras, festas de carnaval, o *Brazilian Day*<sup>15</sup>, aulas de capoeira, shows de música, são colocadas como “pequenas janelas” para os não-brasileiras/os verem aquilo que pode ser visto e vivido no Brasil<sup>16</sup>.

Primeiramente, é importante esclarecer alguns termos. A que nos referimos quando falamos de cultura brasileira? Existe uma generosa literatura sobre cultura e seus significados nas ciências sociais, incluindo debates do marxismo, longas tradições da antropologia, sociologia e estudos culturais. É possível considerar vestimenta, culinária, danças, atitudes, inclusive relações de trabalho<sup>17</sup> como vetores culturais, dimensões que expressam e reproduzem o que “é ser brasileira ou brasileiro”. Aqui utilizaremos uma definição restrita de cultura que considera principalmente a dimensão performática, ou seja: shows, peças de teatro, música, danças que se colocam discursivamente como – representações da – cultura brasileira. São práticas e eventos que se definem expressamente como espaços que apresentam conteúdos culturais próprios e exclusivos do Brasil.

Em consequência diversas perguntas surgem. Quais estilos de música e dança estão sendo apresentados? Além disso, quem são as pessoas fazendo este tipo de atividades? Que ideias existem entre os estadunidenses, ou não-brasileiros, sobre que é o Brasil? Este conjunto de interrogantes nos faz pensar em que por trás de cada evento, show ou dança, existem indivíduos ou grupos que escolhem, selecionam e decidem aquilo que será apresentado. Isto desafia a ideia “neutra” da cultura (brasileira, neste caso) como uma coisa dada, que simples-

15-O *Brazilianday* é uma festa popular em algumas cidades dos Estados Unidos realizada no dia 7 de setembro (feriado de *Labor day*). É um grande evento destinado a “juntar brasileiros”, com música, comidas típicas e artistas brasileiros. Esta celebração se converteu, ao longo dos anos, em um dos vários cenários de maior visibilidade à migração brasileira nos Estados Unidos.

16-Utilizarei aqui informações e dados de pesquisas realizadas nos Estados Unidos e aprofundarei em um exemplo relacionado ao samba que analisei no meu próprio trabalho de pesquisa na cidade de Los Angeles (2015-2016).

17-Diversas pesquisas demonstraram que muitas mulheres brasileiras (que) migram aos Estados Unidos trabalham fazendo faxinas em casas particulares. Estas mulheres, e as pessoas que as contratam definem o trabalho de limpeza como detalhista e dedicado, superior aos serviços oferecidos por outros imigrantes dentro do mesmo nicho. Assim, é frequente que as características do trabalho “bem feito” “limpo” e “detalhista” sejam apropriadas como características das pessoas que o realizam, assim as brasileiras que trabalham na faxina ganham estas propriedades (são trabalhadoras, limpas e dedicadas).

mente existe. Em consequência, nos questionamos também sobre o conceito de identidade brasileira. Autores como Stuart Hall (2003), argumentam que é possível pensar em identidade(s) no plural e de identificação como de processos fluídos, que mudam ao longo do tempo. Em outras palavras, as maneiras de se definir brasileira/o dependem dos conteúdos culturais que são selecionados e apresentados como cultura brasileira e das maneiras com que cada pessoa se identifica com eles, o que pode mudar ao longo do tempo.

No caso da migração, dependendo de cada trajetória, alguns traços culturais da sociedade de destino são incorporados pelos imigrantes como parte da sua identidade. Ideias do *trabalho duro*, o *sonho americano* e o *profissionalismo* são aspectos que muitas brasileiras/os destacam como aquilo que *aprenderam* nos Estados Unidos. Elas e eles vão mudando a maneira na qual se identificam e definem a si mesmas/os, incorporando elementos que consideram valiosos (em termos morais) que encontram fora do Brasil. Por isto, quando estes migrantes observam apresentações culturais brasileiras que acham negativas, não verdadeiras ou estranhas (especialmente pelo regionalismo) as rejeitam. Muitas brasileiras e brasileiros buscam se distanciar, estabelecer uma diferença, entre o que consideram que não é verdadeiramente brasileiro, falso ou moralmente reprovável.

Analisemos um exemplo que nos permita observar alguns dos pontos mencionados. Um negócio prolífero em Los Angeles são os chamados *Rio Style Samba Show* (shows de samba “ao estilo de Rio de Janeiro”). Trata-se de grupos de dançarinas que vestem fantasias –muitas vezes trazidas do carnaval do Rio de Janeiro –que apresentam coreografias e convidam ao público para dançar com elas. Existem várias companhias que oferecem shows para festas particulares, desfiles de rua, festivais culturais e shows noturnos em restaurantes brasileiros, churrascarias e bares. Um problema que estas mulheres, na sua maioria brasileiras, enfrentam são abusos por parte de clientes masculinos. Foi frequente ouvir histórias de homens que “passam a mão” nas dançarinas, tocavam seus corpos tentando colocar gorjetas na fantasia e exigiam serviços sexuais. Além disto, é comum que, ao momento de contratar a show, sejam exigidas mulheres com uma estética específica. Os clientes rejeitam mulheres negras, muito brancas ou com um corpo entendido como não atrativos guiados – e reforçando –a imagem da mulata<sup>18</sup> como a mulher “autenticamente brasileira”.

Segundo as mulheres que entrevistei, os clientes não-brasileiros têm duas ideias equivocadas. Por um lado, acham que não existe diferença entre a dançarina de samba e a prostituta, já que ambas utilizam fantasias e pouca roupa e são “convidativas” com o público. Por outra parte, a proposta do show é recriar o clima festivo do carnaval, em consequência muitas pessoas não-brasileiras acham que beijar ou fazer sexo com brasileiras “é mais fácil, já que carnaval é isso”. Assim, estas mulheres se enfrentam com ideias do que é ser brasileira – definida em termos estéticos, físicos, raciais e comportamentais<sup>19</sup>– e representações do carnaval que não sentem como verdadeira ou legítima. Pelo contrário, sentem que é uma imagem forjada pela mídia e o turismo internacional. Pensar que as mulheres brasileiras são (ou devem ser) de uma maneira específica é uma imposição a partir de um estereotipo que está instalado na sociedade estadunidense.

18-Corrêa (1996) explica que a mulata é uma construção simbólica e social apoiada em uma classificação de elementos positivos e negativos, ligados a um discurso biologista reforça critérios ligados à raça e gênero. A mulata é uma mulher que, se espera, seja sensual, sexual, com um corpo específico, brinçalhona etc.

19-Os homens esperam que elas se comportem de determinada forma (alegres, “brinçalhonas) e que aceitem atitudes e convites por parte deles.

Como funciona a negociação neste cenário? Estas brasileiras têm a capacidade de desafiar estas ideias? Estas mulheres reconhecem claramente o estigma sobre “a mulher brasileira” ancorado em formas de ser, pensar, agir que as define como “fáceis”, “promiscuas”, “muito sexy e dispostas” em comparação com mulheres de outra nacionalidade. Isto é reforçado pelas condições do trabalho: horário noturno, o fato de usar fantasias e biquínis e a necessidade de interagir com o público. Devido às experiências negativas de abuso, algumas mulheres desenvolveram, ao longo do tempo, uma série de estratégias para *neutralizar o estigma* e que, segundo elas, ensina aos estadunidenses que as mulheres brasileiras e o samba são muito mais daquilo que “eles pensam”. Estabelecem-se assim um conjunto de regras que devem ser seguidas por todas as dançarinas. A principal preocupação é a conduta: proíbe-se o contato físico com os clientes, não é permitido beber álcool nas festas e as dançarinas devem chegar ao evento vestidas “com roupas sóbrias”.

Por meio destas regras, as brasileiras que trabalham no mundo do samba estabelecem uma diferença entre seu show e espetáculos de danças eróticas ou de prostituição. Para elas o samba é um *business*, um empreendimento econômico profissional baseado em shows respeitáveis e artísticos, diferente de atividades moralmente reprováveis. Neutralizar o estigma – “da mulher brasileira” – significa evitar situações e espaços constrangedores que alimentam e reproduzem o preconceito e, ao mesmo tempo, desconstruir ideias falsas ou simplistas que os não-brasileiros possam ter sobre o samba, carnaval, mulheres brasileiras, etc. Estes esforços são definidos como um projeto de “mostrar o Brasil verdadeiro e educar o público”. No processo de neutralizar o estigma as companhias de samba são definidas como empreendimentos artísticos e sérios. Este caráter profissional é incorporado por estas mulheres como parte da sua identidade: elas passam a se definir como mulheres de negócios, como profissionais do samba.

Como mencionamos previamente, a(s) identidade(s) são processos fluidos, que mudam ao longo do tempo. Em consequência, as reivindicações de aquilo que “somos” e aquilo que “não somos” também se transformam. Enquanto determinados discursos e imagens, na mídia, por exemplo, alimentam estereótipos do que “é ser brasileira” e do carnaval, muitas migrantes negociam elementos negativos para construir uma trajetória profissional. Esta negociação e desconstrução de preconceitos são constantes e contínuas, são esforços presentes em cada show e espetáculo. Este é um exemplo, entre outros, das dinâmicas sociais e culturais que têm lugar no contexto migratório. A experiência migratória encontra-se atravessada por estereótipos, imagens (expectativas raciais, físicas e de gênero) e ideias sobre como as pessoas são/ou deveriam ser. Os migrantes reconhecem e compreendem os estigmas e estereótipos que lhe são adjudicados e buscam oportunidades e estratégias para rechaçar ou se aproveitar destas ideias. Muitas mulheres brasileiras se dedicam ao samba porque é mais provável conseguir este emprego sendo brasileira que de outra nacionalidade. Ao mesmo tempo, elas ativamente rejeitam ideias que entendem equivocadas e negativas sobre elas mesmas e sua cultura e podem prejudicar seu *business*.

As atividades culturais, a comparação do âmbito doméstico ou de trabalho, permitem analisar e compreender estereótipos e formas de negociação de identidades de maneira mais direta. No espaço da cultura se articulam narrativas, descrições e construções explícitas “de nós e dos outros”. Um aprendizado fundamental é compreender que, apesar da influência de estereótipos e imagens da mídia, há diversos espaços de interação social onde a negociação acontece, nos quais se confrontam representações sociais generalizantes. As identidades

das pessoas envolvidas nestes processos sociais são influenciadas pelas suas experiências o que nos permite compreendê-las de maneira fluída e cambiante. As trajetórias migratórias das brasileiras e brasileiros no exterior (e possivelmente dentro do país) exigem considerar: a) o caráter negociável e maleável dos estereótipos; b) a importância de questionar narrativas culturais que parecem legítimas; c) as transformações das identidades; e d) as – supostas – diferenças entre “nós” e “elas e eles” são construções sociais, critérios e práticas estabelecidas e reforçadas pelas interações cotidianas em espaços como o trabalho, a família, a escola, entre outros.

## REFERÊNCIAS

COIMBRA DE SÁ, N. **Espectáculos culturais brasileiros na cidade de Nova York: múltiplas perspectivas**. Tese (Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

CORRÊA, M. **Sobre a invenção da mulata**. Cadernos Pagu, v. 7, n.7, p. 35-50, 1996.

DAVIS, D. **Before we called this place home: precursors of the Brazilian community in the United States**. In: *Becoming Brazuca. Brazilian immigration to the United States*. JONET- PASTRÉ, Clémence; BRAGA, Leticia (Eds). Harvard University, 2008. p. 25-56.

HALL, S. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

RIBEIRO, G. **O que faz o Brasil, Brazil: jogos identitários em São Francisco**. In: *Cenas do Brasil Migrante*. REIS, R.; SALES, T. (Orgs.) São Paulo: Boitempo, 1999. p 45-87.

GUSTAVO DIAS

# BRASILEIROS INDOCUMENTADOS NO REINO UNIDO

Nas últimas três décadas, a migração internacional tornou-se um fenômeno relevante no Brasil. De acordo com os dados do Ministério Brasileiro de Relações Exteriores (MRE), em 2012, um número considerável de brasileiros residia no exterior, aproximadamente 3,5 milhões. Depois de Portugal (140.426) e Espanha (128.238), tradicionalmente conhecidos como os principais destinos para os brasileiros, o Reino Unido é o país com a maior população brasileira na Europa. Segundo o próprio MRE (2012), existem cerca de 118 mil brasileiros vivendo apenas no Reino Unido.

A presença de brasileiros nesse país cresce desde a década de 1990, mas acelerou exponencialmente durante a década de 2000. Estudos indicam que tal crescimento ocorreu, especialmente, depois do “11 de Setembro”, quando os EUA reforçaram as suas fronteiras externas, e a crise financeira global de 2008 impactou fortemente as economias dos dois países ibéricos (Schrooten, Salazar, Dias, 2015). Podemos afirmar que brasileiros no Reino Unido são, em geral, um grupo muito diverso. Eles são “compostos por pessoas de diferentes classes, regiões, gêneros e que têm diferentes razões para migrar” (Martins Jr, 2017, p.38, tradução nossa). Em virtude dessa mobilidade migratória, brasileiros tornaram-se um importante grupo migratório em Londres, cuja presença contribui para a ampla diversificação populacional e para a “superdiversidade” londrina (Vertovec, 2007).

Diante desses dados, podemos compreender a razão pela qual o *Home Office*<sup>20</sup> tem assumido uma atitude rigorosa em relação à emigração brasileira na década de 2000. Pesquisas recentes apontam isso. Angelo Martins Jr, por exemplo, afirma que “em 2002, o Reino Unido tinha cerca de 130 mil brasileiros entrando no país, dos quais 2400 foram recusados. Em 2003, 127.000 entraram e 4385 foram recusados.” (2017, p.99 tradução nossa). Nos anos seguintes (2008-2010), Kubal, Bakewell e De Hass (2011) revelam que o número de migrantes brasileiros que entraram no Reino Unido diminuiu gradualmente. “Em 2007 e 2008, foram concedidos 7.040 e 7.715 autorizações de entrada, respectivamente. Em 2009, apenas 5.880 brasileiros foram autorizados a entrar no Reino Unido, e no primeiro trimestre de 2010 apenas 1.275 brasileiros foram admitidos” (2011, p.05, tradução nossa). Ademais, dados recentes do *Home Office* colocam brasileiros como o segundo grupo migratório que mais sofre com deportação no Reino Unido (Gordon et al., 2009).

Uma das táticas utilizadas por migrantes brasileiros, que ambicionam trabalhar no Reino Unido é o visto de turista. Tal visto não depende de uma pré-aprovação na embaixada britânica no Brasil e não gera ônus como, por exemplo, vistos para

20-*Home Office* é o Ministério do Interior do Governo do Reino Unido. Órgão governamental responsável por questões referente à migração e segurança nacional.

estudos. Todavia, após seis meses vivendo na capital britânica, quando seu status de visitante expira, tornam-se indocumentados e, portanto, sujeitos à deportação. Não portar visto ou cidadania oriunda da UE no Reino Unido, os tornam “ilegais” perante o governo. Conforme o próprio *Home Office*, ministério responsável por assuntos migratórios, define, desde 2007, “Migração Ilegal” é interpretada como:

Um termo coletivo para muitas formas de abuso nas regras de imigração. Inclui-se: estar entrando ilegalmente no país – ao passar pelos controles que temos no exterior, ou em nossas fronteiras por meio de entrada fraudulenta ou clandestina – ou por quebrar as regras de imigração no Reino Unido – ao trabalhar em tempo integral ao ter sido autorizado apenas estudar, ou por não deixar o país no final do visto (HOME OFFICE, 2007, p.08, tradução minha).

Nota-se, que a migração indocumentada, no Reino Unido, é classificada como “uma infração penal”, que pode conduzir o migrante “ao julgamento e à expulsão do Reino Unido, sujeito a uma proibição de reentrada obrigatória”, tal como estabelecido pela Lei Britânica de Imigração e Asilo de 1999 e pelo Ato de Imigração e Asilo de 2004 (Home Office, 2007 p. 04, tradução minha). Tal produção de ilegalidade fornece condições para sustentar a vulnerabilidade e a perseguição de migrantes indocumentados em espaços ordinários que compõem o cotidiano britânico.

Além de confinar temporalmente a presença, o governo britânico também impõe severas restrições espaciais sobre esses migrantes indocumentados. O acesso a vagas de emprego e serviços sociais oferecidos pelo Estado Britânico como, por exemplo, postos de saúde ou médicos de família, são negados se esse migrante indocumentado não portar um passaporte da União Europeia (UE) ou algum tipo de visto que a/o autorize a trabalhar ou viver no país. Crianças não podem ser matriculadas nas escolas se os responsáveis não apresentarem toda documentação, inclusive o passaporte e certidão de nascimento. Também é negado aos “migrantes ilegais” locação de moradia. Atuando como fronteiras móveis, as severas restrições impostas pelas leis migratórias britânicas moldam de forma precária a vida desses migrantes já indocumentados e sujeitos à deportação. A seguir, exponho um exemplo recente.

Em 2013, o *Home Office*, então sob comando da atual primeira-ministra, Theresa May, lança a notória campanha *Go Home*, dirigida exclusivamente a imigrantes indocumentados e refugiados em Londres. Tal campanha consistiu em uma ampla propagação de anúncios através de vans, custeadas pelo próprio governo britânico, que percorriam as ruas de Londres com o seguinte dizer: “No Reino Unido ilegalmente? Vá para casa ou enfrente a prisão”. O texto ainda pontuava: “106 prisões na semana passada na sua área.” Todavia, não especificava em qual área de Londres essas prisões haviam ocorrido. Segundo o jornal britânico *The Guardian*, esta campanha “foi amplamente criticada porque a mensagem” direto para casa “é uma reminiscência de grafites racistas da década de 1970.” (29/07/2013). Apesar da forte crítica dos direitos humanos, partidos de esquerda e diversos setores da sociedade britânica, o *Home Office*, por outro lado, insistiu na defesa dessa campanha que custou mais de £10 mil. Segundo eles, tratava-se de uma abordagem construtiva do problema da “imigração ilegal”.

Cabe ressaltar, ainda, que tal elemento repressivo de controle migratório é exaltado por parcela significativa da mídia britânica. Em alguns casos, através de programas televisivos que, inclusive, chegaram a receber suporte financeiro do

próprio governo. Esse é o caso do *UK BorderForcer*, apresentado diariamente no canal Sky1. Nesse reality show, cujos atores principais são oficiais do *Home Office*, o telespectador acompanha suas caçadas por “migrantes ilegais” em cidades e áreas rurais do Reino Unido. O ápice do programa acontece quando, após invasões de estabelecimentos comerciais ou de residências, o “infrator” é pego e encaminhado para um interrogatório, muitas vezes acompanhado de deportação. Tal programa ajuda a criar o sentimento de pânico na população britânica, ao apresentar um Reino Unido ameaçado por uma, suposta, “onda de migrantes ilegais” que se reúnem nas fronteiras para invadir o país e viver à custa do Estado. Não surpreendentemente, em 2016, o país vivenciou dois episódios importantes em relação ao fenômeno migratório: a recente aprovação do *Brexit*, em 23 de junho 2016, (a saída do Reino Unido da UE) pelo parlamento britânico e com apoio de 51,89% da população britânica, seguido de um crescimento brusco de movimentos xenófobos no país.

Dados coletados na Inglaterra e país de Gales, pela polícia britânica, revelam cerca de 80.400 crimes contra migrantes entre 2016 e 2017 (*The Independent*, 04/10/2016). Tal observação é reforçada pela polícia britânica que, em entrevista ao jornal *The Independent*, liga o crescimento desses atos com o referendun para a saída da UE. Isso indica um aumento de 29% em relação ao ano anterior e o maior recorde nos últimos seis anos. Na capital britânica, inúmeros casos de xenofobia ganharam repercussão. Atos de vandalismo e agressão, produzidos por protestantes de extrema direita são direcionados contra imigrantes, em geral. Em entrevista concedida para o jornal britânico *The Independent*, Christian Ahlund, membro da Comissão Europeia contra Racismo e Intolerância (ECRI), diz que: “não é coincidência que atos de racismo crescem no Reino Unido na mesma proporção que vemos exemplos de intolerância e ódio em matérias de jornais, na mídia e até mesmo entre políticos” (Ibid, tradução minha).

Tamanha repressão produzida por lideranças políticas conservadoras e alimentada por uma mídia, não menos reacionária, nos faz questionar como significativa parcela da população indocumentada vivencia esse controle fronteiriço em seu dia a dia. Ao que tudo indica, atos cotidianos como morar, trabalhar, acessar pontos distantes através de transporte público tornam-se uma prática hostil para esses brasileiros indocumentados (Dias, 2016; 2018). O medo e a insegurança de serem abordados por oficiais de imigração do *Home Office* tornam-se parte diária desses migrantes não só destituídos de cidadania, mas, também, de direitos humanos.

## REFERÊNCIAS

DIAS, G. “Onde estão as fronteiras? Como brasileiros indocumentados experienciam o regime de fronteiras britânicas”. *Travessia: revista do migrante*. nº82, 2018. No prelo.

DIAS, G. (2016). **Brazilian migration into London: mobility and contemporary borders**. 272f. Tese de Doutorado em Sociologia – Goldsmiths College, University of London.

GORDON, I.; SCANLON, K.; TRAVERS, T. and WHITEHEAD, C. (2009). **Economic impact on the London and UK economy of an earned regularisation of irregular migrants to the UK**, London: Greater London Authority. Disponível em: [https://www.london.gov.uk/sites/default/files/gla\\_migrate\\_files\\_destination/irregular\\_igrants-report.pdf](https://www.london.gov.uk/sites/default/files/gla_migrate_files_destination/irregular_igrants-report.pdf). Acesso em: 12 jun. 2017.

HOME OFFICE. **Enforcing the Rules: A Strategy to ensure and enforce compliance with our immigration laws.** London: Home Office, 2007.

KUBAL, A.; BAKEWELL, O.; and DE HAAS, H. (2011). **The evolution of Brazilian migration to the UK: a THEMIS Scoping Study.** Disponível em: <<http://www.imi.ox.ac.uk/publications/the-evolution-of-brazilian-migration-to-the-uk-a-themis-scoping-study>> Acesso em: 16 mar. 2017.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. (2012) **Diplomacia Consular, 2007 a 2012.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

MARTINS JR, A. (2017). **The production and negotiation of difference in a world on the move: Brazilian migration to London.** 280f. Tese de Doutorado em Sociologia – Goldsmiths College, University of London.

SCHROOTEN, M.; SALAZAR, N.; e DIAS, G. (2015). **Living in mobility: trajectories of Brazilians in Belgium and the UK.** London: Journal of Ethnic and Migration Studies. V. 42, n.7, p:1199-1215.

THE GUARDIAN (29/07/2013). **'Go home' campaign against illegal immigrants could go nationwide.** Disponível em <<http://www.theguardian.com/uk-news/2013/jul/29/go-home-campaign-illegal-immigrants>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

THE INDEPENDENT. (04/10/16). **Brexit vote has led to noticeable rise in UK xenophobia, watchdog warn.** Disponível em: <<https://www.independent.co.uk/news/uk/home-news/brexit-vote-has-led-to-noticeable-rise-in-uk-xenophobia-watchdog-warns-a7343646.html>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

VERTOVEC, S. (2007). **Super-diversity and its implications.** Surrey: Ethnic and Racial Studies. V.30, n. 6, p.1024–1054.

KATIANI TATIE SHISHITO

## MIGRAÇÕES QUE SEGUEM: 110 ANOS DE HISTÓRIA ENTRE BRASIL E JAPÃO

A emigração de brasileiros ao Japão é um fenômeno que se iniciou em meados da década de 1980. No entanto, este movimento de brasileiros descendentes de japoneses para o outro lado do planeta é decorrente de um processo histórico que tem sua origem há cerca de 110 anos. Diferente de outros grandes fluxos de brasileiros para o exterior, como para os Estados Unidos e Europa, por exemplo, a migração de brasileiros para o Japão é institucionalizada pelas políticas migratórias japonesas (Kondo, 2002).

Uma das principais características deste processo é a sua seletividade por consanguinidade, ou seja, a entrada e permanência de brasileiros no Japão são permitidas do ponto de vista legal apenas para descendentes de japoneses e seus respectivos cônjuges e dependentes.

Este aspecto reflete inversamente um fato interessante da história da vinda dos primeiros japoneses ao Brasil no início do século XX. Os primeiros japoneses que chegaram ao Brasil também vinham em grupos formados por supostos arranjos familiares. Entretanto, estes 'grupos familiares' muitas vezes não apresentavam de fato relações de Em muitos casos as 'famílias compostas', como foram chamadas, eram formadas artificialmente por conhecidos ou mesmo desconhecidos, apenas com o intuito de se encaixarem nos critérios exigidos pelas políticas migratórias dos dois países (Sakurai, 1993; Cardoso, 1995).

Neste período, o Japão passava por este contexto de crise e o Brasil reforçava as políticas de imigração para substituir a mão de obra de negros escravizados até então. Os japoneses chegaram oficialmente em 1908 ao Brasil, trazendo em sua bagagem um sistema de referências socioculturais e dispostos a mantê-los, mesmo porque tinham como objetivo retornar em pouco tempo para o Japão (Kodama e Sakurai, 2008).

Dos primeiros japoneses que chegaram ao Brasil contratados para as lavouras de café, muitos não eram de fato agricultores. Naquele período, o Japão era um país que já tinha iniciado sua modernização industrial e boa parte da população já vivia em centros urbanos. As dificuldades encontradas nas fazendas de café no interior paulista são relatadas como muito sacrificantes. Muitos japoneses não tinham experiência na vida rural, embora para terem a possibilidade de emigrar e fugir do desemprego no Japão, se propuseram a trabalhar no Brasil como agricultores. A emigração se concretizava por intermédio de políticas migratórias de ambos os países envolvidos (Kodama e Sakurai, 2008).

Até o período que precede a Segunda Guerra, o objetivo da maior parte dos japoneses no Brasil era de fato de retornar ao Japão em condições melhores do que saíram de lá, e assim manter sua honra como aqueles que ‘venceram na vida’. Vencer na vida não carregava o sentido apenas de acúmulo de riquezas materiais, mas também manter uma conduta moral reta, de acordo com os valores japoneses daquele período (Sakurai, 1993). Assim, foram construídas escolas de língua japonesa pelos primeiros imigrantes, para que seus filhos aprendessem a língua e não desaperdessem a “ser japonês” até retornarem ao país de origem. No entanto, no período da Segunda Guerra e após a derrota do Japão, as condições reais de retorno naquele período foram praticamente extintas. A partir desse momento, os japoneses se vêem obrigados a se radicar no Brasil e é assumida a permanência no país. Novas estratégias para ‘vencer na vida’, manter o nome e a honra da família, passam a ser percorridas, agora para permanecerem no Brasil (Sakurai, 1993).

A emigração de brasileiros ao Japão que teve início em meados da década de 1980 é decorrente, em parte, desta história da permanência de japoneses no Brasil. Este processo contemporâneo também pode ser compreendido a partir de dois principais aspectos: tanto a partir dos contextos socioeconômicos pelos quais atravessavam os dois países, quanto por questões de ordem étnicas e culturais (Galimberti 2002, Ocada, 2006). Ao longo de cerca de 20 anos esse processo foi se consolidando: de homens sozinhos, passaram a emigrar famílias inteiras e ao longo do tempo novas famílias brasileiras passaram a se formar em solo japonês.

Embora os primeiros imigrantes brasileiros no Japão tivessem planos de retornar em um curto período de tempo em melhores condições financeiras, de forma geral não foi isto que ocorreu. Muitos dos imigrantes que pretendiam retornar ao Brasil no prazo entre dois e cinco anos, já viviam no país há cerca de vinte anos (Shishito, 2012). A permanência indeterminada no Japão propiciou o surgimento de redes sociais de brasileiros, novas formas de relações e sociabilidade se desenvolveram; mas as dificuldades de adaptação e conflitos nas esferas do trabalho, família e educação dos filhos também se intensificaram. (Kawamura, 2003, 2011; Roncato, 2013; Lask, 2000).

Dentre as principais dificuldades enfrentadas pelos brasileiros no Japão, podemos citar inicialmente aquelas relacionadas à esfera do trabalho: longas jornadas em tipos de trabalho pesados e/ou exaustivos, subcontratações por empreiteiras que não garantem os direitos trabalhistas vigentes no país, adoecimentos e acidentes de trabalho sem cobertura de seguros. Este tipo de inserção no mercado de trabalho de forma terceirizada e com contratos de trabalho flexíveis é a realidade da maior parte dos brasileiros no Japão (Roncato, 2013).

A dificuldade na esfera do trabalho não se limita, entretanto, apenas ao país de destino. Quando os migrantes decidem retornar e se (re) inserir no mercado de trabalho brasileiro também são encontrados diversos desafios. Há, por exemplo, a dificuldade da falta de uma formação profissional para aqueles que migraram jovens e não concluíram algum tipo de ensino profissionalizante no Brasil. Uma realidade bastante comum também é a realização de uma poupança no Japão com o intuito de investir em um negócio próprio no Brasil. Entretanto, estes empreendimentos no Brasil frequentemente são realizados sem um conhecimento e estudo prévios, e muitos migrantes retornados acabam por perder o negócio e voltam para o Japão.

Estas idas e vindas entre Brasil e Japão são possibilitadas principalmente pela legalidade da entrada, permanência, saída e reentrada no Japão a partir do visto de residente do tipo “especial” para descendentes de japoneses. Essa circulação de brasileiros entre os dois países ao longo desses anos configura uma migração de caráter transnacional, ou seja, os laços e relações nos dois países seguem fortes entre os migrantes em trânsito neste espaço ampliado. Nesse ínterim da trajetória de trabalho, famílias são formadas, separadas e recompostas. Às vezes parte da família permanece no Brasil enquanto alguns emigram. Às vezes parte permanece no Japão enquanto outros retornam (Yamamoto, 2008).

As dificuldades na esfera da família estão relacionadas também com a intersecção entre conflitos de trabalho dos pais e estudos dos filhos. Assim como os japoneses no Brasil construíram escolas para educar seus filhos em sua língua e cultura maternas, os brasileiros no Japão também se viram repetindo a história, em outro tempo, e do outro lado. Com a migração cada vez mais de caráter familiar e o nascimento de muitas crianças brasileiras no Japão, escolas brasileiras foram surgindo e se ampliando ao longo do tempo (Nakagawa, 2010; Ishikawa, 2012). A ideia de alfabetizar as crianças em língua portuguesa também seguia a mesma lógica, a de prepará-los para o retorno futuro ao Brasil.

A questão do domínio da língua japonesa e/ou portuguesa se torna um fator importante no destino das famílias imigrantes no Japão. Tanto do ponto de vista da inserção dos adultos no mercado de trabalho, como também na formação de seus filhos e os objetivos futuros da família. Como exemplo, podemos citar o desemprego que atingiu grande parte da população imigrante no Japão durante a crise econômica de 2008, e principalmente aqueles que não dominavam a língua japonesa. A língua pode ser tomada aqui como um símbolo de conhecimento e expressão da cultura e dos códigos sociais que carrega.

Dessa maneira, observa-se que os conflitos familiares passam por essa intersecção entre o trabalho dos pais e o tipo de educação dos filhos no Japão. Para as crianças que migraram em idade escolar ou nasceram no Japão existe a opção por dois sistemas de ensino: o japonês, que é um sistema majoritariamente público e do ponto de vista material, de fácil acesso; e o brasileiro, formado por escolas privadas, com um alto custo financeiro e que muitas vezes fica longe das cidades onde as crianças residem.

As dificuldades no interior das famílias migrantes ocorrem principalmente nas decisões e planos futuros sobre o retorno. Para as famílias cujos filhos foram educados em escolas japonesas este conflito tende a ser mais evidente. Ao serem formados a partir dos códigos sociais, culturais e dominarem a língua japonesa, muitos desses filhos se sentem como japoneses e pretendem viver no Japão, enquanto seus pais ainda mantêm vivos os desejos de retorno ao Brasil. Já para as famílias nas quais os filhos estudam em escolas brasileiras, a proximidade entre o reconhecimento de códigos socioculturais, a língua portuguesa e os planos de permanência ou retorno são menos conflitantes (Yamamoto, 2008).

No entanto, as crianças que retornam ao Brasil, independente do sistema educacional que frequentaram no Japão, sempre encontram inúmeras dificuldades de (re) adaptação à sociedade brasileira, ao sistema educacional brasileiro, tornando-as bastante vulneráveis à exclusão social e educacional (Nakagawa, 2010). Eles podem ter passado tanto tempo longe de seu país de origem, ou ter nascido fora, como é o caso de alguns filhos de imigrantes, que sua condição de quase um imigrante em sua terra de origem deveria ser considerada. Nesse sentido, uma nova história de ‘imigrantes japoneses no Brasil’ recomeça... e/ou continua.

## REFERÊNCIAS

- CARDOSO, R. C. L. **Estrutura familiar e mobilidade social: Estudo dos japoneses no Estado de São Paulo.** In: Ninomiya, Masato (org). Edição bilingue. São Paulo: Primus - Comunicação, 1995.
- KODAMA, K.; SAKURAI, C. **Episódios da imigração: um balanço de 100 anos.** in: Resistência e Integração: cem anos de imigração japonesa no Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, p. 16-31, 2008.
- GALIMBERTTI, P. **O caminho que o dekassegui sonhou. Cultura e subjetividade no movimento dekassegui.** São Paulo: EDUC/FAPESP/Ed. UEL, 2002.
- ISHIKAWA, E. A. **Condições das crianças e jovens brasileiros no Japão e suas perspectivas.** In: KASHIMOTO, T. M; DEMARTINI, Z. B. F. (orgs). Educação e Cultura: Brasil e Japão. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- KAWAMURA, L. **Para onde vão os brasileiros?** Campinas: Editora da UNICAMP; Fundação Japão, 2003.
- \_\_\_\_\_. Cambios en la Reciente Migración de Brasileños a Japón: Redes Sociales y Culturales. in: XIII Congreso Internacional de la Asociación Latinoamericana de Estudios de Asia y África (ALADAA), 2011, Bogotá. Memoria del XIII Congreso Internacional ALADAA, 2011.
- KONDO, A. **“Development of Immigration Policy in Japan”.** Kyushu Sangyo University publication, 2002. Disponível em <<http://www.ip.kyusan-u.ac.jp/keizai-kiyo/dp12.pdf>> acesso em 10 de julho de 2010
- LASK, T. **Imigração Brasileira No Japão: O Mito Da Volta E A Preservação Da Identidade.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 71-92, nov.2000.
- NAKAGAWA, K.Y. **A inserção escolar e social das crianças que retornam do Japão.** Congresso da BRASA – BrazilianStudies Association,10. 2010, Brasília. **Anais...** Brasília, BRASA, 2010
- OCADA, F. K. **A tecelagem da vida com fios partidos: As motivações invisíveis da emigração dekassegui ao Japão em quatro estações.** 2006. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, SP, 2006.
- RONCATO, M. S. **Dekassegui, cyber-refugiado e workingpoor: o trabalho imigrante e o lugar do outro na sociedade de classes.** Dissertação de Mestrado em Sociologia - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2013.
- SAKURAI, C. **Romanceiro da imigração japonesa.** Fapesp, SP,1993
- SHISHITO, K. T. **A expectativa temporal e a permanência de brasileiros no Japão.** Dissertação de Mestrado em Demografia- Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2012.
- YAMAMOTO, L. E. **Famílias brasileiras no contexto transnacional: famílias reconstituídas.** REMHU, ano XVI, n. 30, 2008.

# CARACTERÍSTICAS E PERFIL DAS MIGRAÇÕES DO BRASIL PARA PORTUGAL: UM OLHAR SOBRE A CONDIÇÃO DE GÊNERO

## UM BREVE ENQUADRAMENTO

Historicamente, Portugal é o principal país de destino de brasileiros na Europa. A migração do Brasil para Portugal, em termos estruturais, é sensível a conjunturas socioeconômicas e políticas. Apresenta, deste modo, momentos de expansão e contração, com reflexos para o perfil dos e/imigrantes e para a distribuição territorial das áreas de origem e destino. O quadro abaixo visa sintetizar as principais características das três principais fases de migração do Brasil para Portugal.

**Quadro 1 - Características da migração do Brasil para Portugal.**

Características	Primeira fase	Segunda fase	Terceira fase
Fase	Anos 1980 a meados dos anos 1990	A partir de 1998 até fim dos anos 2000	A partir de 2015
Essência do fluxo	Refluxo (acompanha retorno de portugueses)	Laboral (busca por trabalho e acúmulo)	Busca por segurança e fuga da violência.
Distribuição na origem	Sudeste do Brasil (RJ e SP)	Sudeste do Brasil (MG) e Goiás	Sudeste do Brasil (RJ e SP)
Distribuição no destino	Concentrada no norte litoral de Portugal	Concentrada na Grande Lisboa	Concentrada na Grande Lisboa e na Grande Porto
População ativa	Não dominante	Dominante	Empreendedores
Origem na estrutura social brasileira	Classe média	Classe média e média-baixa	Classe média e média alta
Nível de instrução	Elevado	Médio	Elevado
Inserção laboral	Segmentos que exigem alta qualificação	Segmentos que exigem pouca qualificação	Investidores e empreendedores

Fonte: Adaptado de SANTOS, A. L. Mudança de vento: a migração do Brasil para Portugal no fim do século XX e início do século XXI 2010, p. 56.

É importante salientar que essas fases não são estanques. Embora, para fins de sistematização, tenham sido destacadas as características inéditas dos deslocamentos, estes também guardam continuidades com as fases pretéritas. Ressalta-se ainda que as características da terceira fase ainda estejam por ser estudadas e consolidadas, necessitando de mais pesquisas para sua confirmação. Elas devem ser examinadas com ressalvas, uma vez que foram identificadas principalmente com base em discursos midiáticos, que embora apreendam empiricamente os movimentos, carecem de avaliações científicas cuidadosas.

Vale destacar também que nessa terceira fase os incentivos das universidades portuguesas, que desde 2014 passaram a aceitar as notas do ENEM como forma de ingresso acadêmico, há tendência ao aumento do número de estudantes universitários brasileiros em Portugal. Pode ocorrer que esta população de estudantes venha a optar por se estabelecer no país permanentemente.

Cada uma dessas fases migratórias apresentou volumes distintos entre si, sendo mais significativa numericamente a segunda delas. Segundo o Censo Demográfico Português, em 2000, o número de imigrantes brasileiros, com *status* regular, residente em Portugal era de 22.202 pessoas. Em 2010, esse contingente subiu para 119.195 pessoas, o que significava 27% do total de estrangeiros no país (PORDATA, 2015). A maioria das pessoas brasileiras em Portugal entraram no país nesta fase de aumento das migrações, por isso, ainda hoje suas características condicionam o perfil geral da população brasileira residente neste país.

## AS MULHERES NO PERFIL DO ESTOQUE DE BRASILEIROS EM PORTUGAL

Com intenção de traçar o perfil da população imigrante brasileira residente em Portugal, chama-se atenção para a estrutura etária, estado civil e participação no mercado de trabalho. Revelam-se, neste enquadramento, questões de gênero que permeiam os movimentos migratórios entre Brasil e Portugal.

No que diz respeito à estrutura etária deste contingente imigrante, há predomínio de pessoas em idade adulta. A idade média observada é de 30,9 anos, abaixo daquela da população estrangeira em geral, que é de 34,2 anos. Interessa igualmente observar que o sexo feminino é dominante, representando 58% do estoque deste grupo estrangeiro no país.

O perfil etário e segundo o sexo da população brasileira residente em Portugal atual expressa a feminização desta imigração na última década. Dados do SEF demonstram que a presença das mulheres provenientes do Brasil é superior à dos homens desde 2003. Se em 2002 foram registrados 12.563 homens e 12.301 mulheres; em 2003, 13.491 pessoas eram do sexo feminino enquanto 13.070 eram do sexo masculino. Depois desta ultrapassagem a diferença só aumentou. Em 2016, residiam em Portugal 19.375 mulheres brasileiras a mais do que os homens (SEF, 2000-2016).

É de assinalar a reduzida proporção de dependentes nesta parcela da população habitante em Portugal. A razão de dependência é de 15% e corresponde, sobretudo, à faixa etária até os 14 anos, que se referem a aproximadamente 10% da comunidade brasileira. Em contrapartida, a população potencialmente ativa representa 87% dos imigrantes brasileiros em Portugal.

Das mulheres brasileiras imigrantes, 82,5% tem entre 10 e 49 anos de idade. O predomínio das mulheres em idade fértil dentre as brasileiras indica que há potencial para serem acrescidos os efeitos demográficos da imigração na direção de reduzir a velocidade do envelhecimento populacional português. Vale referir o fato de que em 2000 os nascimentos de filhos de mães brasileiras representaram 8% em relação ao total de filhos de mães estrangeiras, já em 2006 o percentual elevou-se para 26% (Peixoto, 2008).

Quanto ao estado civil de brasileiros em Portugal, os dados do Censo Demográfico Português de 2011 revelam que 54,2% dessa população eram pessoas solteiras. Pouco mais de 34%, tinham união conjugal informal. Considerando apenas os casamentos entre pessoas do sexo oposto, em 2001, dos homens casados, naturais do Brasil, residentes em Portugal, 66,6% tinham cônjuge portuguesa e 26,1% cônjuge brasileira. Em 2011, por sua vez, a proporção de homens casados com mulheres portuguesas caiu para 41,1%, enquanto o percentual dos casados com brasileiras subiu para 53,1%.

Em contrapartida, em 2001, do total das mulheres brasileiras casadas, quase 77% tinham marido natural de Portugal, enquanto cerca de 14% tinham esposo compatriota. Em 2011, os casamentos de mulheres brasileiras com homens portugueses diminuíram para 71,3%, já os casamentos dessas mulheres com brasileiros subiram para 22,3%. Portanto, em fase mais recente, os homens brasileiros residentes em Portugal foram mais endógamos, enquanto as mulheres brasileiras foram, dos grupos estrangeiros, aquelas que demonstraram maior propensão a casar com homens de outros grupos estrangeiros e, especialmente, com homens portugueses (Ramos, Gaspar,&Ferreira, 2015).

Apesar de, sem dúvida, existirem encontros e estabelecimento de laços afetivos genuínos em muitos casais formados entre homem português e mulheres brasileiras há um contexto social que, por um lado promove esta união, por outro à julga e combate. Essa dialética decorre dos papéis simbólicos associados aos brasileiros de modo geral e às mulheres desta nacionalidade em particular.

Ser mulher e brasileira em Portugal subordina a pessoa a representações e estereótipos em torno dessa associação entre origem e gênero. A imagem socialmente construída da mulher brasileira em Portugal remete ao imaginário colonial. Um símbolo de sua gênese é a carta de Pero Vaz de Caminha, na qual o autor descreve:

E uma daquelas moças era toda tingida, de baixo a cima daquela tinteira; e certo era tão bem-feita e tão redonda, e sua vergonha (que ela não tinha) tão graciosa, que a muitas mulheres da nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela (Caminha, 2015, p. 5).

A mulher indígena, objeto de desejo do homem português no período colonial, também foi “louvada” por seu ventre reprodutor, como exemplifica o encontro do colonizador português Martim com a “virgem dos lábios de mel”, Iracema, de José de Alencar, dentre tantos outros exemplos encontrados na literatura. Elaboram-se nestes documentos características identitárias portuguesa e brasileira. Em ambos os casos a mestiçagem sexual e racial é enaltecida.

As antigas representações são reconstruídas atualmente. Em Portugal, traços comportamentais e culturais são associados à nacionalidade brasileira. Há erotização da imagem da mulher brasileira, para a qual colaboram os meios de comunicação do Brasil e de Portugal (Gomes, 2011). Disso resultam, por exemplo, os vínculos que a sociedade portuguesa estabelece entre as mulheres brasileiras e a prostituição, já discutidos em outras pesquisas (Padilla, 2007; Santos A. L., 2010).

Os efeitos disso para as mulheres brasileiras em Portugal são cotidianos e manifestam-se em situações de discriminação, por exemplo. Em alguns momentos pontuais a discussão adquire maior visibilidade, como o famoso episódio das “Mães de Bragança”, no qual um grupo de mulheres portuguesas se indispôs com a presença de brasileiras, acusando-as de “destruidoras de famílias”.

Além destas indisposições os casamentos mistos entre imigrantes e nacionais do país de destino é cada vez mais objeto de desconfianças, já que frequentemente aparecem associados nos meios de comunicação à mentiras e interesses. É comum a ideia de que tais uniões ocorrem motivadas por conveniência, já que ofereceriam possibilidades para regularizações de imigrantes em situação irregular.

Enfim, apesar das dificuldades enfrentadas, é fato que os casamentos entre imigrantes brasileiros e naturais de Portugal têm impactos na continuidade e conformação das migrações entre os dois países. A partir deles, surgem famílias cuja atuação tem potencial transnacional, podendo incluir vivências cotidianas no país em que estão presentes e, igual e simultaneamente, no país em que estão ausentes, facilitando as condições para a circulação migratória, marcada pela alternância de fases em Portugal e fases no Brasil.

Os quesitos idade e gênero e suas relações com as migrações são articulados de maneira recíproca. Nessa dinâmica os papéis sociais de grupos etários distintos e de homens e mulheres podem ser reafirmados no destino, reproduzindo o padrão pré-existente na origem. Mas também, há grande potencial dessas relações serem alteradas. Dos distintos grupos imigrantes analisados é patente a maior vulnerabilidade a qual está sujeita a mulher brasileira que é mãe. Isso tem se expressado nas demandas dos utentes dos serviços dos Consulados do Brasil em Portugal, como informado por um representante da instituição no Porto:

De uns dois anos para cá, tivemos que montar no consulado oficinas de assistência psicológica e jurídica. Por quê? Alguns problemas que acontecem muito é violência contra a mulher. A mulher, vem para cá, casa com o português, aí não se insere, a família não gosta, o português começa a beber, enfim, praticamente toda semana a gente tem um caso de violência doméstica. Outro problema que começou a ter, justamente por esse novo tipo de imigrante, foi certas falências psicológicas. Teve mais de um caso que a mulher vem pra cá, casa com português e começa a sofrer violência. Mas tem um sistema muito sofisticado aqui de proteção à mulher e proteção às crianças. O que acontece é que ela denuncia, mas não sai da casa, porque não consegue viver aqui, e não consegue voltar para o Brasil, porque ganha pouco, depende do marido (Representante do Consulado do Brasil no Porto. Entrevista realizada no Porto, 2014).

Quanto à inserção laboral, a participação brasileira no mercado de trabalho português revela, para além da segmentação referente à raça e ao nível de instrução, a presença de premissas sexistas e processos de construção de gênero. A condição das mulheres brasileiras em Portugal é diferente daquela dos homens brasileiros. Ambos se inserem no setor de serviços, mas as mulheres brasileiras vão desenvolver as atividades que historicamente foram atribuídas às pessoas do sexo feminino na divisão do trabalho e que as mulheres portuguesas, devido ao aumento de sua presença no mercado laboral, não dão conta de realizar (Padilla & França, 2015; Rosa & Chitas, 2010). Os cuidados com crianças, idosos, os serviços domésticos são nichos relevantes para brasileiras em Portugal.

É preciso destacar também o exercício de atividades ligadas à estética por essa parcela da população brasileira residente em território português. Tirando proveito da representação portuguesa da brasileira como referência de sensualidade e sexualidade e de beleza, muitas mulheres deste grupo de imigrantes trabalham como cabeleireiras, manicures, depiladoras, esteticistas etc. A situação do mercado de trabalho português para essas mulheres, inclusive, tem propiciado sua atuação enquanto pequenas empreendedoras, sobretudo no setor da beleza (Malheiros & Padilla, 2010).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres brasileiras em Portugal tiveram como motivações isoladas ou articuladas para a migração a família, os relacionamentos amorosos, os laços de ancestralidade, a busca por oportunidades profissionais e ascensão econômica e os estudos. Predominam as mulheres solteiras, mas dentre as casadas, destacam-se as que possuem cônjuges portugueses. Geralmente, apresentam nível de instrução mais elevado do que seus compatriotas. Mas sua atuação no mercado laboral costuma ser aquém de sua formação/instrução e é fortemente condicionada por sua origem, sua representação social e seu gênero. Tais condicionamentos, porém, podem ser subvertidos ou adaptados, possibilitando sua transformação em uma mais-valia profissional, como demonstra os casos das mulheres empreendedoras em nichos ligados à beleza.

Observar a participação e situação das mulheres brasileiras nas migrações do Brasil para Portugal explicita a complexidade do fenômeno migratório e a importância de considerar a condição de gênero nas análises. As migrações expressam a busca por melhoria das condições de vida, procura de maiores oportunidades econômicas, prestígio social, empoderamento e superação das vulnerabilidades sociais. Entretanto, a condição de gênero é, em muitos casos, fator limitante para o sucesso dessa busca. Fato atestado pela maior proporção de mulheres vítimas de tráfico de seres humanos e exploração sexual. Apesar da existência de políticas públicas de apoio às questões de gênero no Brasil e em Portugal, sua efetividade é restrita, especialmente para mulheres e/immigrantes. Persiste, assim, o desafio de encarar discriminadamente homens e mulheres como sujeitos ativos dos deslocamentos, de construir a igualdade de gênero e garantir a dignidade humana no contexto migratório.

## REFERÊNCIAS

- CAMINHA, P. V. (2015). **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Ministério da Cultura.
- GOMES, M. S. (2011). **Mulheres brasileiras em Portugal e imaginários sociais: uma revisão crítica da literatura**. CIES e-working papel no 106. Lisboa: CIES.
- MACHADO, I. (2008). **Sobre os processos de exotização na imigração internacional brasileira**. Revista de Antropologia, 51 (2), pp. 699-733.
- MALHEIROS, J. M. (2007). **A imigração brasileira em Portugal**. Lisboa: Observatório da imigração / ACIME.
- MALHEIROS, J., & PADILLA, B. (2010). **Mulheres imigrantes empreendedoras**. Lisboa: Comissão para a cidadania e igualdade de gênero.
- PADILLA, B., & FRANÇA, T. (2015). **A imigração brasileira desde uma perspectiva de gênero**. In J. PEIXOTO, Vagas Atlânticas. Migrações entre Brasil e Portugal no início do século XXI (pp. 89-108). Lisboa: Mundos Sociais.
- PADILLA, B. (2007). **A imigrante brasileira em Portugal: considerando o gênero na análise**. In J. M. MALHEIROS, Imigração brasileira em Portugal (pp. 113-134). Lisboa: ACIDI.

PEIXOTO, J. (2008). **A demografia da população imigrante em Portugal**. In M. F. LAGES, & A. T. MATOS, Portugal. Percursos de interculturalidade. Contextos e dinâmicas (Vol. II, pp. 7-48). Lisboa: ACIDI.

PEIXOTO, J., PADILLA, B., MARQUES, J., & GÓIS, P. (2015). **Vagas atlânticas. Migrações entre Brasil e Portugal no início do século XXI**. Lisboa: Mundos Sociais.

PORDATA. (2015). **População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por algumas nacionalidades**. PORDATA. Base de dados Portugal Contemporâneo. Fundação Manuel dos Santos. Acesso em 15.maio.2018. Disponível em pordata.pt:

<<https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+estrangeira+com+estatuto+legal+de+residente+total+e+por+algumas+nacionalidades-24-184449>>

RAMOS, M., GASPAS, S., & FERREIRA, A. (2015). **Padrões de exogamia em quatro grupos de imigrantes em Portugal (2001 e 2011)**. Sociologia, problemas e práticas, 77, <<http://spp.revues.org/1803>>. Acesso em 15.maio.2018.

ROSA, M., & CHITAS, P. (2010). **Portugal: os números**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

SANTOS, A. L. (2010). **Mudança de vento: a migração do Brasil para Portugal no fim do século XX e início do século XXI**. 2010. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo.

SANTOS, A. L. (2016). **Sistema migratório Brasil-Portugal: hierarquias geográficas e dinâmicas dos fluxos e contrafluxos populacionais no limiar do século XXI**. Tese de Doutorado, Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo.

SANTOS, A.L; ROSSINI, R.E. (2018). **Reflexões geográficas sobre migrações, desenvolvimento e gênero no Brasil**. In BAENINGER, R. et al. (orgs.). Migrações Sul - Sul. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" - NEPO/ UNICAMP, pp. 277-295.

SEF. (2000 a 2016). **Relatórios de imigração, fronteiras e asilo 2000 a 2016**. Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

# REFÚGIO

Foto: Luis Felipe Aires Magalhães.



Copa dos Refugiados (São Paulo, Agosto de 2017).

LARA LOPES

## MINHA HISTÓRIA

Meu nome é Lara Elizabeth B. S. Lopes. Sou natural de Moçambique e estou refugiada no Brasil há cinco anos, por razões de perseguição LGBT.

Eu venho de um continente e de um país muito preconceituoso e machista, no qual a mulher já nasce com rótulos do que deve ser ao atingir sua fase adulta. E comigo não foi diferente. Minha situação, no entanto, é mais grave ainda, por eu ser filha única.

Filha única, exigência em dobro.

Eu passei a infância e a adolescência ouvindo que tinha que casar e ter filhos para dar alegria à minha mãe.

Desde cedo eu procurei me afirmar. Era a forma com que eu poderia ter espaço para poder me assumir. Mas infelizmente os comentários ao redor sobre o que era a homossexualidade eram sempre assustadores e isso me deixava receosa e refém da liberdade de poder viver abertamente.

Eu já passei por casos em que de vítima tornei-me culpada.

Tive, ainda, a minha parceira presa e assediada pelos próprios policiais. Já fui agredida fisicamente e psicologicamente por diversas vezes. Já cheguei a ficar deprimida por achar que tudo o que falavam a respeito da minha orientação sexual fosse verdade.

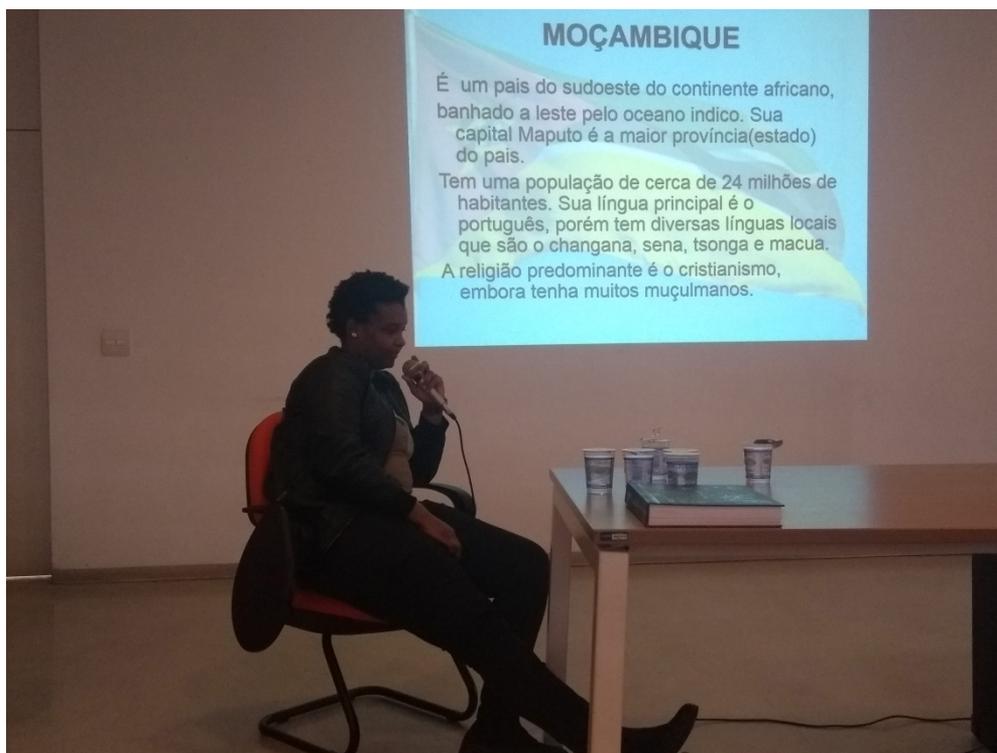
Graças a uma novela brasileira eu ganhei coragem de buscar minha liberdade. Foi quando eu fugi aqui para o Brasil, onde hoje vivo abertamente e feliz.

No começo, quando eu aqui cheguei, foi bem difícil, pois eu vinha com muito medo, e dificilmente conversava com as pessoas a respeito do real motivo que me trouxe até ao Brasil.

Na Polícia Federal, quando fui pedir o refúgio, não me senti à vontade diante do oficial que me fez a entrevista e não falei a verdade sobre o porquê saí do meu país.

Tive várias dificuldades no meu percurso, como o reconhecimento do meu grau de escolaridade superior que me levou a trabalhar como camareira por 1 ano. Outra dificuldade se refere ao meu protocolo de refúgio: quando eu ia à procura de emprego ou tentava abrir uma conta no banco, as pessoas não reconheciam o meu documento.

Enfim, graças a uma conversa com o Miguel da ACNUR, hoje consigo falar sobre minha vida de antes e de atualmente. Acredito que muitos africanos que moram aqui no Brasil e que ainda vivem com medo do preconceito possam se inspirar e ver que eles podem ser amados e conseguir respeito dos outros sendo eles mesmos.



DIRCE TREVISI  
MARIA DE FÁTIMA GUEDES CHAVES  
ALINE SANTOS

## ANGOLANAS EM SÃO PAULO

O último recenseamento brasileiro, realizado em 2010, registrou um estoque de 6.454 imigrantes angolanos no Brasil, incluindo tanto pessoas em situação regular como em situação irregular, perfazendo 1,08% dos 597.292 imigrantes estrangeiros vivendo nesse país (IBGE, 2010). Informações mais recentes, das bases de dados da Polícia Federal, relativas ao ano de 2016, para o Estado de São Paulo, contabilizam 813 angolanos com registros nacionais de estrangeiros (RNE) representando 40% dos africanos e 2% do total de estrangeiros nesse estado (Baeninger& Fernandes (coords.), 2017).

Outras fontes, como o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), permitem apreender as dinâmicas dos fluxos, mostrando crescente imigração de Angola para o Brasil. No período de 2011 a 2016 foram concedidas 107 autorizações para angolanos. Em 2011, as concessões foram de apenas 4 documentos, já em 2015, atingiram 42 autorizações (Cavalcanti, et. al. (orgs.), 2017, p.37).

Ratificando essa tendência, conforme dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, de 2015 para 2016 a presença angolana no mercado de trabalho formal passou de 779 para 1.370. Sua inserção neste mercado se dá atuando principalmente como trabalhadores de produção de bens e serviços industriais, bem como trabalhadores de serviços e vendedores de comércio em lojas e mercados (Cavalcanti, et. al. (orgs.), 2017, p. 80).

Esse aumento da imigração de Angola para o Brasil se manifesta fortemente em São Paulo. A Missão Paz, referência no atendimento ao imigrante no estado, registrou incremento contínuo, passando de 54 pessoas em 2013, para 455 em 2017, totalizando 1.309 atendimentos a angolanos. Esse contingente representa 3,6% dos atendimentos realizados pela instituição, no período 2013 a 2017 (Missão Paz, 2018).

Uma parte importante dos angolanos no Brasil é solicitante de refúgio. Em 2016, foram os principais requerentes desse status, com 1.353 pedidos, representando quase metade das solicitações de refúgio realizadas por africanos e 13% dos requerimentos totais feitos no Brasil no mesmo ano (Baeninger& Fernandes (coords.), 2017).

No total da imigração angolana os homens são maioria, representando 51,4% e reproduzindo as características gerais da imigração no Brasil. Porém, a proporção de mulheres (48,6%) é maior do que aquela verificada na imigração total (46%) (IBGE, 2010).

Chama atenção ainda a participação das mulheres angolanas no mercado de

trabalho formal brasileiro. Ela representa cerca de ¼ da participação masculina. Isso nos leva a duas hipóteses: 1) as mulheres inserem-se, sobretudo, no mercado informal, talvez refletindo uma característica cultural angolana e de estratégias de sobrevivência; 2) as mulheres não se enquadram no que pode ser considerado migração laboral. Para confirmar ou rechaçar tais hipóteses, mais pesquisas precisam ser realizadas.

Há claros indícios de que parcela significativa das mulheres angolanas no Brasil estão no país por motivos relacionados à maternidade. Experiências de instituições de acolhimento a imigrantes, de imobiliárias que se deparam com angolanas buscando alugar apartamento, de corretores de saúde que se defrontam com demandas dessas mulheres, de taxistas que se tornaram referência para levar e trazer de tratamentos para engravidar, dentre outras situações, atestam empiricamente essa relação entre migração e maternidade. Para compreendê-la, porém, convém examinar e buscar esclarecer o que é ser mãe para a mulher angolana.

Independente desde 1975, Angola apresenta uma estrutura social muito fundamentada nos valores e costumes encontrados em muitos países do continente africano. À esse pilar se agregam referências culturais europeias em função da colonização portuguesa (meados do séc. XVI até 1975) e, mais recentemente, a influência da globalização.

A família é o elemento básico da sociedade, lócus de aprendizagem, desenvolvimento e transmissão de valores pelo qual a mulher é responsável. As profundas transformações por que passa o país se refletem também na organização familiar criando a coexistência das famílias tradicional e do tipo europeu. A família de tipo europeu é a referência legal em Angola e se encontra na forma de família nuclear *stricto sensu* – formada por pai, mãe e filhos (Queiroz, 2010).

Porém, é comum formas mais ecléticas, em que a família de tipo europeu mescla-se ao modelo de família tradicional (Queiroz, 2010). Nesta última a linhagem é traçada integrando os indivíduos do lado da mãe, ou seja, a descendência é matrilinear, ou uterina. Tal família é extensa e pode ser poligâmica, é comum no meio rural, mas também é presente nas cidades. A mulher é responsável pela prole, pela casa, pelo cultivo e pela manutenção e transmissão da cultura tradicional. Sua importância no âmbito doméstico não se reproduz fora de casa e tal papel reforça sua limitação e invisibilidade no plano social e nas decisões da vida comunitária (Silva, 2011).

Em 2010, a informação de que apenas 17% da população angolana seguiam o sistema de organização familiar europeu, ratificava a força da estrutura familiar tradicional em Angola (Queiroz, 2010). Consequentemente, ter filhos é muito importante na cultura angolana e a procriação é, quase sempre considerada responsabilidade única da mulher. A ausência de filhos e a não aceitação da possibilidade do marido ter outras mulheres podem ser fatores para a dissolução da relação, com a devolução da mulher para sua família de origem e a obrigação de devolução dos bens, que o marido deu por ocasião do casamento (Lopes, 2010).

No Brasil, a partir de 2013, houve aumento da imigração de mulheres grávidas, que chegam sozinhas, sem marido e/ou companheiros, com ou sem filhos menores e aqui solicitam refúgio. A cidade de São Paulo é o principal destino, no conjunto desta migração. Em entrevistas, elas apresentam como motivos deste movimento, violência urbana, pobreza, busca de melhores condições de atendi-

mento à sua saúde reprodutiva, melhores condições de saúde e educação para seus filhos com atendimento de qualidade e gratuito.

Na sua grande maioria, as mulheres que aqui vêm dar à luz, ou aqui engravidam, pertencem à classe social menos favorecida. Inserem-se neste processo migratório tendo em vista as várias entidades de acolhimento e as possibilidades e facilidades que lhes são garantidos como direitos básicos e fundamentais, estabelecidos nos artigos 5º, 196 (direito à saúde) e 205 (direito à educação), todos da Constituição Federal.

A prole brasileira permite à mãe, pai e irmãos, obterem pela atual lei migratória, Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017, a autorização para residência – REUNIÃO FAMILIAR, com base legal na Seção IV, artigo 30, inciso “i”, e § 1º, inciso III. No Decreto n. 9.199-2017, que regulamenta a nova lei migratória, os seus artigos 142, inciso I, alínea k” e 153 também regulamentam a reunião familiar. Após os trâmites legais, recebem o documento, Registro Nacional Migratório (RNM), que os autorizam viver no Brasil. Esse direito tem também, como base legal, o Princípio da Proteção Integral da criança, previsto na nossa Constituição Federal, artigo 227 e nos artigos 1º ao 4º da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.

Dentre as instituições que acolhem e atendem as mulheres, na cidade de São Paulo, destacam-se: Missão Paz, Hospital e Maternidade Amparo Maternal, Caritas da Arquidiocese de São Paulo, Centro de Acolhida para Mulheres Migrantes N. Sra. Aparecida, Irmãs Palotinas, e Centros de Referências de Assistentes Sociais. Esse conjunto de entidades reúne diversos tipos de atendimento, desde abrigar as mulheres e seus filhos em situação de vulnerabilidade por vários meses, até o oferecimento de apoio psicológico, encaminhamentos a serviços de saúde, atendimento e direcionamento jurídico, dentre outras demandas das imigrantes. Todas essas instituições trabalham visando sempre garantir o cumprimento dos princípios e garantias estabelecidas nos artigos 3º e 4º da Lei de Migração, em especial destaque para o previsto no “caput” do artigo 4º: “Ao migrante é garantida no território nacional, em condições de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

As mulheres com melhores condições econômicas e que têm dificuldades para engravidar também buscam o Brasil para se submeterem a tratamentos para cumprir sua função social e cultural da procriação. As entrevistas indicam a visão de que no Brasil os profissionais de saúde têm alta capacidade técnica e conhecimento para realizar este tipo de tratamento Além disso, a mesma língua favorece bastante na decisão (Monteiro, 2012).

Durante o tratamento, elas permanecem no país ou viajam com bastante frequência para se submeterem aos procedimentos médicos necessários. Geralmente, usam visto de turistas ou permanecem com visto temporário para tratamento de saúde, previsto no artigo 14, inciso I, alínea “b”, da Lei de migração, acima referida. Em alguns casos, quando a necessidade de ficar para os procedimentos de fertilização se alonga, algumas solicitam refúgio como estratégia para ganhar tempo no país.

Quando a fertilização é bem sucedida, algumas voltam para Angola e, posteriormente, retornam ao Brasil para dar à luz. Outras permanecem no Brasil durante todo o tratamento e gravidez. Há também as mulheres que não têm sucesso no tratamento às quais só resta o retorno, sem filhos.

Há também mulheres com melhores condições socioeconômicas que vêm grávidas para dar à luz no Brasil, com a finalidade de ter um parto mais bem assistido e ter um filho de nacionalidade diferente. A nacionalidade brasileira é importante para muitas mulheres, sendo indicador de prestígio social (Monteiro, 2012).

De modo geral, essas mulheres não vêm para o Brasil com a finalidade de aqui permanecer. Com o nascimento, o bebê recebe o Registro de Nascimento e elas solicitam o RG (registro geral) e o passaporte. Após esses procedimentos, voltam para Angola. Posteriormente, se a mãe ou família tiver interesse, voltam ao Brasil e pedem Reunião Familiar. O valor cultural e social da maternidade é alto. Quando a mulher tem filhos, é um motivo de orgulho e alegria para toda a família, e permite com sucesso a sua inserção no contexto da necessidade de prole. Entretanto, quando não ocorre a gravidez e a existência de filhos, é um motivo de sofrimento e desalento para as mulheres e suas famílias, culminando em grandes desilusões. O Brasil se insere como um local onde os sonhos e sofrimentos podem ser resolvidos, de maneira independente da condição social.

## REFERÊNCIAS

BAENINGER, R; FERNANDES, D. (coord.). **Atlas temático**. Observatório das Migrações em São Paulo. Migrações Internacionais. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2017.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A.T. et all (orgs.). **Relatório Anual 2017. A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2017. Disponível em < [https://laemiceppac.files.wordpress.com/2017/12/relatorio\\_final\\_pdf\\_crgd.pdf](https://laemiceppac.files.wordpress.com/2017/12/relatorio_final_pdf_crgd.pdf)> Acesso em: 30.abr.2018.

FURTADO, S. C. **Fluxo migratório de mulheres refugiadas: o caso das angolanas em São Paulo**. In BAENINGER, R.; BÓGUS, L. (et all) (orgs.). Migrações Sul-Sul. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" - NEPO/ Unicamp, 2018, pp. 782 - 783.

LOPES, C. B. **Trabalho feminino em contexto angolano. Um possível caminho na construção da autonomia**. Dissertação. Mestrado em Serviço Social. PUC, São Paulo, 2010.

MISSÃO PAZ. **Banco de dados da Missão Paz**. São Paulo: Missão Paz, 2018.

MONTEIRO, I.L.C. **Modos de vida e trabalho das mulheres que zungam em Luanda**. Dissertação. Mestrado em Serviço Social. PUC, São Paulo, 2012.

PEREIRA, A. **Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África – CODESRIA. 11ª Assembleia-Geral: Repensando o desenvolvimento Africano: Além do Impasse, Rumo às Alternativas. Desenvolvimento de políticas públicas para a inserção da mulher angolana no mercado de trabalho**. 2004. [www.codesria.org/IMG/pdf/pereira.pdf](http://www.codesria.org/IMG/pdf/pereira.pdf). Acesso em: 24 abr. 2018.

QUEIROZ, F. **A família em Angola e o direito**. Jornal de Angola. 28 de outubro de 2010. Disponível em: <<https://nguvulumakatuka.wordpress.com/2010/10/28/a-familia-em-angola-e-o-direito/>> Acesso em: 02 maio 2018.

SILVA, E.A. **Tradição e identidade de gênero em Angola: Ser mulher no mundo rural** In Revista Angolana de Sociologia (online), Dezembro de 2011, n.º 8, pp. 21-34. Disponível em <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/20538/1/RAS-N8-DEZ2011.pdf>> Acesso em: 02 maio 2018.

# REFUGIADOS SÍRIOS EM SÃO PAULO: ESTRUTURAS DE PROTEÇÃO, REDES E RELIGIÃO

Atualmente, há aproximadamente 22.5 milhões de refugiados no mundo; apenas no ano de 2016 surgiram 3.4 milhões de novos refugiados e solicitantes de refúgio, além de quase 7 milhões de pessoas deslocadas dentro do próprio país, o que resultaria em 20 indivíduos por minuto tendo que deixar suas casas (ACNUR, 2017). Nas últimas duas décadas o número de deslocamentos forçados quase dobrou, e o maior acréscimo foi entre 2012 e 2015. O aumento dos refugiados no mundo, principalmente decorrente da guerra civil síria, é responsável pela maior crise humanitária do século XXI (ACNUR, 2016). Nas últimas três décadas, a principal origem de refugiados no mundo era Afeganistão, mas atualmente a principal nacionalidade é síria com aproximadamente 5.5 milhões de refugiados (ACNUR, 2018).

Assim como no cenário mundial, no Brasil também houve uma grande mudança na composição dos refugiados que vivem no país. Na última década, Angola era a principal origem de refugiados, mas a partir de 2014 a principal nacionalidade de refugiados no Brasil é síria. Segundo o CONARE (2018), no final de 2017, havia 10.145 refugiados reconhecidos no Brasil. Dentre esse total acumulado, os sírios representam 39%.

No caso da imigração de refugiados sírios no Brasil, a recepção de solicitantes de refúgio fugindo da Guerra Civil Síria foi facilitada por meio da Resolução Normativa N.17, a qual foi adotada em outubro de 2013 – e prorrogada por mais dois anos em 2015 – pelo CONARE para desburocratizar a emissão de vistos e o processo de solicitação de refúgio para sírios e outros estrangeiros, como libaneses, afetados pelo conflito sírio. A justificativa é dada pela relação histórica entre os dois países, visto que o território brasileiro possui grande população de ascendência síria; a grande busca de asilo no país; o enorme contingente, no mundo, de refugiados da Guerra Civil Síria; e a grave crise humanitária no país de origem. Tal resolução afetou não apenas o número de solicitações de refúgio por sírios, mas também o perfil dos refugiados no Brasil, uma vez que 100% dos sírios foram reconhecidos. Um refugiado sírio entrevistado, contou:

Por causa da guerra agora, ir para a Europa ou para a América, você está indo para dizer o Primeiro Mundo, é muito difícil e muito caro. Na minha situação, eu não tenho esse monte de dinheiro. E nesse momento, o Brasil abre para sírios voarem para o Brasil. Então eu fui para a embaixada na Jordânia e eles me pediram para assinar, 'O que você quer?'; 'Eu quero ir para o Brasil'; 'Ok, o que você tem? O que você quer fazer lá?'. Eles me fizeram todas aquelas perguntas sobre estudar, trabalhar. 'Então, apenas traga para nós passaporte e fotografia'. Então, eu levei para eles. Mas eles me disseram lá 'Se você for para o Brasil, o governo brasileiro apenas vai te dar o papel, apenas te dar os documentos, eles não vão te dar trabalho, eles não vão te dar uma casa,

salário como a Europa, eles não vão, apenas te dão os papéis, situação jurídica. Se você quiser ir, vá. Então eu vim para cá. (Omar<sup>21</sup>, refugiado sírio, 28 anos).

A obtenção de documentos foi muito elogiada pelos entrevistados da pesquisa “Refugiados sírios em São Paulo”, realizada pela autora, no âmbito do Observatório das Migrações em São Paulo. A respeito do motivo que os levaram a escolher o Brasil como país de asilo, quase todos disseram que o Brasil é o único que concede visto para sírios atualmente. No entanto, a grande maioria dos sírios refugiados e solicitantes de refúgio criticaram a ausência de estruturas de proteção no Brasil.

Muitos entrevistados afirmaram não receber nenhum tipo de ajuda: “Aqui no Brasil não tem quem ajuda para sírios, não.” (Suhayr, refugiada síria, 21 anos); “Só na TV as organizações ajudam os sírios, mas na realidade não.” (Uthman, refugiado sírio, 30 anos); “Algumas pessoas acham que no Brasil é igual na Europa. O Brasil abriu para os sírios virem, mas eles não dão outras coisas.” (Aziz, refugiado sírio, 32 anos); “Eu guerra em Síria, ajuda do governo no Brasil só visto. Só visto. Não tem ajuda governo não.” (Hamed, refugiado sírio, 38 anos).

Quando há assistência, esta é composta, de acordo com os entrevistados, por aulas de português, atenção a crianças e alimentação. Alguns afirmaram receber ajuda médica e profissional. As principais demandas da população estudada são em relação a emprego, idioma, moradia e validação de diplomas. Muitos dos refugiados sírios entrevistados afirmaram não querer apenas ajuda financeira, mas auxílio para que eles possam ter autonomia: “Eu não quero ir para um país e apenas receber um salário e uma cesta básica para comer. Eu não quero viver como um animal. Eu não gosto disso. Eu quero trabalhar, eu preciso fazer alguma coisa. Essa vida não é para mim.” (Essam, refugiado sírio, 41 anos).

Dentre os refugiados que afirmaram receber ajuda, a grande maioria citou: Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, IKMR (I KnowMyRights / Eu Conheço Meus Direitos), Adus, Oásis e Mesquita do Pari: “A mesquita ajuda os sírios quando eles chegam pela primeira vez, eles te dizem o que fazer, eles te ajudam a achar emprego, eles te ajudam a achar acomodação.” (Dabir, sírio solicitante de refúgio, 29 anos).

Dentre os entrevistados, 95% são muçulmanos sunitas, 3% disseram não ter religião e 2% são cristãos. O respeito à religião também foi mencionado como um motivo para viver no Brasil: “Em América não pode usar hijab (véu), aqui pode usar hijab.” (Hessa, refugiada síria, 33 anos); “Eu sempre falar para minha família vir para Brasil, por favor, vem aqui. Brasil não tem guerra, não tem problema para sírios, não tem problema para muçulmano também. Tudo Europa tem problema, aqui não tem problema para minha hijab. Em França, Europa, América tem problema para hijab.” (Johara, refugiada síria, 33 anos).

Masud, que se casou com uma brasileira, disse: “Eu muçulmano, esposa ainda não, cristão.” (Masud, refugiado sírio, 28 anos). Ghassam, que trabalha em uma mesquita, afirmou ser muçulmano, mas falou que não poderia garantir que a religião dos filhos permaneceria a mesma: “Eu muçulmano. Crianças muçulmano, mas depois eu não sei.” (Ghassam, refugiado sírio, 33 anos); outros também admitem estar em dúvida em relação a qual religião seguir. A grande maioria afirmou ir à Mesquita do Pari, Mesquita do Brasil, Mesquita Santo Amaro, e alguns em igrejas de outras religiões.

21-Nome fictício. Todos os nomes dos entrevistados na pesquisa de campo foram preservados.

Quando questionados sobre o motivo que os levou a escolher a cidade de São Paulo, a maior parte dos respondentes disse que foi trabalho e a grande presença de árabes. Alguns comentaram: “Eu escolhi São Paulo porque existem muitos árabes aqui. É a cidade famosa aqui. Eu vim para cá porque se você quer trabalhar, conhecer pessoas, pessoas árabes, as pessoas podem te ajudar aqui – os árabes. Tem muitos árabes aqui.” (Omar, refugiado sírio, 28 anos); “Aqui sabe pessoa. Eu sei pessoa árabe.” (Ghassam, refugiado sírio, 33 anos); “A primeira coisa é que tem muito árabes que fala árabe, então não precisa língua.” (Said, refugiado sírio, 30 anos); Eles me falaram ‘vá para lá, São Paulo, tem muitas pessoas árabes’” (Nurdin, sírio solicitante de refúgio, 27 anos); “Os sírios que estão aqui há trinta anos também estão ajudando os novos sírios. Eu vi muitos sírios e árabes em São Paulo, então eu decidi vir para São Paulo.” (Dabir, sírio solicitante de refúgio, 29 anos).

Além de nunca ter vindo ao Brasil anteriormente, a maioria dos residentes estrangeiros sequer conhecia alguém antes de vir para o país (70%), outros tinham amigos (16%) ou familiares (14%) que já estavam refugiados aqui. Alguns contaram que entraram em contato com outros sírios em grupos do Facebook que tem a finalidade de ajudar refugiados: “Conversou só na internet. Coisas como a vida, quanto precisa para ficar, trabalho, dinheiro, só para isso.” (Said, refugiado sírio, 30 anos); “Antes de vir eu falei com pessoas aqui no Facebook.” (Aziz, refugiado sírio, 32 anos); “Tem uma página no Facebook para sírios aqui. Daí a gente entra nessa página e pergunta para as pessoas sobre como viver aqui” (Boulus, refugiado sírio, 19 anos).

Mais da metade dos entrevistados (56%) afirmou conhecer outros refugiados sírios que vivem em seu bairro. A respeito da nacionalidade da maioria dos amigos, muitos afirmaram ter amigos brasileiros e sírios (30%), brasileiros (28%), sírios (25%), alguns afirmaram não ter amigos no Brasil (8%), outros responderam ter amigos árabes no geral (3%) ou amigos brasileiros, sírios e outros estrangeiros (3%), os demais não responderam (3%).

A presença de sírios no país, mais especificamente em São Paulo (Osman, 1998), é significativa há mais de um século com uma construção de redes sociais que facilitam o processo migratório e a integração do grupo no destino (Truzzi, 2008). As redes migratórias são um importante mecanismo estrutural que apoia a causalidade da migração internacional (Massey, 1988) e diminuem os riscos, os custos e a ruptura entre origem e destino (Truzzi, 2008). A pesquisa constatou, portanto, que o fluxo migratório de refugiados sírios para o Brasil é sustentado pelo longo processo migratório de árabes para o país.

## REFERÊNCIAS

ACNUR. **Resolução Normativa do CONARE** n. 17 de 2013. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/54e72b4b4.html>>.

\_\_\_\_\_. **Cinco anos de conflito na Síria**, 2016. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/2016/03/15/cinco-anos-de-conflito-na-siria>>.

\_\_\_\_\_. **Global Trends: Forced Displacement in 2016**. UN High Commissioner for Refugees (UNHCR), 2017.

\_\_\_\_\_. **Statistical Online Database**. 2018. Disponível em: <<http://www.unhcr.org>>.

CONARE. **Refúgio em números** – 3a edição. Secretaria Nacional de Justiça, 2018. Disponível em: <[http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/04/refugio-em-numeros\\_1104.pdf](http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/04/refugio-em-numeros_1104.pdf)>.

MASSEY, D. **Economic Development and International Migration in Comparative Perspective**. Population and Development Review, v. 14, n. 3, 1988.

OSMAN, S. **Caminhos da imigração árabe em São Paulo: história oral de vida familiar**. (Dissertação de mestrado) USP, 1998.

TRUZZI, O. **De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo**. São Paulo: Editora Sumaré, 1992.

\_\_\_\_\_. **Redes em processos migratórios**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 20, n. 1, 2008.

# FAMÍLIA, MORADIA E SOLIDARIEDADE: A EXPERIÊNCIA DA OCUPAÇÃO LEILA KHALED EM SÃO PAULO

## O SURGIMENTO DA OCUPAÇÃO LEILA KHALED

Em meados de julho de 2015, o movimento de moradia “Terra Livre”, ocupou um prédio localizado no bairro da Liberdade, na Rua Conselheiro Furtado, há anos abandonado jurídica e socialmente, como muitos prédios na região central de São Paulo. Os movimentos de moradia se baseiam no direito humano universal à moradia, prescrito no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, das quais o Brasil é signatário. O direito à moradia também é garantido pela Constituição brasileira, assim como deve ser garantida a função social da propriedade, isto é, que toda a propriedade deve ser habitada, para fins de moradia ou comerciais. Quando um terreno ou imóvel está ocioso, significa que não está se cumprindo a função social da propriedade, que é uma obrigação de todo cidadão brasileiro. O movimento de moradia ocupa prédios, imóveis e terrenos ociosos, para garantir este direito às pessoas que não podem pagar um teto, e, com isso não terem acesso às condições básicas para ter uma vida digna.

Este prédio da Liberdade não cumpria a sua função social quando foi ocupado, passando a abrigar muitas famílias brasileiras que não tinham condição de arcar com os aluguéis da cidade. Por meio de mutirões realizados pelos novos moradores e o movimento, o prédio que estava abandonado foi limpo, organizado e reparado, tornando-se um lugar habitável para viver. No tempo em que a ocupação estava começando, o movimento de apoio à causa palestina, MOP@T, parceiro do “Terra Livre”, soube que muitas famílias palestinas refugiadas da Guerra da Síria estavam vivendo em pensões precárias e custosas em diversas localidades de São Paulo. Sabendo disso, dois militantes – um de cada movimento –, visitaram essas pensões, e convidaram as famílias para viver na ocupação da Liberdade, que de pronto aceitaram. As primeiras famílias sabiam de outras, que também foram chamadas para morarem na ocupação, somando, em finais de 2015, sessenta pessoas ao todo.

O encontro entre brasileiros e palestinos foi impactante. Rosa, a advogada do movimento contou do que sentiu quando viu a primeira família chegar “uma mulher, de véu e roupas pretas, sozinha com as malas e os filhos. Aquilo que impactou muito. Era inacreditável”. A diferença de língua, de vestimentas, de gestos e religião era grande, mas, ao longo das primeiras semanas, a presença das famílias começou a se estabelecer, e a se fazer notar na constituição dos espaços: adesivos com os dizeres I love Allah nas portas dos apartamentos, os avisos escritos em árabe nos elevadores, o cheiro dos temperos árabes tomando os andares nas horas das refeições, as orações realizadas em cinco horários específicos do dia e o falatório em uma língua desconhecida da maioria dos brasileiros. Aos poucos, no

entanto, amizades começaram a surgir, mediadas por inventivas comunicações, como o arabaiano, “uma mistura de árabe com baiano”; como definiu um dos moradores, através do qual ajudava nas perguntas dos jornalistas.

A ocupação recebeu muita atenção de jornalistas, organizações e brasileiros solidários à causa dos refugiados. Quando a ocupação foi lançada publicamente, através de um evento chamado Jornadas de Yarmouk, uma homenagem a um dos campos de refugiados palestinos na Síria, a “crise humanitária da Síria” ganhou os jornais de todo o planeta, fato que sensibilizou muitos brasileiros para o sofrimento dos refugiados. As Jornadas foram marcadas por sentimentos de comoção e solidariedade, e acabaram por configurar as relações entre os palestinos da Ocupação e a mídia, o poder público e as ONGs de apoio aos refugiados. Por sua vez, a intensa visibilidade e oferecimento de ajuda às famílias palestinas colocaram uma nova demanda política e desafios aos militantes e moradores brasileiros. As ocupações não costumam ganhar esse tipo de atenção, nem da mídia, nem do poder público ou da população em geral. A urgência da situação dos refugiados tirou o foco da ocupação como um todo, deixando de lado as necessidades, também de primeira ordem, das famílias brasileiras.

A intenção dos movimentos, no entanto, era mostrar como parte da população brasileira e as famílias palestinas, sofriam exclusão, seja por não poderem ter uma moradia digna, incompatível com suas rendas, seja por não terem direito a viver em suas terras, na Palestina. A intenção da ocupação era ativar um princípio de solidariedade entre os povos que sofrem diversas formas de exclusão e opressão, e que necessitam de reparações históricas pelas injustiças que sofreram. A solidariedade direcionada às famílias da ocupação mesclava elementos diversos, desde o desejo humanitarista de ajudar os refugiados de guerra, até o apoio à sustentabilidade das famílias na ocupação, através de doações, mas também de mobilização política.

## O CENTRO DE SÃO PAULO E SUAS OCUPAÇÕES

Segundo dos dados do Plano Municipal da Habitação de 2016, a cidade de São Paulo possui um déficit habitacional de 358 mil moradias, 1.385 imóveis ociosos e 830 mil domicílios localizados em assentamentos precários que demandam regularização e melhorias. As iniciativas da prefeitura para mudar esse cenário atingem hoje no máximo dez por cento dessa demanda, de acordo com o diagnóstico do Plano Municipal. No Centro de São Paulo, encontram-se grande parte dos imóveis ociosos, há muito tempo abandonados, com imensas dívidas de IPTU, completamente inutilizados. Como se sabe, o Centro da cidade concentra a maior parte dos equipamentos urbanos, desde saúde, educação e lazer, bem como a maior parte das oportunidades de emprego. É por isso que o Centro tornou-se um lugar importante para os movimentos de moradia, já que poderia proporcionar, a um só tempo, moradia digna para a população de baixa renda em uma das localidades mais bem equipadas do ponto de vista urbano, acessada apenas por uma parte ínfima da população.

Outro argumento dos movimentos de moradia é o de que os tantos imóveis ociosos no Centro contribuem para o crescimento da chamada especulação imobiliária, que mantém os preços dos aluguéis altos, e, portanto, inacessíveis a maior parte da população, privatizando lucros para o ramo imobiliário ao invés de fazer cumprir a função social e cidadã da cidade. Ocupando os prédios ociosos, os movimentos de moradia fariam valer a função social da propriedade,

além de oferecer moradia para quem não pode arcar com seus custos. A ocupação Leila Khaled<sup>22</sup> foi criada com este propósito, estendendo a solidariedade e acolhimento às famílias palestinas, que passam pelo mesmo problema de moradia. Atualmente, no Centro, grande parte das ocupações urbanas é habitada por imigrantes e refugiados de diversas nacionalidades, em algumas delas compondo maioria. Essa população, além de viver de uma renda resultante de empregos informais que não lhes provê o necessário para pagar um aluguel em São Paulo, enfrenta dificuldades com a burocracia imobiliária, que exige, sobretudo no Centro, fiadores e “depósito-aluguel”, exigências que estão além de suas capacidades financeiras.

A ocupação tornou-se uma alternativa viável para essas pessoas, que devem arcar apenas com taxas de manutenção do edifício. A participação política no movimento, no entanto, é algo que deve ser construído pelo movimento pela adesão das famílias à agenda de moradia para todos.

### O MOVIMENTO PALESTINA PARA TOD@S (MOP@T)

Originalmente, o Mop@t foi fundado para ajudar refugiados palestinos recém-chegados da Guerra do Iraque em 2008, em uma reação ao abandono dos mesmos pelas organizações palestinas, humanitárias e governamentais no Brasil. Ao longo dos anos, o foco do movimento foi se organizando em torno da criação dos meios para promover a visibilidade da questão palestina no Brasil, mais especificamente, entre os movimentos sociais e partidos de esquerda em uma perspectiva de luta internacionalista. Ainda que alguns de seus membros fossem palestinos nascidos no Brasil, e outros fossem brasileiros interessados nas questões políticas do médio-oriente, seus objetivos formais e linguagem política tinham um caráter socialista, e suas relações imbricavam-se com sindicatos, partidos de esquerda e movimentos sociais.

A aproximação com a autointitulada esquerda autônoma se deu através de sua participação no Comitê Popular da Copa, frente formada em razão dos impactos políticos, sociais e econômicos do megaevento esportivo. O Terra Livre compunha a coalização do Comitê, e alguns de seus membros eram próximos do MOP@T.

### AS FAMÍLIAS PALESTINAS

As famílias palestinas da ocupação Leila Khaled viviam em campos de refugiados palestinos na Síria. Sua chegada a esse país coincide com a expulsão de seus ancestrais por milícias sionistas, primeiro em 1948, e depois, em 1967, marcos históricos reconhecidos como al-Nakba (em árabe, “catástrofe”) e a “Guerra dos Seis Dias”, quando Israel anexou os territórios palestinos da Cisjordânia e Faixa de Gaza. Primeiramente, as famílias palestinas se instalaram na região do Golã, e, depois em campos de refugiados no entorno da capital da Síria, Damasco. Os palestinos nunca receberam o estatuto de cidadãos sírios, permanecendo refugiados, bem como as gerações posteriores, sob a jurisdição da UNRWA, agência da ONU criada para os refugiados palestinos.

---

22-A escolha do nome da ocupação - *Leila Khaled* – foi uma sugestão de uma das militantes do Terra Livre, que em assembleia fez uma exposição sobre a luta da guerrilheira palestina.

A Guerra da Síria, começada em 2011, obrigou as famílias que viviam nos campos a saírem do país, indo para o Líbano, Europa e América do Sul, sendo acolhidos pelos países em graus institucionais diferenciados, a partir da política para imigrantes e refugiados de cada país. O Brasil concedeu vistos e refúgio para os refugiados da guerra da Síria, mas, sem uma política pública voltada para manutenção de moradia e emprego, as famílias que aqui chegaram passaram a contar com a rede de organizações humanitárias e caridosas para dar seus primeiros passos no país. Com algumas iniciativas municipais em São Paulo, organizações civis religiosas e a mobilização dos próprios migrantes e refugiados, criou-se uma rede de apoio a essas populações. Algumas dessas famílias já se conheciam na Síria, vivendo como vizinhos e parentes nos campos, e aqui se reencontraram, em parte por migrarem em rede, isto é, a partir de contatos que já existiam aqui, em parte pela intensificação da política de concessão de vistos no ano de 2015.

As razões que levaram as famílias até a ocupação Leila Khaled, suas expectativas e motivações em relação ao novo status de refugiados coincidem e divergem dos movimentos sociais e da lógica de prestação de solidariedade em alguns pontos. Como relataram alguns dos palestinos, é importante para as famílias viverem juntos, experiência que garantiu sua força, unidade e memória da Palestina em sua longa experiência histórica como refugiados. A questão material dos alugueis contou muito também, possibilitando às famílias sua subsistência e a reserva de algum dinheiro para enviar a seus parentes que haviam ficado no Líbano e na Síria. Sua percepção do movimento de moradia variava, haja vista que não conheciam essa forma de organização política na sociedade em que estavam inseridos, nem algo como “déficit de habitação” ou o *modus operandi* dos movimentos de “esquerda” brasileiros. Viver na ocupação com outros palestinos também facilita sua inserção na nova sociedade, já que um refugiado mais velho ajuda o novo refugiado, orientando-o nas questões de burocracia, postos de doação de alimentos, roupas e outros materiais. Sobretudo, viver em um lugar em que falavam a mesma língua, comiam da mesma comida e partilhavam da mesma religião era muito importante para sua adaptação à vida no Brasil.

A experiência no Brasil podia ser nova, mas não o refúgio: aprenderam que uma cobra não dá o bote duas vezes, como diziam os palestinos mais velhos no campo. Eles se entendem como refugiados da Palestina, porque desde a criação do Estado de Israel, eles perderam suas casas, territórios e famílias e nunca os recuperaram. O que mais os palestinos almejam é ver consolidado seu Direito de Retorno, garantido pela resolução 194 da ONU, mas nunca efetivamente cumprido. Dessa maneira, a vida na ocupação permitia que os palestinos se estabelecessem mais uma vez em um novo país, ao lado de outros palestinos, para mais uma vez exigirem o Direito de Retorno, transmitindo seus conhecimentos e memórias às próximas gerações.

## CONCLUSÃO

A ocupação Leila Khaled reuniu famílias brasileiras, palestinas e movimentos sociais distintos em um contexto de mediação da guerra da Síria e solidariedade internacional. Foi vivida e percebida diferencialmente por palestinos e brasileiros, que possuíam, cada qual a sua razão de viver ali, experiência transformadora em muitos sentidos. Ofereceu um lar a quem não podia pagar, mas também solidariedade, e a vida coletiva, essencial para os palestinos, em um bairro que oferece oportunidades de trabalho, acesso à saúde, às organizações de refugiados e outros serviços públicos da prefeitura.

## PARA LER, VER E OUVIR MIGRAÇÕES E REFÚGIO

### PARA LER

ACNUR. Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados. **Relatório Tendências Globais**. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/>. Acesso em: Junho 2017.

BAENINGER, Rosana et al (org). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 684p.

BASSANEZI, Maria Silvia. Imigrações Internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, Neide. L. (coord.) **Emigração e Imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo FNUAP- 1995. p. 3-35.

BILAC, Elisabete D. Gênero, família e migrações internacionais. In: PATARRA, N. L. (coord. ) **Emigração e Imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo FNUAP; 1995. p. 65-77.

BÓGUS, Lúcia Maria Machado; MOZINE, Viviane. Apátridas do século XXI: Desafios atuais na fronteira do Haiti e República Dominicana. In: **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados. V. 4, n. 8, jul./dez. 2015. 137-149.

BÓGUS, Lúcia Maria Machado; MOZINE, Viviane. **Imigração e Refúgio no Brasil Contemporâneo: 1930-2012**. In: **Migração, Trabalho e Cidadania**. (Org). Dirceu Cutti et al. São Paulo: EDUC, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Efeitos do Lugar. A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CANALES, Alejandro. E Pur Si Muove. **Elementos para una teoría de las migraciones en el capitalismo global**. Guadalajara: M.A Porrúa Y Universidad de Guadalajara, 2015. 196p.

CASTRO, Mary Garcia et al. **Mulheres latino americanas e caribenhas na migração: bibliografia comentada**. Salvador: Centro de Recursos Humanos/UFBa, 1989, 79p. Mimeo.

DIAS, S. & GONÇALVES, A. (2007). Migração e Saúde. In: Dias, S. (Org.). Revista Migrações - **Número Temático Imigração e Saúde**. Lisboa: ACIDI, p.15-26.

FARIA, Andressa Virgínia de. Os Haitianos e o Refúgio Ambiental. In: BAENINGER, Rosana et al (org). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 684p.

FERNANDES, Duval; MILESI, Rosita; FARIAS, Andressa. Do Haiti para o Brasil: o novo fluxo migratório. In: **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, v. 6, nº 6 (2011). Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos. P. 73 – 98.

FREIRE, André. **A esquerda europeia ante os dilemas da imigração**. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7211.pdf>

JUBILUT, Liliana Lyra. MENICUCCI, Silvia. (2010). **A necessidade de proteção Internacional no âmbito da migração**. Revista Direito GV. São Paulo. 6(1): 275-294.

LÖWI, Michel. **Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil.** In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0652.pdf>

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. **A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti.** 2017. 1 recurso online (355 p.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

MALDONADO, Oscar. **A Invisibilidade dos Paraguaiois em São Paulo.** In: Migração, Trabalho e Cidadania. (Org). Dirceu Cutti et al. São Paulo: EDUC, 2016.

Martins-Borges, L. & Pocreau, J-B. (2009b) **A identidade como fator de imunidade psicológica: contribuições da clínica intercultural perante as situações de violência extrema.** Psicologia: Teoria e Prática, 11(3):224-236.

Martins-Borges, L. (2013). **Migração involuntária como fator de risco à saúde mental.** Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana, (40): 151-162.

Ministério da Justiça (2015). **Migrantes, apátridas e refugiados: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil.** Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL): Ipea.

OIM. **La Migración en América del Sur: Tendencias y Datos Relevantes.** Acesso em: Jul. 2017. Disponível em: <http://robuenosaires.iom.int/tendencias-y-datos-relevantes>

PATARRA, Neide L & BAENINGER, Rosana. Migrações internacionais recentes: o caso do Brasil. In: PATARRA, N. L. (coord.) **Emigração e Imigração internacionais no Brasil contemporâneo.** São Paulo FNUAP; 1995, p. 79-87.

PATARRA, Neide Lopes. **Migrações Internacionais – Herança XX, Agenda XXI.** Campinas: FNUAP, 1995a. (Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, v. 2).

PERES, Roberta. **Imigração e Gênero: As mulheres haitianas no Brasil.** In: BAENINGER, Rosana et al (org). Imigração Haitiana no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 684p.

REIS, Rossana Rocha. **Soberania, direitos humanos e migrações internacionais.** In: RBCS Vol. 19 nº. 55 junho/2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n55/a09v1955.pdf>

RIBEIRO, Clara Lemme. **A feminização como tendência da migração boliviana para São Paulo.** In: Travessia – Revista do Migrante, nº 78, Jan – Jun de 2016, pp. 101-120.

RODRIGUES, Viviane Mozine. (2013). **Migração e refúgio no Brasil: O caso dos haitianos.** VI Colóquio internacional, UFAC, Rio Branco.

RIVERA, José Escobedo. **Percepciones acerca de la acción social del migrante en las canciones populares.** In: Encontro Associação Latino-Americana de

Sociologia – ALAS, Santiago, Chile, 2013. Disponível em: [http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT9/GT9\\_EscobedoJose.pdf](http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT9/GT9_EscobedoJose.pdf)

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, Edusp, 1998, 299p.

SILVA, Sidney Antônio da. **Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade**. Revista Estudos Avançados USP, 20 (57), 2006.

WALDMAN, Tatiana Chang. **O acesso à educação escolar de imigrantes em São Paulo: a trajetória de um direito**. 2012. 236f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

WALDMAN, Tatiana Chang. **Movimentos migratórios sob a perspectiva do direito à saúde: Imigrantes bolivianas em São Paulo**. Revista de Direito Sanitário, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 90-114, mar./jun. 2011.

## PARA VER

**A Boa Mentira** (Philippe Falardeau, EUA/Quênia/Índia, 2015).

**América, o Sonho de Chegar. Lamerica** (Gianni Amelio, França, Itália, 1994).

**Bem vindo**(Philippe Lioret, França, 2009).

**Biutiful** (Alejandro González-Iñárritu, Espanha, México, 2011).

**Bolivia**(Israel Adrián Caetano, Argentina, Holanda, 2001).

**Céu de Suely** (2006, 86 min) – ficção. Direção: Marcelo Gomes e KarimAinouz.

**Cinema, aspirinas e urubus** (2005, 100 min) – ficção. Direção: Marcelo Gomes.

**Conterrâneos velhos de guerra** (1990, 143 min) – documentário. Direção: Vladimir Carvalho.

**De braços nem tão abertos: Imigrantes no Brasil** – Sala de Notícias (2012, 14 min) – reportagem. Direção: ONG Repórter Brasil.

**De Nadie**. De Ninguém. No One (TinDirdamal, México, 2005).

**Expedito, em busca de outros nortes** (2006, 75 min) – documentário. Direção: Aída Marques e Beto Novaes.

**Fogo no Mar**. Fuoccoamare (Gianfranco Rosi, Itália/França, 2016).

**Imigrante, O** (Charles Chaplin, 1917).

**Ivan** (Guto Pasko, Brasil, 2015).

**Jean Charles** (Henrique Goldman, Brasil, 2009).

**Migrantes** (2007, 46 min) – documentário. Direção: Beto Novaes, Francisco Alves e Cleisson Vidal.

**Open Arms, Closed Doors** (Brasil, 2014).

**Pão e Rosas. Bread and Roses** (Ken Loach, Grã-Bretanha, 2000).

**Por um punhado de dólares: os novos emigrados** (Leonardo Dourado, Brasil, 2014).

**Samba** (Olivier Nakache e Éric Toledano, França, 2014).

**Trabalhadores de Canaviais** (2008, 5 min) – série de cinco reportagens. Direção: André de Oliveira e Jefferson Pinheiro (Coletivo Catarse).

**Um dia sem mexicanos** (Sergio Arau, EUA, México, 2004).

**Viajo porque preciso, volto porque te amo** (2010, 75 min) – ficção. Direção: Marcelo Gomes e Karim Ainouz.

## PARA OUVIR

Mac Salvador – Quero um Câmbio

<https://www.youtube.com/watch?v=oZd30CbZaQ4>

Luis Henrique – Abre TusOjos

<https://www.youtube.com/watch?v=jm4Ok6QypU8>

Leon Gieco – De Igual para Igual

<https://www.youtube.com/watch?v=BU6wmJt9Uns>

José Antonio Sánchez - El emigrante

<https://www.youtube.com/watch?v=HYOeCqOpxic>

Ricardo Arjona – Mojado

<https://www.youtube.com/watch?v=fjdmaxDMeUI>

Silvio Rodríguez – Fronteras

<https://www.youtube.com/watch?v=90Spyf87IzY>

Juan Luis Guerra - Visa Para un Sueño

<https://www.youtube.com/watch?v=py5IONtuw2A>

Calle 13 - Pa'l Norte

<https://www.youtube.com/watch?v=SBYO1ZfxxSM>

Chico Buarque – Iracema Voou

<https://www.youtube.com/watch?v=6O-sJPa1gvQ>

Mano Chao – Clandestino

<https://www.youtube.com/watch?v=l0PjuPu78rQ>

Belchior – Galos, Noites e Quintais

<https://www.youtube.com/watch?v=EXYKg9Efv0>

Mário Barbará – Desgarrados

[https://www.youtube.com/watch?v=Rom\\_n7sEUIk](https://www.youtube.com/watch?v=Rom_n7sEUIk)

## **SOBRE OS AUTORES**

### **ALINE SANTOS**

Pós Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. Doutora em Ciências (2016), na área de Geografia Humana, pela Universidade de São Paulo. Estudou migrações entre Brasil e Portugal, destacando o período 2000-2015. Possui mestrado em ciências, com ênfase em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2010). Possui graduação em Geografia, sendo Bacharel e Licenciada pela Universidade de São Paulo (2005). Foi bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo no doutorado (2012-2016) e no mestrado (2008-2010). Realizou Estágio em Pesquisa no Exterior com bolsa FAPESP (BEPE/FAPESP) (2013-2014) e teve auxílio financeiro à pesquisa do Instituto Camões em parceria com a Cátedra Jaime Cortesão (2010), nessas duas ocasiões realizou investigações científicas em Portugal. É pesquisadora associada ao LABOPLAN desde 2002.

### **CAMILA RODRIGUES DA SILVA**

Possui graduação em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero (2006) e mestrado em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2011). É doutoranda em Demografia no Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, e pesquisadora do Observatório das Migrações em São Paulo. Possui experiência em trabalho de campo e em diversos instrumentos de pesquisa quali e quantitativa. Atualmente, pesquisa a imigração venezuelana no Brasil, particularmente na cidade de São Paulo. Tem experiência também na área de Comunicação, com ênfase em Jornalismo Online.

### **DIRCE TREVISI**

Possui mestrado em Direito com concentração em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004) e mestrado em Enfermagem pela Escola de Enfermagem da USP (1978). Tem experiência na área de Enfermagem Obstétrica e na área de Direito, com ênfase em Direito do Trabalho e atuação no Ministério Público do Trabalho - Procuradoria do Trabalho da 2ª Região. Atualmente é voluntária do Centro de Estudos Migratórios da Missão Paz e colaboradora de revisão da Revista Travessia. É doutoranda no Programa de Estudos Pós-Graduados da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP), onde pesquisa a imigração angolana na cidade de São Paulo.

### **GIOVANNA MODE MAGALHÃES**

Mestre em Sociologia da Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (2010) e atualmente doutoranda pelo mesmo curso (desde 2014). Pesquisa temas relacionados a educação, direitos humanos, comunicação e migrações internacionais. Membro do Ryoichi Sasakawa Young Leaders Fellowship Fund (bolsista 2009) e do Global Community of Practice (COP) in Curriculum Development, do International Bureau of Education UNESCO (desde 2010) e do Centro de Estudos de África, Ásia e América Latina da Universidade de Lisboa (desde 2017), onde é atualmente pesquisadora visitante. Graduada em Comunicação Social Jornalismo pela Faculdade de Comunicação Social Casper

Líbero (2001), com experiência profissional em desenvolvimento e gestão de projetos e formação, em particular nas áreas de educação e direitos humanos.

### **GUSTAVO DIAS**

Professor de Sociologia no Departamento de Política e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros-MG (Unimontes) e editor-chefe do periódico *Argumentos - Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes*. É doutor em Sociologia pela Goldsmiths - University of London, realizado com bolsa de doutorado pleno da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) de Portugal. Completou o mestrado em Ciências Sociais na Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, com financiamento da FAPESP, e o Bacharel / Licenciatura Plena em Ciências Sociais (2002) pela Universidade Estadual Paulista - UNESP. Pesquisador voltado para o estudo de mobilidade migratória, com ênfase em migração internacional e fronteiras. Tem organizado e coordenado eventos nacionais e internacionais sobre estudos migratórios, bem como dossiês sobre tal tema em revistas indexadas pela Qualis Capes.

### **HELENA DE MORAIS MANFRINATO**

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (USP). Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Campus de Araraquara. Membro integrante do Nupre, Núcleo de Estudos de Política, Religião e Espaço Público, na Universidade de São Paulo (USP). Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Política e Antropologia da Religião.

### **KATIANITATIESHISHITO**

Doutoranda em Demografia na Universidade Estadual de Campinas, mestre em Demografia (2012) e bacharel em Sociologia (2009) ambos pela Universidade Estadual de Campinas. Desenvolve a tese de doutorado na linha de pesquisa Gênero, Família e Populações e na área de Migrações Internacionais do Núcleo de Estudos de Populações "Elza Berquó" NEPO/Unicamp. Pesquisa temas relacionados à transição para a vida adulta, juventude, curso de vida, migrações internacionais e processos migratórios entre Brasil e Japão. Trabalha com métodos quantitativos e qualitativos das Ciências Sociais.

### **LAÍS MENEGUELLOBRESSAN**

Doutoranda em Antropologia Social pelo Institut des Hautes Études Internationales et du Développement (IHEID) em Genebra. Ela é mestra pela mesma instituição e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. Atualmente é assistente de pesquisa no Centro de Estudos de Gênero do IHEID. Sua pesquisa analisa a intersecção entre humanitarismo, religião e mercado face à posição do Brasil enquanto expoente no mercado halal global. Durante o mestrado, analisou o aparato humanitário brasileiro, a partir do programa de reassentamento solidário de refugiados palestinos no país.

## LARA LOPES

Refugiada moçambicana no Brasil, reside em São Paulo há 5 anos. É militante dos direitos humanos e dos direitos dos imigrantes e refugiados. Atualmente, também atua na ONG Estou Refugiado, que busca capacitar e oferecer oportunidades de trabalho a refugiados em São Paulo, através de parcerias com empresas e outros órgãos da sociedade civil.

## MAGALI ALLOATTI

Possui graduação em Sociologia 2010- Universidad Nacional del Litoral. UNL. Argentina e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina UFSC. Mestrado pelo programa de Pós- Graduação em Sociologia Política da UFSC 2010 (Conceito 5) Bolsista CNPq. Doutorado em andamento pelo programa e Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC 2013 (Conceito 5). Bolsista CAPES. Tem desenvolvido estudos de interação global - local, com ênfase nas áreas de política e economia. Realiza estudos sobre migração internacional, com especial ênfase nas consequências e transformações de identidades políticas e status de integração.

## MARIA DE FÁTIMA GUEDES CHAVES

Graduação em Estatística pela Universidade de São Paulo (1976), Doutorado em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (2009), com Curso de Extensão em Migração Internacional pela Georgetown University (2013). Atualmente licenciada do cargo de professora de estatística na Faculdade de Campinas, integra o grupo de pesquisadores do Observatório das Migrações em São Paulo estudando a migração das mulheres angolanas no Brasil.

## MARÍLIA CALEGARI

Possui graduação em Ciências Sociais (Licenciatura Geral) pela Universidade Estadual de Campinas (2010) e graduação em Antropologia (Bacharelado) pela Universidade Estadual de Campinas (2012). É mestre em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (2014). E atualmente é doutoranda em Demografia na Universidade Estadual de Campinas. Possui experiência em pesquisa de campo, especialmente sobre população refugiada na cidade de São Paulo. Desenvolve estudos sobre refugiados sírios no estado de São Paulo.

## PATRÍCIA VILLEN

Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Possui Licence Philosophie - Université Paris 8 - Saint Denis, Mestrado em Filosofia Prática e Relazioni Umane - Università Ca' Foscari di Venezia, especialização no Master sull'Immigrazione. Fenomeni Migratori e Trasformazioni Sociali - Università Ca' Foscari di Venezia e Doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente é professora substituta na Universidade Federal de Uberlândia e faz estágio de pós-doutorado no Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Áreas de atuação: Programa Mais Médicos, migração internacional, trabalho, racismo, África, estudos coloniais.

## ANEXO

Imigrantes internacionais registrados nos municípios em que há professor do Centro Paula Souza participante do curso.

<b>Cidade</b>	<b>2000-2015</b>	<b>2016</b>
Adamantina	235	128
Americana	1482	238
Barra Bonita	54	3
Campinas	13845	1591
Espírito Santo do Pinhal	16	2
Garça	40	2
Indaiatuba	1607	106
Itapeva	40	4
Jundiaí	1765	277
Leme	104	29
Mairinque	44	3
Mogi Mirim	120	3
Orlândia	27	2
Penápolis	93	7
Pindamonhangaba	482	53
Presidente Venceslau	12	3
Rancharia	15	2
Rio Claro	495	163
Santana de Parnaíba	1044	134
Santa Rosa de Viterbo	8	8
São Paulo	256979	24319
Sorocaba	3413	736
Taquarivaí	0	0
Taubaté	1335	101
Total ESP	391.282	40.320

Fonte: SINCRE, 2017.

Pós-Doutorando no Observatório das Metrópoles (PUC - SP). Mestre e Doutor em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Graduado em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e especialista em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Possui experiência em prática de pesquisa e de ensino, presencial e à distância, bem como de trabalho de campo de natureza qualitativa. É pesquisador no Observatório das Migrações no Estado de São Paulo (Projeto FAPESP/CNPq). Possui experiência na área de Economia e Sociologia, com ênfase em Globalização, Economia Internacional e Movimentos Migratórios, atuando principalmente nos seguintes temas: Teoria da Dependência, Economia da América Latina, Divisão Internacional do Trabalho e Sociologia Urbana.

TATIANA CHANG WALDMAN

É doutora e mestre na área de concentração de Direitos Humanos do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FD/USP, 2016). Possui, ainda, especialização em Direito Sanitário pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP, 2010) e graduação em Direito pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP, 2008). Suas pesquisas giram em torno das Migrações Internacionais e dos Direitos Humanos. Atualmente é gestora do Núcleo de Pesquisa do Museu da Imigração.

**Cetec**  
Capacitações

2018

